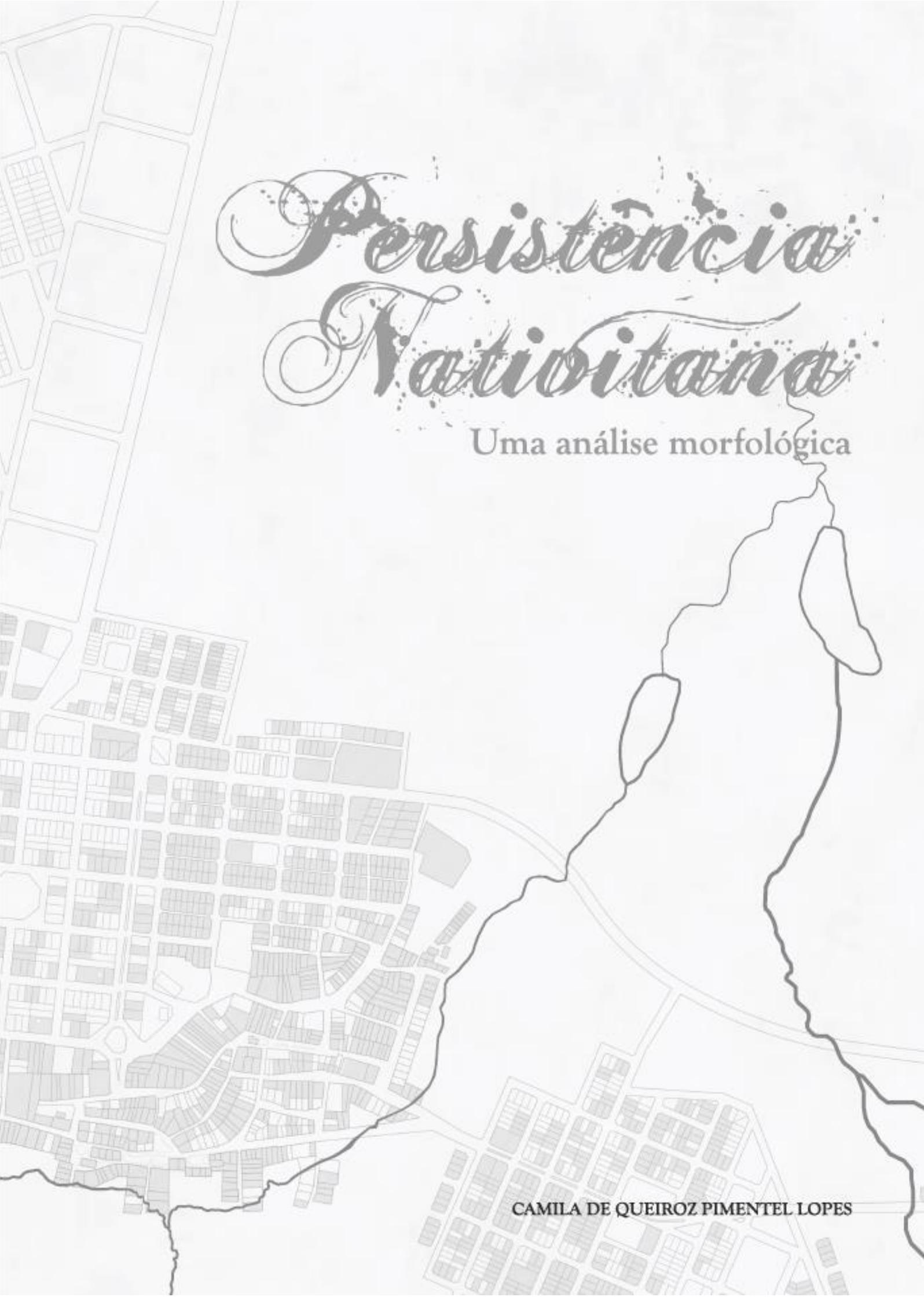


The background of the cover is a light brown color with a faint, detailed map of a city grid. A prominent blue outline traces a specific, irregularly shaped area on the right side of the map, possibly representing a neighborhood or a specific urban form being studied.

Persistência Nativitana

Uma análise morfológica

CAMILA DE QUEIROZ PIMENTEL LOPES

The background of the cover is a light gray map of a city grid. A large, irregularly shaped area on the right side of the map is outlined in a darker gray, representing the specific urban area being studied. The title is written in a dark, elegant, cursive script over the top half of the map.

Persistência Nativitana

Uma análise morfológica

CAMILA DE QUEIROZ PIMENTEL LOPES

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Persistência Nativitana

uma análise morfológica

CAMILA DE QUEIROZ PIMENTEL LOPES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como parte do requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Banca examinadora:

Presidente: Prof. Dr. Pedro Paulo Palazzo de Almeida
PPG-FAU/UnB

Membro interno: Prof^a Dr^a Maria Fernanda Derntl
PPG-FAU/UnB

Membro externo: Prof^a Dr^a Franciney Carreiro de França
UNICEPLAC

Suplente: Prof^a Dr^a Sylvia Ficher
PPG-FAU/UnB

BRASÍLIA, 18 DE MARÇO DE 2019



*Por meus amores, Tiago,
Getúlio, Solange e Clarissa*

Agradecimentos

Ao fim de dois anos de viagens (e ausências), a lista de agradecimentos torna-se também uma fonte de renovo e reconhecimento àqueles que tornaram este produto possível.

Agradeço, primeiramente, a Deus, razão verdadeira da minha existência e dono de todos os meus dias, pela oportunidade de realizar este sonho e me proporcionar estudar nesta instituição, por mim tão almejada.

Agradeço ao meu esposo, Tiago, pelo amor e compreensão nos dias de ausência, pelo conforto nos dias de angústia, pela motivação nos dias de desânimo e por sempre acreditar que eu seria capaz de chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais, Getúlio e Solange, pelo amor incondicional e apoio durante esta jornada. Estendo o agradecimento à Clarissa e Diego, minha inspiração e saudade diária. Agradeço também a todos os meus familiares, que sempre me apoiaram e incentivaram neste processo. Aos queridos Jandson e Alan, pela hospitalidade, apoio, incentivo, muitos livros e amor dispensados a mim, principalmente nos últimos dois anos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Paulo Palazzo de Almeida, pela compreensão em orientar-me à distância e pelas considerações, sempre pertinentes. Agradeço também pela dedicação e esforço em sempre contribuir pela melhoria deste trabalho através do seu conhecimento e acervo bibliográfico. Deixo meu agradecimento às professoras Dr^a Maria Fernanda Derntl, Dr^a Ana Paula Gurgel e Dr^a Franciney Carreiro de França, pelas valiosas contribuições e ponderações nas bancas, como também a todos os professores da Pós-graduação que, de forma direta ou indireta, contribuíram na realização desta pesquisa.

Agradeço de forma especial aos meus amigos, tanto de Palmas, como de Brasília, pela compreensão durante minha ausência e pelo apoio, companhia e conselhos nos momentos oportunos. Gostaria de agradecer à Helen Goulart e Marcela Falcão por terem tornado as viagens mais leves e os dias em Brasília menos solitários, estendo estas palavras também à Daniela Barbosa e Jéssica Gomes.

Agradeço ao Sr. Nonato Nascimento e aos colegas da Colina pela disponibilidade, abrigo e companhia durante as estadias em Brasília.

Agradeço ao IPHAN em Palmas e Natividade, em especial à Cejane Muniz, pela disponibilidade dos materiais necessários à pesquisa. Ao Museu das Bandeiras, pelo interesse em contribuir, mesmo que à distância. À Simone Camelo, por transmitir o amor e conhecimento sobre o patrimônio de Natividade, além de disponibilizar à pesquisa materiais fotográficos e bibliográficos.

Agradeço também à Universidade de Brasília, em especial aos servidores da secretaria do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, pelo apoio e contribuições no decorrer do curso.



Leoaãta altaneiro, contempla o futuro

Gaminha seguro, persegue os teus fias

Por tua beleza, por tuas riquezas

e o Tocantins!

Liberato Póvoa

RESUMO

Os estudos acerca da forma urbana, juntamente às abordagens historiográficas, emergem como importantes ferramentas para a análise e reconstituição de sítios históricos carentes de material bibliográfico. O objeto desta pesquisa, Natividade, cidade mais antiga do estado do Tocantins, teve seu arraial iniciado em 1734 motivado pela exploração aurífera e seu tombamento pelo IPHAN aconteceu no ano de 1987. Tendo em vista sua relevância no cenário patrimonial do estado, propôs-se uma análise do seu plano de forma a compreender como ocorreu seu processo evolutivo, quais as principais características e interações com o cenário atual e quais os elementos persistiram ao longo dos anos, buscando realizar a construção retrospectiva de seu núcleo original. Para isto, houve a junção da metodologia de análise morfológica estabelecida pela escola inglesa e a metodologia tipológica processual italiana, aliadas às pesquisas acerca da persistência da forma urbana fundamentada por seu precursor, Pierre Lavedan. Através do estudo, concluiu-se que, os elementos ruas e quarteirões mantiveram-se persistentes ao longo do tempo, enquanto que os lotes e edificações passaram por um constante processo de transformações. Além disso, constatou-se que o desenvolvimento da cidade não influiu de forma veemente no plano original, fator atribuído, em grande parte às próprias barreiras naturais impostas, como também por uma preocupação em se planejar as zonas de expansão.

Palavras-chave: Morfologia urbana, persistência, Natividade.

ABSTRACT

The studies concerning the urban form, along with the historiographic approaches, emerge as important tools to the analysis and reconstruction of the historic sites lacking bibliographical material. The object of this research, Natividade, the oldest city of the State of Tocantins, had its camp initiated in 1734 motivated by the auriferous exploitation and its tipping by IPHAN taken place in the year of 1987. In view of its relevancy to the state's patrimonial scenario, it was proposed an analysis of its form plan in order to comprehend how its evolution process happened, which were the main characteristics and interactions with the actual scenario, and which elements persisted during the years, looking for realizing the constructive retrospective of its original nucleus. To this purpose, there has been a junction of the methodology of the morphological analysis established by the English school and the Italian procedural typological methodology, allied to the research regarding the persistence of the urban form substantiated by its precursor, Pierre LeVadan. Through the study, it could be concluded that the elements streets and blocks were kept persistent during the time, while that lots and edifications passed through a constant process of transformation. In addition, it was verified that the city's development did not influenced vehemently on its original plan, factor attributed, in a significant part to the own natural barriers imposed, as well as by a concern in planning the expansion zones.

Key-words: Urban morphology, persistency, Natividade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Natividade – Tocantins.....	17
Figura 2 – Localização da Serra de Natividade – Tocantins.....	18
Figura 3 – Felicitas Iulia Olisipo	25
Figura 4 – Reconstituição de Olisipo por Cesar Figueiredo.....	26
Figura 5 – Escavações de Ebuobrittium	27
Figura 6 – Reconstituição do fórum de Ebuobrittium.....	27
Figura 7 – A cidade romana de Évora.....	29
Figura 8 – Reconstituição hipotética de <i>madīna Yābura</i> - 711 a 913	29
Figura 9 – Plano urbano da cidade moderna – Braga	31
Figura 10 – A Paisagem Urbana Histórica de Ouro Preto.....	33
Figura 11 – Lisboa, Portugal	58
Figura 12 – São Tomé e Príncipe	59
Figura 13 - A planta de Olinda com traçado irregular (ilustração em Barlaei, 1647).....	61
Figura 14 - Planta da Villa de S. Jozé do Macapa - 1761	62
Figura 15 - Mapa geral dos limites da capitania de Goyaz (1751).....	67
Figura 16 – Traçado urbano inicial do arraial de Bonfim - Goiás	68
Figura 17 – Antiga Casa de Fundação de Goiás (atual Ministério Público).....	72
Figura 18 – Croqui de marcação da Serra de Natividade	73
Figura 19 – Natividade e ruínas encontradas.....	74
Figura 20 - Etnias do século XVIII.....	75
Figura 21 - Carta ou plano geográfico da capitania de Goiás – mapa dos julgados.....	77
Figura 22 – Natividade 1817.....	79
Figura 23 – Identificação dos Logradouros (com destaques da autora).....	80
Figura 24 – Demarcação de área a ser tombada.....	82
Figura 25 – Mapa de Natividade – processo de crescimento	83
Figura 26 – Arruamento de Natividade 1817	89
Figura 27 – Natividade 1828.....	90
Figura 28 – Natividade 1817 – Indicação dos principais edifícios e largos	91
Figura 29 – Largo de São Benedito década de 1940	91

Figura 30 – Arruamento de Natividade 1976	92
Figura 31 – Rua Coronel Deocleciano Nunes (Rua Direita) 1982	93
Figura 32 – Arruamento Natividade 2002	94
Figura 33 – Arruamento Natividade 2018	95
Figura 34 – Praças após intervenções do Programa Monumenta	95
Figura 35 – Praça da Matriz	96
Figura 36 – Praça Leopoldo de Bulhões	96
Figura 37 – Praça da Bandeira	96
Figura 38 – Praça de São Benedito	97
Figura 39 – Quadras de Natividade 1817	98
Figura 40 – Cidade do século XIX não identificada - Aquarela de Miguel Dutra.....	98
Figura 41 – Natividade 1976 – Quadras e Parcelas	99
Figura 42 – Natividade 2002 – Quadras	100
Figura 43 – Natividade 2018 – Quadras e Parcelas	101
Figura 44 – Natividade 1817 – Ocupação dos lotes	102
Figura 45 – Fluxo da coleta das décimas urbanas de Natividade - 1817	102
Figura 46 – Natividade 1976 – Ocupação dos lotes	104
Figura 47 – Natividade 2002– Ocupação dos lotes	105
Figura 48 – Natividade 2018 – Ocupação dos lotes	106
Figura 49 – Natividade 2018 – Edificações do perímetro tombado.....	107
Figura 50 – Natividade 2018 – Edificações 1976 (estimado)	108
Figura 51 – Natividade 2018 – Edificações 2002 (estimado)	109
Figura 52 – Natividade 2018 – Edificações 2018.....	110
Figura 53 – Natividade Figura-Fundo – Desenvolvimento hipotético.....	112
Figura 53 – Planta típica do casario nativitano	113
Figura 55 – Ruas e quadras persistentes	118
Figura 56 – Lotes persistentes	119
Figura 57 – Igreja de São Benedito 1951/1978/1983/2017	119
Figura 58 – Ruínas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos 1951/1981/2017	120
Figura 59 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade 1984/1951/2017	120
Figura 60 – Cadeia Pública 1983/2017	120

Figura 61 – Caminhos do Século XVIII	122
Figura 62 – Caminhos coloniais do século XVIII	123
Figura 63 – Natividade Século XVIII	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Casa colonial nativitana	114
Tabela 2 - Casa período da pecuária	115
Tabela 3 – Casa período da pecuária	115
Tabela 4 – Casa período da agricultura	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISUF - International Seminar of Urban Form

MUBAN - Museu das Bandeiras

PNUM - Portuguese-speaking Network of Urban Morphology

SANEAGO - Companhia de Saneamento de Goiás

SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUPLAN-GO - Superintendência das Obras do Plano e Desenvolvimento de Goiás

ASCCUNA - Associação Comunitária Cultural de Natividade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PREEXISTÊNCIA	23
1.1 A origem e evolução da urbanização portuguesa	24
1.2 Alguns Estudos Morfológicos	30
1.3 Bases conceituais da Morfologia Urbana	35
1.3.1 M. R.G. Conzen e os Estudos Ingleses	37
1.3.2 A Escola Italiana de Morfologia Urbana	40
1.3.3 A Escola Francesa	43
1.3.4 Os Estudos Portugueses e Brasileiros	45
1.4 Acerca da Persistência da Forma Urbana.....	50
PROCESSO	55
2.1 A cidade de origem portuguesa e a urbanização brasileira	56
2.2 Urbanização de Goiás no século XVIII	63
2.3 Natividade.....	73
2.4 Processo de tombamento e Programa Monumenta	81
PERSISTÊNCIA	85
3.1 Plano Bidimensional	89
3.1.1 Ruas	89
3.1.2 Quarteirões e Parcelas	97
3.1.3 A ocupação dos lotes.....	101
3.2 Plano Tridimensional	113
3.2.1 Edificações e Fachadas	113
3.3 Persistência Nativitana	117
3.4 Construção Retrospectiva	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	141

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é, através de uma análise morfológica, averiguar como aconteceu o desenvolvimento da cidade de Natividade, utilizando quatro momentos distintos, tendo como foco principal o centro histórico tombado. Nesta análise pretende-se elencar quais foram os elementos e características da forma urbana que se mantiveram durante todo esse processo, à estas intitularemos “persistências nativitanas” e, por meio destas, pretende-se elaborar um mapa retrospectivo do núcleo original de ocupação, buscando responder à seguinte questão: como a análise das persistências da forma urbana podem contribuir para a construção retrospectiva de assentamentos urbanos carentes de documentação?

Localizada na região Sudeste do estado do Tocantins (figura 1), Natividade teve seu arraial iniciado em 1734. Em um local já habitado pelos índios Akroá, a chegada dos bandeirantes à região no século XVIII ocorreu com o advento da exploração aurífera, tais bandeirantes, vindos da capitania de São Paulo adentravam pela região central do Brasil em

busca do minério, segundo Wal (2015) o início do núcleo está relacionado à figura de Antônio Ferraz de Araújo, sobrinho do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva¹.

Mesmo os primeiros registros acerca da povoação de Goiás registrarem que em 1682 um grupo de bandeirantes, liderados por Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera), adentrou à região em busca de ouro, foi somente quarenta anos depois que, seu filho Anhanguera II, partiu de São Paulo com o intuito de explorar e fixar-se na região. Inicialmente, Bartolomeu Bueno percorre a região sul de Goiás e determina o estabelecimento de um acampamento às margens do Rio Vermelho, onde encontrara abundância de ouro. Com o passar dos anos, as sucessivas descobertas de ouro atraíram um grande número de pessoas à região, de forma que o povoamento se desenvolveu, principalmente às margens dos rios, local de fácil acesso ao minério. Através desse desenvolvimento e o interesse em encontrar novas minas, Bartolomeu Bueno decide por explorar a região norte de Goiás nas primeiras décadas do século XVIII. Nesse período são iniciados os arraiais de Natividade, São Félix, Pontal, Porto Real, Arraias, Cavalcante e Pilar.

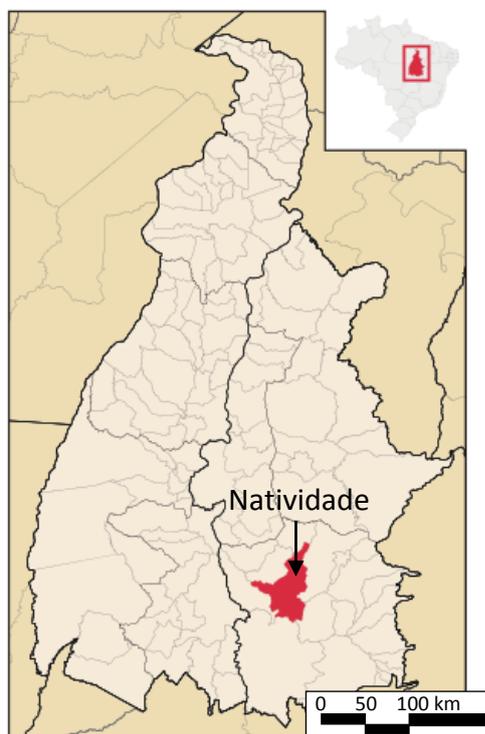


Figura 1 - Localização de Natividade – Tocantins

Fonte: Wikimapia (adaptado pela autora)

Segundo Vaz (1985), o local onde se instalou o primeiro arraial apresenta três pontos de análise distintos (figura 2), trazendo divergências quanto à sua origem. Existem relatos de

¹ Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhanguera, foi um dos bandeirantes mais importantes a desbravar o Brasil no período da busca por minérios.

que Natividade teria surgido, inicialmente, no alto da serra que, posteriormente, deu nome à cidade. Outra hipótese defendida alega que as ruínas encontradas na serra teriam acomodado apenas os garimpeiros e escravos, enquanto o núcleo original teria surgido no sopé da serra de Natividade. Ainda existe a vertente que alega que os dois arraiais eram distintos e existiam de maneira simultânea, mas devido à dificuldade de acesso ao arraial no alto da serra, o mesmo extinguiu-se com o declínio da exploração aurífera.



Figura 2 – Localização da Serra de Natividade – Tocantins

Fonte: Google Earth (adaptado pela autora)

O núcleo mais antigo do povoamento, e que permanece até os dias de hoje, encontra-se em uma região relativamente plana, ao lado da Serra de Natividade e às margens do córrego Prainha. As limitações naturais, como o córrego, a serra e as curvas de nível, delinearam o traçado inicial das ruas, bem como o sentido da expansão urbana. O arruamento tipicamente colonial é composto por ruas sinuosas, edificações térreas e arquitetura simples, com exemplares executados principalmente em adobe, cenário emoldurado ao fundo pela serra, que também se constitui parte integrante e relevante de seu desenvolvimento econômico e urbano.

Em 1831, Natividade foi elevada à categoria de vila e durante muitos anos esteve na posição de um dos maiores arraiais da Capitania de Goiás, ocupando lugar de destaque na extração de ouro. “Gradativamente, Natividade assumiu papel de destaque no norte, chegando inclusive a ser sede do Governo Provisório da Comarca do Norte, quando do conflito deflagrado entre o Norte e o Sul da então Província de Goiás.” (VAZ, 1985, p.11). Dada sua relevância no cenário histórico nacional, em 1987 a cidade teve seu conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Mesmo mostrando-se relevante no cenário patrimonial brasileiro, Natividade ainda não apresenta aparato bibliográfico acerca de sua arquitetura e urbanismo. Alguns trabalhos foram realizados, ainda no momento de seu tombamento, visando a catalogação dos imóveis, além da compilação de dados históricos. Outros estudos mais recentes, abordam as características econômicas e sociais, além do levantamento de aspectos populacionais, como o registro de povos indígenas e quantidade de escravos existentes na região no período de sua origem e apogeu. Mais propriamente acerca da arquitetura do local, a dissertação de Valéria Picanço², traz uma análise pós ocupacional das edificações contempladas pelo Programa Monumenta³, realizado no ano de 2004.

Além da incipiência bibliográfica sob a ótica da arquitetura e urbanismo da região, a necessidade de estudar mais acerca da origem do estado do Tocantins, anseio trazido desde a graduação, motivam a existência desta pesquisa. Que tem o intuito de contribuir, não apenas no âmbito da história da cidade e do urbanismo local, mas também busca o desenvolvimento de pesquisas no campo da morfologia urbana, grande aliada dos estudos históricos, a qual servirá como base para uma construção retrospectiva e ferramenta para a averiguação das persistências da forma urbana.

Os estudos que retratam o povoamento do interior do Brasil, a chegada à região do Goiás e a fixação de povoados, servem como base para o relato das preexistências nativitanas. Juntamente aos estudos históricos, registros encontrados em acervos museológicos e pessoais são referência para a tentativa de construção retrospectiva do meio urbano, de forma a compreender como ocorreu a formação e desenvolvimento de Natividade.

Acerca da persistência da forma urbana, um dos primeiros teóricos a fazer um estudo sistemático do tema foi o historiador francês Pierre Lavedan, que ao identificar os elementos geradores da planta da cidade através de análises cartográficas, identifica uma lei denominada por ele de "*Loi de la Persistence du Plan*"⁴.

Segundo esta lei, formulada por Lavedan, as ruas de uma cidade valem pelo tempo em que foram construídas, mas podem perdurar além deste tempo. Com isso, o conhecimento da planta urbana atual contribui no conhecimento e interpretação das plantas de períodos anteriores pelo simples fato de que pode ser estabelecida uma

² PIKANÇO, Valéria Maria P. A. *Preservação patrimonial X qualidade de vida: avaliação pós-ocupação no Programa Monumenta: Centro histórico de Natividade-Tocantins*. 2009. Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4116>. Acesso em: 8 mar. 2017.

³ Programa Monumenta é um programa federal executado pelo Ministério da Cultura do Brasil e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que consiste na reforma e resgate do patrimônio cultural urbano em todo o Brasil.

⁴ Lei da Persistência da Planta – conceito defendido em sua tese em 1926.

conexão comparativa entre ambas. E esta conexão é feita a partir dos elementos que permanecem. (BOTECHIA, 2017, p. 4)

Aliado à persistência da forma urbana, os estudos morfológicos são basilares para esta pesquisa e concentram-se na metodologia histórico geográfica da escola inglesa de morfologia urbana, a qual possui como principal expoente o geógrafo alemão Michael Robert Günter Conzen, e na metodologia tipológica processual da escola italiana fundamentada por Saverio Muratori. A metodologia criada por Conzen consiste em uma abordagem histórico geográfica, onde há a identificação de períodos morfológicos presentes no plano da cidade e a aplicação da visão tripartida para a análise da morfologia urbana. Este método consiste na divisão da paisagem urbana em três partes, as quais são: a) O plano da cidade; b) O tecido urbano; c) Uso e ocupação dos lotes. Diante da análise da visão tripartida em todos os períodos morfológicos que forem identificados, haverá então a compreensão de como aconteceu a evolução da paisagem urbana no sítio que está sendo estudado, fornecendo dados para a identificação dos elementos que persistiram e quais se modificaram. Já a abordagem tipológica processual italiana estuda o plano das cidades tendo como base as tipologias arquitetônicas, buscando compreender de que forma a edificação foi realizada e quais as transformações sofreu ao longo do tempo, identificando qual o processo tipológico o gerou. Segundo Aragão (2006), na tipologia, seleciona-se um elemento morfológico (um tipo de construção, de espaço livre ou de componente do espaço livre), investigando-se suas variações, hierarquias e sua relação com o contexto urbano, o período histórico e a sociedade que o produziu.

Ainda segundo a análise e desenvolvimento dos tecidos urbanos, uma outra abordagem também norteou este estudo. Segundo o arquiteto Carlos Dias Coelho, ao falar sobre os tempos da cidade⁵, existem três diferentes formas de evolução do tecido urbano, as quais são: adição, sobreposição e sedimentação. O autor alega que, no processo de adição, “a um tecido preexistente justapõem-se elementos urbanos ou traçados com lógicas mais globais” (2014, p. 24). Já na sobreposição, o autor define que acontece “quando existe uma vontade expressa de reestruturar um tecido existente, reinterpretando-o e sobrepondo-lhe, de um modo singular ou de conjunto, uma ordem urbana de hierarquia superior.” (2014, p. 25). E a respeito do processo de sedimentação, Coelho afirma que “é o mais comum e atinge todos os tecidos urbanos, independentemente de estar articulado com os processos anteriores” (2014, p. 27).

⁵ COELHO, C. D. *Os Tempos da Cidade. Uma metamorfose imperfeita*. DIAS COELHO C.(coord.), p. 13-31, 2014.

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa teve como ponto inicial a busca por material bibliográfico e registros documentais acerca do sítio estudado, averiguando relatos sobre o desenvolvimento urbano e aspectos relacionados ao uso e ocupação dos lotes. Os registros mais antigos, que trazem aspectos relevantes para o tema proposto, foram encontrados no Museu das Bandeiras⁶, o qual disponibilizou à pesquisa cartas e documentos digitalizados do Arquivo Ultramarino de Lisboa. Também foi utilizada como base para os registros iniciais, a tese de doutorado de Nádia Mendes de Moura⁷, na qual a autora faz uma análise das décimas urbanas⁸, além de elaborar uma planta hipotética dos núcleos urbanos analisados, considerando o ano estudado através dos registros documentais. Como fonte historiográfica, também foram analisados os registros contidos nos diários de viajantes que transitaram na região no período abordado. Os dados mais recentes foram encontrados na sede do IPHAN – Tocantins, em Palmas, e no IPHAN em Natividade, o instituto forneceu todos os documentos relativos ao processo de tombamento da cidade, além de mapas, publicações e trabalhos já desenvolvidos tendo como foco Natividade.

Após o acesso aos registros históricos e mapas, foram definidos quatro períodos para a realização da análise morfológica do plano, baseados em mapas e documentos que fornecem informações para a realização da pesquisa. O primeiro momento definido é o ano de 1817, onde foram encontrados os dados e mapa hipotético realizados por Nádia Moura, através dos registros das décimas urbanas, a autora pôde estimar quais eram as edificações e ruas que já poderiam existir naquele período. O segundo momento de análise é o ano de 1976, nesse período a empresa de saneamento do Goiás (SANEAGO) elaborou um levantamento semi-cadastral, resultando na planta da cidade com todos os bairros existentes, esta planta também serviu como base para a delimitação da área de tombamento pelo IPHAN em 1987. O terceiro momento de análise foi o ano de 2002, período que o sítio já estava tombado, mas não havia sofrido a intervenção do programa Monumenta. E, por fim, o último momento definido para análise é o ano de 2018, através do mapa atualizado da cidade que contém todas as mudanças realizadas pelo programa Monumenta no centro histórico tombado. Os mapas que foram utilizados como base para a definição dos períodos, encontram-se anexados ao final do trabalho.

⁶ MUBAN – Cidade de Goiás – GO.

⁷ MOURA, Nádia M. de. *Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726-1830)*. 2018. Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-23102018-170716/pt-br.php>. Acesso em: 20 dez. 2018.

⁸ Imposto cobrado na Capitania de Goiás a partir de 1810 que incidia na taxaçaõ dos imóveis urbanos.

Escolhidos os períodos, foram definidos os pontos de análise baseados nas metodologias das escolas inglesa e italiana. Inicialmente, acerca do plano bidimensional, foram analisados os pontos: i) ruas; ii) quarteirões e parcelas e iii) ocupação dos lotes. Neste momento foi analisada a implantação no terreno, o traçado das ruas, a relação entre a parcela e a quadra e o processo de ocupação de lotes. No plano tridimensional foi realizado o estudo de algumas fachadas das edificações do perímetro tombado, baseado em acervos fotográficos encontrados tanto no dossiê de tombamento, como em bibliografias sobre a cidade, através do qual pôde-se identificar as tipologias das mesmas e suas transformações ao longo do tempo.

Realizada a análise nos quatro períodos escolhidos, foi possível compreender e identificar quais os elementos podem ser caracterizados como persistentes na forma urbana, quais se modificaram, quais retornaram à sua forma original, como a expansão da cidade aconteceu e de que forma se relaciona com o centro tombado, chegando-se à conclusão em resposta à problemática da pesquisa, através da elaboração do mapa hipotético da construção retrospectiva.

Apresentados os apontamentos e conceituações iniciais, esta dissertação foi dividida em três capítulos: (1) Preexistência; (2) Processo; (3) Persistência. O primeiro capítulo refere-se à fundamentação acerca da formação e configuração dos povoados no território brasileiro, iniciando com os estudos sobre a urbanização de Portugal e a forma das cidades de origem portuguesa, relacionando-as aos estudos acerca da morfologia urbana e persistências da forma urbana.

O segundo capítulo, contempla os estudos acerca da urbanização brasileira no século XVIII, período onde há a origem do objeto da pesquisa. Além disso, foi contemplada a história da urbanização de Goiás, as primeiras povoações e características urbanas, além do histórico de Natividade, como foi sua ocupação territorial, qual seria sua configuração inicial e quais as principais características que permeiam seu desenvolvimento.

Por fim, o terceiro capítulo traz a análise morfológica realizada, apontando suas principais características e os elementos que indicam as persistências da forma urbana. Além disso, este capítulo aborda o desenvolvimento e a expansão da cidade, observando como as transformações se inserem no plano, bem como os apontamentos finais acerca desta análise.

Capítulo 1

Preexistência

*Tempo presente e tempo passado
Ambos estão presentes talvez no tempo futuro
E tempo futuro contido no tempo passado.
Se todo o tempo estiver eternamente presente
Todo tempo é irremediável.*

T. S. Eliot

¹ Time present and time past / Are both perhaps present in time future / And time future contained / in time past. / If all time is eternally present / All time is unredeemable. - Burnt Norton by T. S. Eliot

1.1 A origem e evolução da urbanização portuguesa

Conquistada em 218 a.C. pelos romanos, a Península Ibérica passou por um processo de romanização, onde sofreu adaptações e modificações nos âmbitos social, cultural, administrativo e urbano. Como resultado dessa expansão territorial romana, as cidades já existentes e as que surgiram nesse período, foram dotadas de uma série de instituições, as quais mantinham relações com Roma, de acordo com a sua organização e lugar na hierarquia estabelecida. Segundo Mumford (1998), grande parte da formação de cidades pelos romanos tinha como marco inicial a realização de ritos, por meio deles demarcava-se o contorno da cidade e os dois principais eixos (*cardo* e *decumanus*), os quais definiriam o traçado do restante do território.

Com a ocupação romana no território português entre os séculos II a.C. e o século V d.C., “os princípios urbanísticos baseados na racionalidade e na geometria foram impostos a várias cidades portuguesas, quer a cidades fundadas de novo, quer a núcleos urbanos já existentes, que foram ocupados e reestruturados” (TEIXEIRA, 2012, p. 24). Nesse ínterim, algumas cidades trazem até os dias de hoje reflexos da presença romana, como é o caso das cidades de Braga e Évora. Assim como aconteceu em Portugal, boa parte do território europeu, também conquistado pelos romanos, passou por este processo de transformação urbana, social e administrativa.

Segundo Almagro-Gorbea (1994), o processo de urbanização da Europa, antes do domínio romano, não ocorreu de forma uniforme, dadas as diversas diferenças geográficas e características locais. Na parte central do continente e na Península Ibérica, região mais densamente ocupada, ocorreu a realização de um padrão de assentamento denominado “*castrum*” que, segundo Almagro-Gorbea “es un poblado situado en lugar de fácil defensa reforzada con murallas, muros externos cerrados y/o accidentes naturales, que defiende en su interior una pluralidad de viviendas de tipo familiar y que controla una unidad elemental de territorio, con una organización social escasamente compleja y jerarquizada”¹⁰ (1994, p. 15). Conforme se desenvolviam os *castrum*, evoluíam para ocupações e organizações mais complexas, chamadas *oppida*. Segundo Santos (2011), nem todos os autores que abordam os estudos sobre *castrum* e *oppida* consideram que um seja a evolução ou resulte do outro,

¹⁰ Tradução: “É um povoado situado em um local de defesa fácil, reforçado com muralhas, muros externos fechados e acidentes naturais, que contém em seu interior uma diversidade de residências familiares e que controlam uma unidade elementar de território, com uma organização social que é pouco complexa e hierárquica.”

alguns alegam que ocorreu apenas a utilização de termos distintos para um mesmo tipo de aglomerado. Mesmo havendo divergências quanto a esse ponto, percebe-se de forma geral que, no período entre os séculos VI a.C. e IV a.C., os assentamentos, em geral, passaram por um “impulso de desenvolvimento significativo na região do Entre-Douro-e-Minho, e o povoamento passa a concentrar-se em [...] locais altos acidentados, onde os objetivos estratégicos de controle do território parecem ser determinantes” (SANTOS, 2011, p. 36).

Juntamente à presença romana na Península Ibérica e o início das transformações urbanas, houve também uma redefinição territorial e a região da Ibéria foi dividida em províncias, sendo a província da Lusitânia correspondente à parte do atual território português e parte do território espanhol. Segundo Fabião (2011), aconteceram duas situações típicas na criação das cidades romanas da Lusitânia. A primeira, mais frequente nas regiões meridionais e litorais, caracteriza-se pelo aproveitamento de aglomerados pré-existentes (*castrum* e *oppida*). E a segunda situação, consiste na criação de núcleos urbanos onde não havia similaridade com outras localidades próximas, nestes casos, quase sempre as características se distinguem claramente dos padrões de instalação do povoamento pré-romano, seguindo os padrões e ritos citados anteriormente.

Como exemplo do primeiro caso, o aproveitamento de aglomerados pré-existentes foi constatado em Lisboa (figuras 3 e 4), antigamente denominada pelos romanos como *Felicitas Iulia Olisipo*. Ao chegarem à região localizada às margens do rio Tejo, ainda no século II a. C., os romanos encontraram um aglomerado formado, “já com cerca de mil anos [...] O povoado ocupava a colina do castelo, descendo até ao Tejo.” (FABIÃO, 2011, p. 13). Tal povoado já representava uma certa importância no contexto em que se inseria, principalmente devido à realização de atividades portuárias, relacionadas ao transporte de mercadorias.

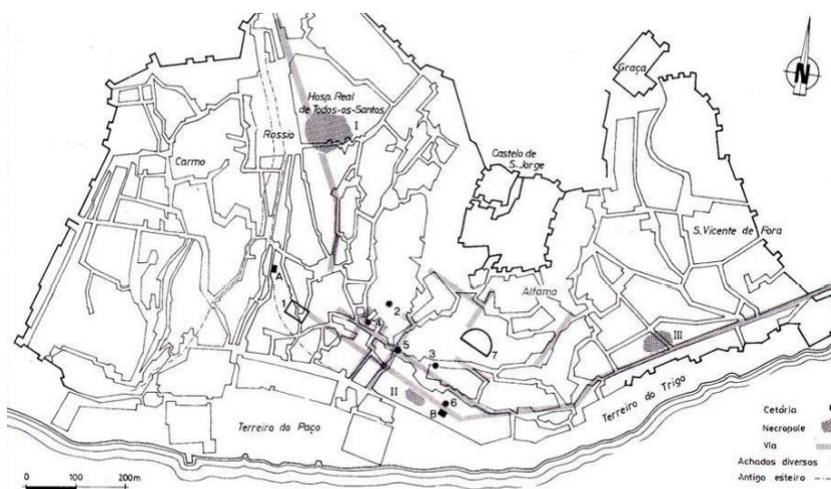


Figura 3 – Felicitas Iulia Olisipo

Fonte: in ALMEIDA, 2011, p. 33



Figura 4 – Reconstituição de Olisipo por Cesar Figueiredo

Fonte: cesarfigueiredo.com

A ocupação romana em um povoado já existente, não significava a manutenção daquilo que fora encontrado, segundo Basarrate “a ocupação do sítio de Lisboa se alterou consideravelmente, com a cidade romana a abandonar o topo da colina onde se implantava o povoado indígena (e mais tarde se veio a erguer a alcáçova islâmica), “deslizando” para a meia-encosta e para zonas mais baixas” (2009, p. 353). Dentro desse cenário de transformações urbanas, a cidade recebe equipamentos típicos romanos como o fórum, teatro e termas, além do complexo de galerias subterrâneas. Conforme nos mostra a reconstituição de Olisipo, a forma da cidade torna-se semelhante a outros assentamentos romanos, apresentando traçado ortogonal, linearidade, organização e hierarquização dos espaços. Com relação à disposição das duas vias principais romanas - *cardo* e *decumanus* – Freitas (2009) alega que haviam dois tipos diferentes de implantação desses elementos no plano urbano romano. Em cidades litorâneas, o *decumanus* era implantado paralelamente à costa, tornando-se um eixo mais prolongado que o *cardo*. Enquanto que, em localidades não litorâneas, esses elementos eram indicados com uma dimensão similar, formando planos com uma forma mais quadrada.

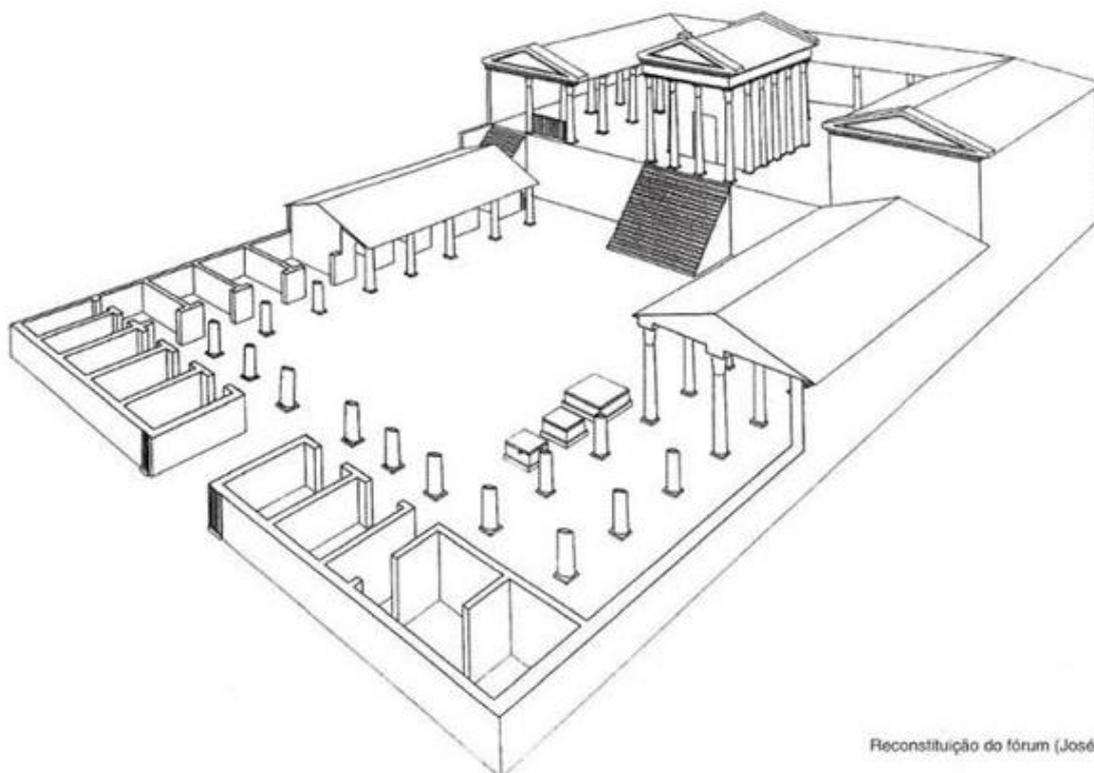
Relacionado ao surgimento de cidades completamente novas, podemos citar *Eburobrittium*, localizada nas proximidades da cidade de Óbidos e que, de acordo com Moreira “foi construída no tempo de Augusto, provavelmente no último decénio do séc. I a.C., e sobreviveu até a segunda metade do séc. V” (2000, p. 2). No ano de 1994, as ruínas da cidade foram descobertas e através das tipologias e dimensões encontradas (figura 5), percebeu-se que não se tratava apenas de uma vila, mas sim de uma cidade já estabelecida.

No trabalho arqueológico foi possível identificar a localização do fórum, um conjunto de termas e mais dez edificações.



Figura 5 – Escavações de Eburobrittium

Fonte: Câmara Municipal de Óbidos



Reconstituição do fórum (José Beleza Moreira)

Figura 6 – Reconstituição do fórum de Eburobrittium

Fonte: Câmara Municipal de Óbidos

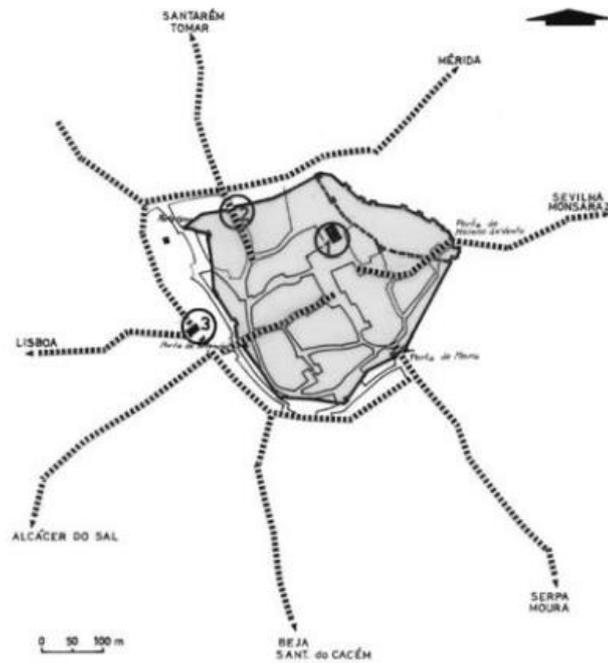
Com o início do declínio romano a partir do século III d.C., a fisionomia urbana começa a ser alterada, de forma que, a própria decomposição do sistema político romano já apresenta uma mudança significativa na forma de gerir seus núcleos. Outro ponto relevante, no que diz

respeito às mudanças que degradaram as cidades, de acordo com Lloret (1993), foi a proliferação dos sepultamentos intraurbanos, uma prática expressamente proibida pela lei romana, mas que se tornou comum, além da construção de muralhas tardias, as quais modificavam o cenário urbano. Ainda segundo a autora, fatos como esse revelam um processo de “desurbanização”, “entendiendo por tal la progresiva pérdida de la capacidad de planificación y de coherencia edilicia en la ciudad”¹¹ (LLORET, 1993, p. 19). Segundo Ribeiro, “a cidade tardo-antiga deixa também de valorizar os antigos espaços dedicados ao ócio e ao espectáculo, podendo alguns, como as termas, ser reocupados com outras funções, enquanto outros, como os teatros, anfiteatros e circos são sistematicamente desmontados, erguendo-se, por vezes, sobre eles novas construções” (2008, p. 108).

Após a queda do império romano e a ocupação dos Visigodos na região entre os séculos V e VIII, ocorreu uma estagnação e até mesmo o declínio e abandono de núcleos urbanos. Esta realidade foi alterada ainda no século VIII, com a ocupação muçulmana em Portugal, que afetou principalmente a região centro sul da província da Lusitânia. Nesse período, muitas cidades foram revitalizadas e outras passaram por um processo de consideráveis mudanças. Segundo Trindade (2013), o novo traçado urbano sofreu reduções com relação à sua largura e sinuosidade, além disso, houve um aumento no número de becos sem saída. “O traçado regular romano, sustentado em épocas anteriores pela constante intervenção do poder público, degenerava então numa malha densa e confusa, quase só sujeita às pressões particulares” (TRINDADE, 2013, p. 50). Em algumas cidades, o traçado irregular não se estabeleceu, fator devido ao pouco tempo de ocupação islâmica, o que foi insuficiente para que houvesse essa transformação.

Como exemplo das transformações islâmicas, podemos citar o exemplo da cidade de Évora (*Yābura*) (figuras 7 e 8). Os registros arqueológicos comprovam que o povoamento da cidade é anterior à ocupação romana do território e estima-se que sua origem tenha sido por volta do ano 700 a.C. De acordo com Simplício (1997), pouco se conhece a respeito da estrutura urbana da cidade no período romano, mas pode-se afirmar que, dada a sua importância na região, a cidade passou por “forte romanização”, o que significa uma total readaptação do seu traçado e a inserção de edificações específicas, como o fórum.

¹¹ Tradução: “entendido como a progressiva perda da capacidade de planejamento e da coerência edilícia na cidade”.



1 – Templo Romano 2 – Arco de D. Isabel 3 – Arco do Triunfo (demolido)

Figura 7 – A cidade romana de Évora

Fonte: SIMPLÍCIO, 1997, p. 366

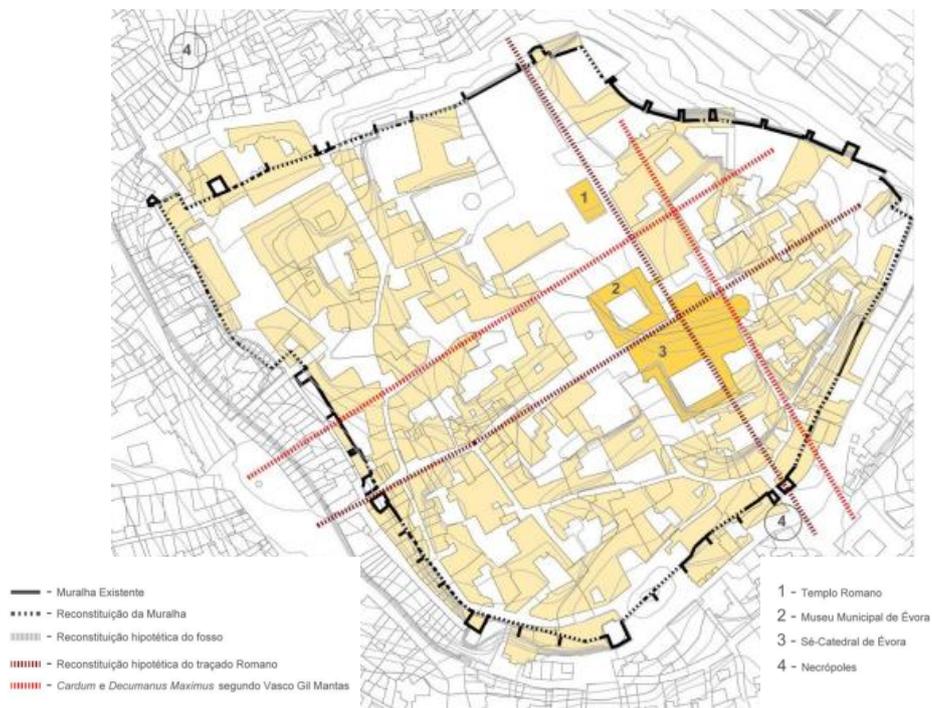


Figura 8 – Reconstituição hipotética de *madīna Yābura* - 711 a 913

Fonte: FILIPE, 2012, p. 18

De acordo com Beirante¹² (1988 *apud* SIMPLÍCIO, 1997), a nova configuração da cidade se distribuía da seguinte forma, o espaço urbano interno ao muro da cidade era composto de duas partes: a alcáçova ou castelo, situada a leste e correspondendo a cerca de 1/8 da área

¹² BEIRANTE, Maria Ângela. *Évora na Idade Média*. 1988. Tese de Doutoramento (Doutoramento em História) - F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988.

total e a medina, ou cidade propriamente dita, ocupando o espaço restante. Simplício (1997) ainda afirma que a influência dos muçulmanos no traçado urbano foi ganhando espaço aos poucos, apresentando sua sinuosidade e irregularidade sobre o traçado ortogonal romano.

Assim como o traçado ortogonal romano delineava-se a partir da demarcação do *cardo* e *decumanus*, a rede viária de origem muçulmana também apresentava uma hierarquia, dentro da aparente “desordem”. Segundo Trindade (2013), as vias mais largas ficavam ao centro, onde as atividades religiosas e comerciais aconteciam e, ao passo que se distanciavam, as vias apresentavam características distintas, tornando-se mais estreitas até chegar-se aos becos sem saída, localizados nas zonas residenciais.

Além das diferenças de caráter morfológico entre o domínio romano e islâmico na Península Ibérica, percebe-se também uma grande divergência de caráter político e administrativo, antes representado pela rigidez e legalidade romanas, agora revela a inexistência de uma autoridade que impusesse ou controlasse o espaço de forma geral, haviam apenas intervenções em áreas específicas do plano. Outro fator relevante e que foi responsável pela modificação urbana da região, foi a configuração das residências, agora denominadas casa-pátio, revelavam os costumes e tradições da organização social islâmica, que são de fundamental importância para o entendimento do contexto de desenvolvimento das cidades nesse período, além da influência muçulmana na tipologia das edificações, há também a modificação no uso de materiais de construção e acabamentos.

Um estudo realizado por Correia e Merten (2003), aborda questões morfológicas e tipológicas acerca da influência muçulmana na arquitetura da região do Alentejo, em Portugal. Segundo os autores, a habitação tradicional da região apresenta uma forma retangular simples, geralmente possui apenas piso térreo nas edificações rurais e dois pavimentos nas edificações urbanas. As fachadas eram simples e puras, o telhado apresentava pouca inclinação e era composto por telhas de canal. As paredes externas eram feitas em taipa e recebiam acabamento com argamassa de cal, enquanto as internas eram em adobe ou tabique.

1.2 Alguns Estudos Morfológicos

Acerca da formação dos assentamentos urbanos portugueses e o estudo da forma das cidades e das tipologias arquitetônicas, diversas pesquisas têm sido realizadas e podem ser apontadas como exemplificação desta temática. Em sua tese de doutorado, Maria do Carmo

Franco Ribeiro¹³, faz uma leitura da evolução da paisagem urbana da cidade de Braga em Portugal, com o intuito de perceber quais as características se mantiveram ao longo do tempo. Para isso, utilizou-se da arqueologia urbana realizando um estudo morfológico que proporcionou a análise da evolução dos espaços físicos (figura 9). Nesta análise, a autora estudou o plano urbano, o sistema viário, as parcelas, os quarteirões e as edificações desde sua fundação até a idade moderna. Como base para a obtenção de dados, a autora utilizou as fontes arqueológicas para os períodos romano e medieval, as fontes históricas para a época medieval e as fontes iconográficas e cartográficas para a época moderna.

Segundo a autora, a realização do trabalho só foi possível pois os vestígios arqueológicos permitiram tal estudo e estes mesmos vestígios contribuíram para que se pudesse reconstituir a cidade no período medieval, mediante o cruzamento de dados tanto cartográficos como iconográficos.

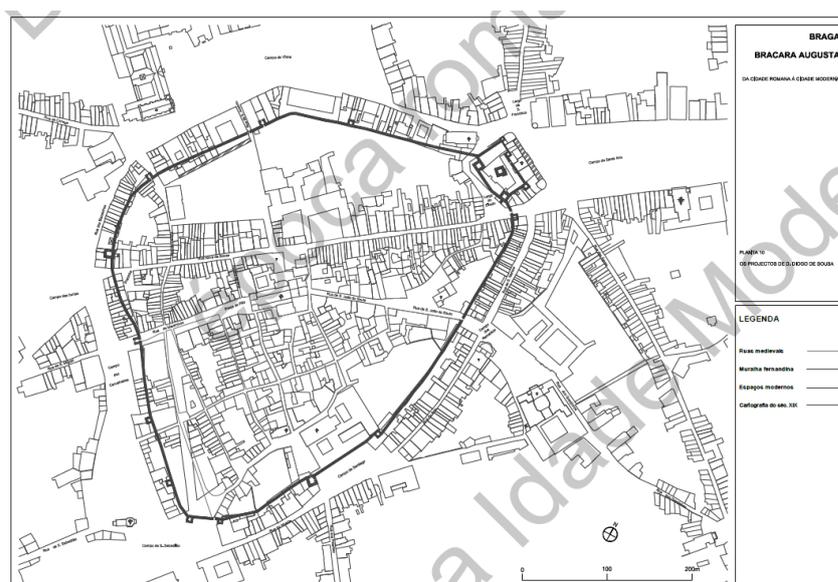


Figura 9 – Plano urbano da cidade moderna – Braga

Fonte: RIBEIRO, 2008, p. 225

Ribeiro ainda afirma que, a cidade de Braga torna-se um excelente exemplo para os estudos de morfologia histórica, porque além de dispor de um excelente e vasto acervo para pesquisas, teve uma lenta evolução, o que permitiu a permanência das marcas das ocupações anteriores até os dias atuais.

Acerca de suas conclusões, a autora relata que o modelo da cidade romana se desenvolveu de forma ortogonal, composto por quadras regulares, um centro ou fórum e um

¹³ RIBEIRO, Maria do Carmo F. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. 2008. Tese de Doutoramento (Instituto de Ciências Sociais) - Universidade do Minho, Braga, 2008. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8113?mode=full>. Acesso em: 27 set. 2018.

conjunto de edifícios e espaços públicos, além dos edifícios residenciais. Este plano começa a sofrer alterações em função da inserção de novos elementos, como a construção de uma muralha no final do século III. A partir do século IV, com a adoção do cristianismo como religião oficial, edifícios novos surgem transformando a arquitetura e a morfologia local. Com o passar do tempo, o processo de evolução urbana culminou no abandono de parte do núcleo cercado pela muralha e então inicia-se o processo de fixação da população em torno de edifícios cristãos no território externo aos muros.

No período medieval, a autora constata que o tecido urbano se caracterizou por eixos viários mais sinuosos e quarteirões irregulares, concomitantemente, ocorreu a exploração dos territórios extramuros, que se articularam com a cidade romana, que já apresentava alguns aglomerados que surgiram no entorno de edificações religiosas. Na cidade moderna, a primeira grande mudança apontada pela autora é a perda de funcionalidade defensiva da muralha que circundava o núcleo primitivo, além do crescimento periférico que consolidou definitivamente o plano radiocêntrico, o qual pautou o crescimento da cidade até o século XX.

Ainda no âmbito dos estudos morfológicos sobre cidades portuguesas, Pedro Vasco de Melo Martins¹⁴ elaborou em sua tese de doutorado a leitura das pré-existências romanas na morfologia da cidade portuguesa, buscando compreender como certas estruturas romanas ainda se fazem presentes na cidade contemporânea “entendendo a forma actual da cidade como resultado de um processo evolutivo complexo”(2013, p. 9). Juntamente a isto, o autor procurou, através da comparação de vestígios e tipologias semelhantes, apurar o desenho original das estruturas encontradas como, por exemplo, fóruns, teatros, anfiteatros e traçados.

Acerca das influências portuguesas no povoamento do Brasil, os estudos morfológicos também oferecem embasamento para a realização de análises comparativas e estudo das cidades. O trabalho de Staël de Alvarenga Pereira Costa e Maria Manoela Gimmler Netto, publicado em seu livro *Fundamentos da Morfologia Urbana*¹⁵, faz uma análise da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais (figura 10). Neste estudo, as autoras aplicam à cidade a teoria da morfogênese e as estruturas das paisagens urbanas históricas, tendo como base os estudos de M. R. G. Conzen. Esta teoria consiste na análise de processos morfológicos da paisagem urbana histórica, processos estes que deixam características específicas em cada período e

¹⁴ MARTINS, Pedro Vasco de Melo. *A persistência das formas urbanas. Leitura das pré-existências romanas na morfologia da cidade portuguesa*. 2013. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura de Lisboa.

¹⁵ PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. *Fundamentos de morfologia urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015*.

que podem ser identificadas tanto pelo padrão de uso e ocupação dos lotes, pelos tipos edilícios, traçados e até mesmo equipamentos urbanos.

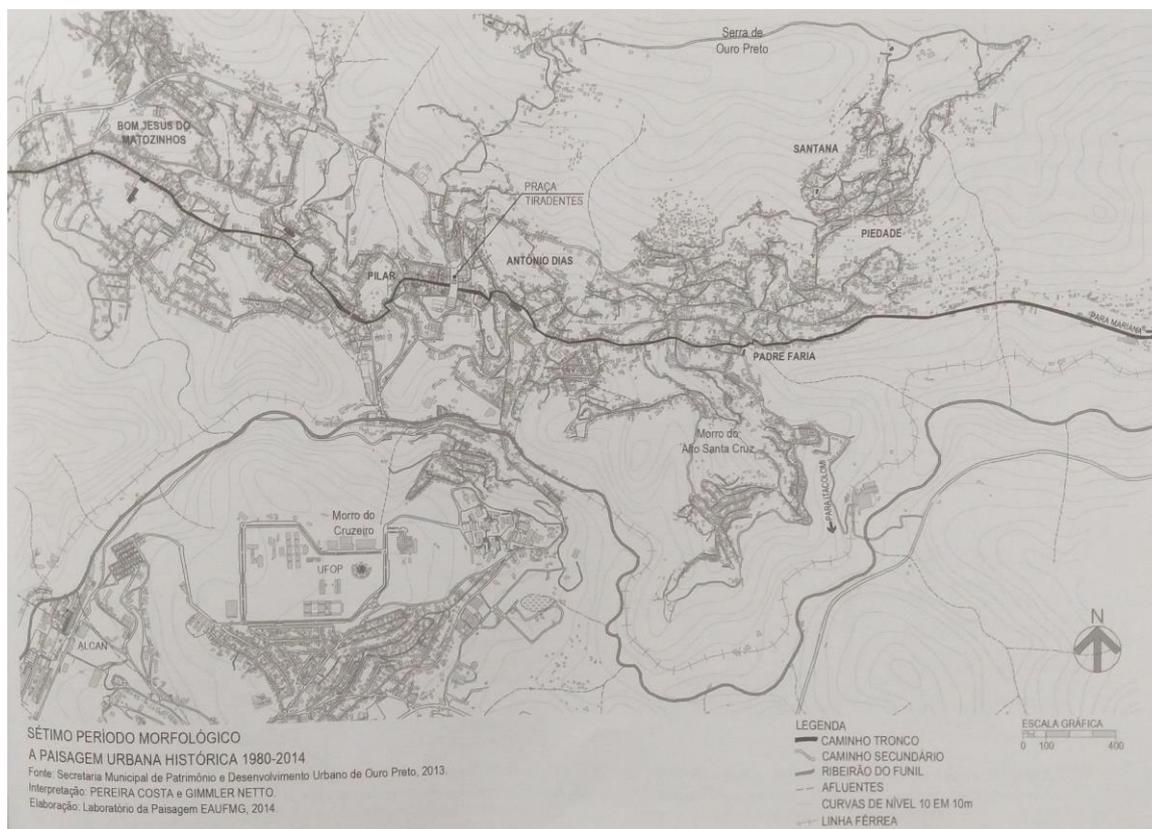


Figura 10 – A Paisagem Urbana Histórica de Ouro Preto

Fonte: PEREIRA COSTA & GIMMLER NETTO, 2015, p. 97

O estudo considerou que três períodos históricos afetaram o desenvolvimento da cidade, os quais foram: período colonial (1698-1822), período imperial (1822-1889) e período republicano (1889-2014). Dentro destes períodos, processos econômicos, políticos e sociais também afetaram este desenvolvimento, os processos são identificados como períodos evolutivos e foram divididos em sete momentos distintos (a morfogênese, a criação de Vila Rica, a consolidação de Vila Rica, a cidade de Ouro Preto, a estagnação econômica, a expansão urbana e tombamento e a paisagem urbana histórica). O primeiro período, compreendido entre os anos de 1698 e 1710, tem como marco o início dos primeiros arraiais auríferos da região e o plano urbano de Ouro Preto decorre dessa necessidade de acesso às minas de ouro. Segundo as autoras, nesse momento o tecido urbano é constituído pelas ocupações ao redor das capelas, o rancho destinado aos alojamentos e pequenas unidades residenciais.

No segundo momento, compreendido entre os anos de 1711 e 1740, a forma urbana desenvolve-se ao longo do “Caminho Tronco”, o qual estrutura a ocupação dos demais núcleos. Nesse período o tecido urbano dos povoados caracteriza-se pela ocorrência do comércio em pequenos núcleos ao redor dos largos, o surgimento de capelas e edificações

administrativas, além do aumento no número de edificações residenciais unifamiliares. No período seguinte, quando há a consolidação de Vila Rica, ocorre também o ápice da exploração aurífera, nesse momento percebe-se o desenvolvimento urbano através do surgimento de novas praças, melhorias urbanas e novas manifestações artísticas que vieram a influenciar a arquitetura.

Segundo as autoras, no período imperial, o desenvolvimento econômico promove mudanças significativas na arquitetura da região, com a predominância do estilo neoclássico. Quanto aos aspectos urbanos, há o adensamento e surgimento de novas ocupações, além disso, as vias são alargadas para receberem veículos de tração animal. Nas parcelas, os quintais servem como locais de pequenas produções agrícolas de uso particular.

Durante os anos de 1897 e 1937, Ouro Preto passa por um período caracterizado por uma estagnação econômica, decorrente da mudança da capital mineira para Belo Horizonte, nesse período a forma urbana apresentou poucas alterações, pontuadas apenas pelo surgimento de novas ruas que formavam quatro quarteirões e a construção de algumas residências.

O sexto período analisado pelas autoras compreende o tombamento e a expansão urbana da cidade. Nesse momento muitas edificações foram demolidas com a justificativa de se criar um conjunto homogêneo caracterizado pelas edificações em estilo colonial. No plano urbano, o núcleo principal sofre um processo de expansão e adensamento, há também a ocupação de áreas na periferia e encostas, iniciando o processo de ocupações irregulares. Por fim, o sétimo período consiste na paisagem urbana histórica de Ouro Preto, onde agentes como a industrialização e o turismo vão incidir na forma urbana através de transformações reveladas pela consolidação de centralidades e periferia, adensamentos e expansão urbana.

Em suas conclusões, as autoras apontam que as edificações e o padrão de uso e ocupação dos lotes revelaram uma maior capacidade de adaptação às mudanças sofridas, enquanto que o plano urbano é o elemento morfológico mais persistente.

Percebe-se ao elencar os produtos desses trabalhos que, o estudo sucessivo dos planos das cidades permitiu o entendimento do desenvolvimento das mesmas através do seu crescimento e transformações que ocorreram ao longo do tempo.

1.3 Bases conceituais da Morfologia Urbana

Para o estudo das cidades históricas, o campo da morfologia urbana tem se mostrado cada vez mais relevante, pois, através da análise dos aspectos físicos das cidades, é possível estabelecer e delimitar períodos e agentes que atuaram na conformação das cidades e de sua composição arquitetônica.

Os primeiros estudos acerca da morfologia urbana surgiram na Europa, influenciados pelo desenvolvimento das pesquisas em geografia humana desenvolvidas inicialmente por dois alemães. O primeiro deles, o historiador Johannes Fritz, publicou em 1894 um estudo comparativo entre mais de 300 cidades alemãs. Neste estudo considerou “a utilização do ‘plano’ da cidade e da cartografia como fonte de informação primordial para a história urbana, algo que até então não acontecia.” (OLIVEIRA & MONTEIRO, 2014, p.37). Como um dos resultados obtidos por tal estudo, surgiu a proposta de se classificar as cidades baseando-se no modelo do plano de cada uma.

Posteriormente, o geógrafo Otto Schlüter publica em 1899 o artigo *Über den Grundriß der Städte*¹⁶, através do qual defendia que a partir do plano de um povoado poderia se deduzir a sua história. Enquanto, no mesmo contexto, outros pesquisadores separavam os estudos da geografia física e da geografia humana, Schlüter desenvolvia estudos que mostraram que ambas as esferas deveriam fazer parte de uma mesma disciplina e, portanto, deveriam ser analisadas de forma conjunta. A metodologia criada por Schlüter consiste na

descrição dos objetos materiais como local, tamanho, formas e suas inter-relações. Em seguida, ou também paralelamente, realiza-se uma análise do contexto para revelar o que existe “atrás dos fenômenos materiais”. Nesta fase, os gestaltende Faktoren (inclusive fenômenos sociais, mentais, intelectuais, sentimentos e intenções) são consultados para compreender a gênese e as causas da formação da paisagem. (SEEMANN, 2004, p.71)

Nesse contexto surgem outras pesquisas acerca da análise urbana, mas o trabalho de Schlüter tornou-se o precursor da análise morfogenética (WHITEHAND, 2001, p.45) que veio a fundamentar, em meados do século XX, os estudos de outro geógrafo alemão, Michael Robert Günter Conzen. Em resumo, Conzen defendia uma análise do desenvolvimento da cidade de forma a entender como se resultou a estrutura de seu plano atual.

No mesmo período, década de 1960, o arquiteto e historiador italiano Saverio Muratori estudava o plano das cidades tendo como base as tipologias arquitetônicas

¹⁶ Tradução: Sobre o plano das cidades. O artigo citado está presente na publicação da sociedade geográfica de Berlim - KOLLM, Georg. *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*. Band XXXIV, nº 6. Berlin, 1899.

presentes em seu contexto e de que forma elas se inserem na urbe. “Para Muratori, o tipo é a chave para compreender a conexão entre os elementos individuais e as formas urbanas.” (PEREIRA, 2012). O conceito de tipo utilizado por Muratori, foi definido em 1825 pelo teórico francês Quatremère de Quincy, no terceiro volume da *Encyclopédie Methodique – Architecture*¹⁷, nesta conceituação é feita a distinção entre tipo e modelo, ainda segundo Pereira (2012) “o tipo é a ideia por trás da aparência individual do edifício, uma forma ideal, geradora de infinitas possibilidades, da qual muitos edifícios dissimilares podem derivar. Distingue-se do modelo, objeto específico que pode ser copiado identicamente.”

Na França, ao fim da década de 1960, foi criada a *École d’Architecture de Versailles*¹⁸, na qual Jean Castex, Philippe Panerai e Jean-Charles Depaule iniciaram uma nova forma de análise da morfologia urbana através da publicação do livro *Formes urbaines: de l’îlot à la barre*, publicado em português com o título *Formas Urbanas: A Dissolução da Quadra*¹⁹, a partir deste, eles estabeleceram um estudo baseado tanto na análise da forma urbana, como também nas tipologias arquitetônicas, com o intuito, não de revisitar o passado para entender o presente, como eram as correntes de estudo anteriores, mas analisar o presente para propor o que deveria ser realizado no futuro.

Por sua origem e desenvolvimento em países distintos e, conseqüentemente, com línguas distintas, os primeiros estudos acerca da morfologia urbana eram publicados apenas no idioma do país ao qual o autor pertencia, encontramos as primeiras obras em alemão, italiano, inglês e francês. Outras abordagens acerca da morfologia urbana têm surgido ao longo dos anos, além da tradução dos textos iniciais que foram publicadas e tornaram-se mais acessíveis.

A década de 80 trouxe uma nova era, não apenas porque vários pesquisadores retornaram às Escolas de Arquitetura, mas também se iniciam os cursos de pós-graduação em algumas escolas de arquitetura. Os estudos das tipologias e evolução da forma urbana recomeçam, sob novas influências dos cursos de pós-graduação da Europa, Ásia e Estados Unidos. (PEREIRA COSTA, 2007)

Dentre as novas abordagens, os estudos portugueses têm ganhado espaço nos debates sobre o tema, baseados nos estudos anteriores das escolas tradicionais, propõem uma análise atual, mas com embasamento histórico, de forma a prever e propor soluções futuras para o desenvolvimento das cidades. No Brasil, os estudos morfológicos também se voltam para o urbanismo contemporâneo, como é o caso do grupo de pesquisa da

¹⁷ Tradução: “Enciclopédia Metódica – Arquitetura” – publicação que definia diversos termos da arquitetura.

¹⁸ Tradução: Escola de Arquitetura de Versalhes.

¹⁹ PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formas urbanas: a dissolução da quadra*. São Paulo: Bookman, 2013.

Universidade de Brasília (UNB), que estuda as Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização (DIMPU).

1.3.1 M. R.G. Conzen e os Estudos Ingleses

O precursor dos estudos acerca da morfologia urbana na Inglaterra foi o geógrafo alemão Michael Robert Günter Conzen²⁰. “Nessa escola os geógrafos estavam envolvidos com os estudos sobre a representação física dos fatos urbanos que são coordenados pelo professor Otto Schlüter (1899), que analisava a formação da paisagem urbana por sua evolução formal.” (PEREIRA COSTA & GIMMLER NETTO, 2015, p. 47). Os estudos de Otto Schlüter, publicados no ano de 1899, fazem parte de uma série de pesquisas que influenciaram o desenvolvimento dos trabalhos de análise urbana de Conzen, principalmente no que dizia respeito às análises morfogenéticas, tendo como foco principal o estudo acerca da morfologia da paisagem urbana. Segundo Oliveira e Monteiro (2014) outros antecedentes que podem ser citados nesse contexto são os estudos de Walter Geisler (Danzig: um ensaio sobre a geografia do assentamento - 1918/1924)²¹, Hans Dörries (As cidades de Leinetal, Goettingen, Northeim e Einbeck - 1925)²², Hans Bobek (Questões básicas em geografia urbana - 1927)²³ e Rudolf Martiny (A estrutura dos assentamentos Alemães - 1928)²⁴.

Em 1933, com o estabelecimento do nazismo na Alemanha, Conzen muda-se para o Reino Unido, onde gradua-se em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Victoria, na cidade de Manchester. Posteriormente, na mesma universidade, ingressou em um mestrado na área de pesquisa de história urbana, durante o curso pôde produzir uma série de trabalhos que viriam a contribuir com o desenvolvimento de sua pesquisa acerca da morfologia urbana. Após a Segunda Guerra Mundial, entrou em debate a renovação e reconstrução das cidades que haviam sido afetadas. Nesse período, segundo Pereira Costa e Gimmler Netto (2015), Conzen inaugura uma reflexão sobre a importância da preservação das áreas centrais das cidades britânicas.

²⁰ Nascido em Berlim em 1907. Graduou-se em 1931 no curso de Geografia Histórica e Filosofia na Universidade Friedrich Wilhelms, na mesma cidade de seu nascimento.

²¹ GEISLER, Walter. *Danzig: ein siedlungsgeographischer Versuch*. Druck von AW Kafemann, GmbH, 1918.

²² DÖRRIES, Hans. *Die Städte im oberen Leinetal*. Göttingen, Northeim und Einbeck. Göttingen, 1925.

²³ BOBEK, Hans. *Grundfragen der Stadtgeographie*. Geographische Anzeiger, 1927.

²⁴ MARTINY, Rudolf. *Die Grundrissgestaltung der deutschen Siedlungen*. J. Perthes, 1928.

Em 1960, Conzen publica o livro *Alnwick, Northumberland: A Study in Town Plan Analysis*²⁵, que é conhecido como os princípios do que viria a ser a linha inglesa de morfologia urbana. Neste livro ele faz uma análise da cidade de Alnwick através do traçado de suas vias e das edificações, evidenciando que a cidade se transforma de acordo com a história cultural da região em que se insere.

A metodologia criada por Conzen consiste em uma abordagem histórico geográfica, na qual há a identificação de períodos morfológicos presentes no plano da cidade, para isso são listados os períodos históricos e os períodos evolutivos. Os períodos históricos consistem na identificação de fatos que possam fornecer datas, como é o exemplo dos períodos políticos. Já os períodos evolutivos representam situações ou inovações que contribuiram para a modificação da cidade, sejam sociais, econômicas ou políticas. A análise conjunta desses dois períodos é capaz de agrupar regiões com a mesma delimitação temporal para que se faça então o estudo de sua morfologia. Feita a distinção dos períodos morfológicos, passa-se então à aplicação da visão tripartida para a análise da morfologia urbana. Este método consiste na divisão da paisagem urbana em três partes, as quais são: a) O plano da cidade; b) O tecido urbano; c) Uso e ocupação dos lotes. O plano da cidade engloba o sistema viário e o parcelamento do solo, identificando a adaptação desse plano aos aspectos naturais do sítio, como por exemplo a topografia. O tecido urbano consiste no agrupamento de edificações com características semelhantes, as quais formam manchas no plano da cidade. Já o uso e ocupação dos lotes vai revelar qual o tipo de edificação o lote vai conter dependendo da atividade que é exercida naquele local.

Diante da análise da visão tripartida em todos os períodos morfológicos que forem identificados, haverá então a compreensão de como aconteceu a evolução da paisagem urbana no sítio que está sendo estudado. Este acúmulo de períodos morfológicos com diversas características é citado nos trabalhos de Conzen quando ele compara o plano da cidade a um palimpsesto, fazendo uma alusão a um papiro que tem o texto apagado para ser reutilizado.

Ao longo dos trabalhos de Conzen surgem outros conceitos relevantes para o estudo da morfologia urbana, um desses conceitos é o chamado *urban fringe belts*²⁶, este foi inicialmente definido por Herbert Louis em 1936. Segundo Oliveira (2016), *fringe belts* seriam “an element of urban form composed of plots with a wide variety in terms of geometry and

²⁵ Tradução: Alnwick, Northumberland: um estudo na análise do plano de cidade.

²⁶ Tradução: Cinturões de franjas urbanas.

dimensions, and whose formation at the edge of a built-up area is associated to a period of stagnation or of slow growth of this area and to how, some years later, that same area restarts its process of growth.”²⁷

Posteriormente, o termo foi retomado por Conzen, que se aprofundou nos estudos acerca dos *fringe belts*. Para ele, esta seria uma região periférica composta por uma mistura de características e que revela um período de desaceleração ou estagnação do crescimento da cidade. Outro termo utilizado por Conzen é o *burgage cycle*²⁸, o qual “consiste na progressiva ocupação edificada da parte traseira da parcela, terminando na eliminação dos edifícios e num período de pousio urbano que antecede um novo ciclo de desenvolvimento (CONZEN, 1960²⁹ apud WITHEHAND 2001, p. 47).

Os conceitos estabelecidos por Conzen foram de fundamental importância para o desenvolvimento da escola inglesa de morfologia urbana, mas não apenas ele trabalhou em prol disso. Jeremy Whitehand juntamente com Terry Slater, Ivor Samuels, Peter Larkham e Karl Kropf, criaram em 1974 o *Urban Morphology Research Group*³⁰ (UMRG) na Escola de Geografia da Universidade de Birmingham, segundo Pereira Costa & Gimmler Netto (2015), tal laboratório é o principal centro de estudos da forma urbana no Reino Unido.

O trabalho realizado pelos geógrafos e demais pesquisadores alemães são de fundamental relevância no cenário dos estudos acerca da morfologia urbana na Inglaterra. Precusores de uma nova forma de análise do plano da cidade, os alemães constituem uma escola inglesa que traz consigo uma visão particular quanto à sua metodologia, a abordagem histórico geográfica, a qual permeia, não somente o campo da geografia, mas também do urbanismo, através da relação entre seus elementos e o solo. Por sua particular visão como profissionais da geografia, os idealizadores dessa metodologia atentam-se fortemente ao plano e suas características topográficas, analisando as inserções e transformações urbanas ao longo do tempo, através da espacialidade, relação de cheios e vazios e identificação de períodos históricos que afetaram esta relação.

²⁷ Tradução: “um elemento de forma urbana composto de parcelas com uma grande variedade em termos de geometria e dimensões, e cuja formação na borda de uma área construída está associada a um período de estagnação ou de crescimento lento desta área e como, alguns anos depois, essa mesma área reinicia seu processo de crescimento”.

²⁸ Tradução: Ciclo da parcela burguesa.

²⁹ CONZEN, Michael Robert Gunter. *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis*. [S. l.: s. n.], 1960.

³⁰ Tradução: Grupo de Pesquisa em Morfologia Urbana.

1.3.2 A Escola Italiana de Morfologia Urbana

Em meados do século XX, paralelamente aos estudos ingleses a respeito da morfologia urbana, surge na Itália uma outra forma de análise através de Saverio Muratori, arquiteto e historiador formado pela *Scuola Superiore di Architettura di Roma*³¹. Segundo Cataldi et. al. (2002), após a conclusão do seu curso, em 1933, uma grande curiosidade intelectual e um elevado referencial cultural levaram Muratori a aprofundar o seu conhecimento sobre arquitetura moderna, através da elaboração de um conjunto de artigos para a revista *Architettura* sobre os mais recentes projetos arquitetônicos na Europa. Durante o período da II Guerra, Muratori não desenvolveu muitos trabalhos, mas quando iniciaram as reconstruções após esse período, ele foi o responsável por desenhar quatro edifícios na Itália, os quais foram a igreja de *S. Giovanni al Gatano* na cidade de Pisa, o edifício de escritórios da *Ente Nazionale di Previdenza ed Assicurazione Sociale em Bolonha*, a sede do Partido Democrata Cristão e a igreja de Tuscolano, em Roma.

Em 1952, Muratori foi convidado para ministrar a cátedra de Características Distributivas dos Edifícios, em Veneza. Nesse período ele pôde utilizar seus conceitos de tipo, tecido, organismo e história operativa na análise urbana do centro da cidade. Foi então, que ele publicou, em 1960, *Studi per una operante storia urbana di Venezia*³², que se tornou a primeira pesquisa sistemática sobre os edifícios históricos.

Diante do contexto na qual se inseria, a escola italiana de morfologia urbana que surgia preocupava-se com o futuro das cidades históricas, pois estava diante das propostas de intervenções, tanto materiais como formais advindos dos ideais modernistas. Através dessa preocupação, os estudiosos acerca do tema contribuíram com investigações a respeito da importância da história e memória presentes nos monumentos.

Outro nome relevante no desenvolvimento dos princípios da escola italiana é o de Gianfranco Caniggia, aluno e orientando de Muratori, tornou-se seu assistente em Roma, trabalhando principalmente no tema dos tecidos urbanos. Com a morte de Muratori, em 1973, Caniggia e os demais assistentes que trabalhavam em conjunto com ele foram excluídos da faculdade de Roma, pois seus princípios distanciavam-se das tendências que estavam em voga. Cada um deles procurou oportunidades em outras cidades e universidades onde perpetuaram o trabalho iniciado por Muratori.

³¹ Tradução: Escola Superior de Arquitetura em Roma.

³² Tradução: Estudos para uma história urbana ativa de Veneza.

Caniggia foi professor em Gênova e em Florença, onde criou uma linha de pesquisa em planejamento que veio a desenvolver uma metodologia de interpretação da cidade. Seus trabalhos viriam a ser publicados em quatro volumes intitulados *Composizione architettonica e tipologia edilizia*³³. Os dois primeiros volumes, publicados em 1982, foram elaborados juntamente com Gian Luigi Maffei, o primeiro versava sobre a interpretação da edificação de base (*edilizia di base*), já o segundo volume tinha como foco o desenho desses edifícios. Os dois volumes finais que abordam as edificações especializadas (*edilizia specialistica*) ainda não estavam concluídos quando Caniggia morreu, em 1987.

Enquanto se desenvolviam os estudos de Muratori através de seus alunos e assistentes, na Universidade de Veneza, surgiram dois nomes que contribuíram para o desenvolvimento do estudo da morfologia urbana italiana, são eles Aldo Rossi e Carlo Aymonino. Rossi publicou em 1966 o livro *L'Architettura della Città*³⁴, através desta publicação ele defende a relação entre a cidade e a arquitetura. Já Aymonino, em 1975 publica o livro *Il significato della città*³⁵, que também se volta para a análise morfológica do espaço urbano.

A metodologia elaborada pela escola italiana a partir de Muratori consiste em uma análise tipológica processual desses edifícios, a qual é denominada “leitura edilícia”, esta leitura tem o intuito de compreender de que forma a edificação foi realizada e quais as transformações sofreu ao longo do tempo, identificando qual o processo tipológico o gerou. Segundo Aragão (2006), na tipologia, seleciona-se um elemento morfológico (um tipo de construção, de espaço livre ou de componente do espaço livre), investigando-se suas variações, hierarquias e sua relação com o contexto urbano, o período histórico e a sociedade que o produziu.

O conceito de tipo utilizado por Muratori, foi definido em 1825 pelo teórico francês Quatremère de Quincy, no terceiro volume da *Encyclopédie Methodique – Architecture*³⁶, e consistia na fundamentação de que a invenção arquitetônica estaria sempre baseada em algo já existente, de forma que haveria um processo contínuo de recriação arquitetônica. “O tipo é a ideia por trás da aparência individual do edifício, uma forma ideal, geradora de infinitas possibilidades, da qual muitos edifícios dissimilares podem derivar.” (PEREIRA, 2010, p. 66). O termo foi então retomado no início do século XX por Muratori com o intuito de reforçar a

³³ Tradução: Composição arquitetônica e tipologia de construção.

³⁴ Tradução: A arquitetura da cidade.

³⁵ Tradução: O significado da cidade.

preocupação com as edificações históricas italianas diante dos efeitos ocasionados pela arquitetura moderna.

Posteriormente, em 1962, o conceito de tipo definido por Quatremère de Quincy foi utilizado pelo teórico italiano Giulio Carlo Argan, “foi a partir de um ensaio de Argan, situando novamente o problema do tipo dentro da questão mais geral da criação arquitetônica, que se baseou toda a teoria analógica contida na tendência da tipologia *edilizia* italiana.” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 20).

Com relação à tipologia edilícia, Muratori estabeleceu uma relação entre os diferentes tipos presentes nas edificações e as principais mudanças sociais e econômicas sofridas pela sociedade italiana. Dessa forma desenvolve sua análise tipológica processual que vai estudar a estrutura da paisagem construída mediante a relação da tipologia das edificações com os espaços livres.

Para a análise tipomorfológica é importante compreender as relações existentes ao nível das tipologias, as quais são chamadas de derivação e copresença. A derivação consiste na relação entre um objeto novo e os objetos que serviram de base para sua criação, nessa relação, o objeto criado, tendo como base outro objeto, se adapta devido às influências do seu contexto constituindo assim uma variação do tipo base. Já a copresença diz respeito à uma relação espacial entre os objetos arquitetônicos.

Segundo Saraiva (2014), a metodologia de análise propõe quatro níveis hierárquicos estruturantes que fazem parte do processo construtivo da cidade os quais são: 1) o material; 2) a estrutura elementar; 3) sistemas de estruturas; e 4) organismos. Através desses níveis é feita uma análise histórica que vai orientar o encaminhamento da pesquisa tipológica. Este encaminhamento pode ser encontrado através de uma pesquisa dividida em quatro etapas de investigação, que são definidas como: 1) análise da topografia das primeiras ocupações do território; 2) análise da estrutura técnica e econômica; 3) análise dos costumes e das estruturas sociais; 4) análise das características estilísticas. Através desses quatro eixos de pesquisa, a teoria de Muratori propõe dois eixos paralelos de estudo. Um deles é a realização de uma reconstrução histórica da unidade que constitui o edifício, já o outro eixo estabelece uma análise formal relativa ao processo técnico construtivo da edificação.

Para Caniggia, os edifícios podem ser classificados em dois tipos, edilícia de base (*edilizia di base*) e edilícia especializada (*edilizia specialistica*). Os básicos são os de uso predominantemente residencial unifamiliar ou multifamiliar, enquanto que os especializados contemplam os demais usos, como o comercial, industrial e institucional. Os edifícios, sejam

básicos ou especializados, inseridos em um contexto urbano passam por processos de mudanças e alterações tipológicas, esses processos vão definir as classificações dessas edificações dentro da análise morfológica.

Percebe-se então que a principal característica da escola italiana consiste na reflexão histórica das edificações de forma a entender o processo de formação da paisagem urbana. Esta reflexão “indica não somente possíveis resgates ou heranças que existem entre uma tipologia e outra, mas antes individualiza todas as possíveis filiações que todas essas tipologias podem gerar e, por consequência, todas as grandes variações morfológicas do tecido urbano.” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 35). Este instrumento de análise formulado desde Muratori permite uma análise desde a origem e todo o processo de transformação tipológica ao longo do tempo. Diferentemente da análise dos geógrafos que fundamentaram a escola inglesa, os idealizadores da metodologia tipológica processual italiana trazem consigo a visão de arquitetos, dedicando-se à investigação dos tipos e suas evoluções.

1.3.3 A Escola Francesa

Os primeiros estudos acerca da morfologia urbana na França surgem ainda no início do século XX, através de Marcel Poëte e Pierre Lavedan. Como professor no *Institut d'Urbanisme de L'Université de Paris*³⁷, Poëte buscou, através de uma abordagem multidisciplinar, estudar a cidade utilizando uma metodologia de análise histórica em que comparava várias cidades francesas. Em seus estudos defendia que a análise da realidade pré-existente era fundamental para a expansão urbana e a elaboração de projetos arquitetônicos. Em 1942, Lavedan tornou-se o diretor da mesma instituição, difundindo juntamente com Poëte, estudos acerca da morfologia urbana. “*Despite the quality of their work, neither Poëte nor Lavedan created a school of thought. Their ideas found an audience: individuals were certainly influenced by their books and teaching, but no group of disciples ever came into existence.*”³⁸ (DARIN, 1998, p. 64)

Segundo Darin (1998), Pierre Lavedan teve seu livro, *Histoire de l'urbanisme*³⁹, publicado em três volumes, entre os anos de 1926 e 1982. Através desta obra Lavedan buscou formular uma base que melhorasse a compreensão dos processos de expansão e

³⁷ Tradução: Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris.

³⁸ Tradução: “Apesar da qualidade do seu trabalho, nem Poëte nem Lavedan criaram uma escola de pensamento. Suas ideias encontraram um público: indivíduos foram certamente influenciados pelos seus livros e ensinamentos, mas nenhum grupo de discípulos surgiu.”

³⁹ Tradução: História do Urbanismo.

transformação das cidades estabelecendo uma análise cronológica, utilizando como exemplo tanto cidades que surgiram de forma espontânea, como aquelas que foram planejadas.

Mesmo existindo os estudos de Poëte e Lavedan, não surgiu nesse momento uma metodologia de análise francesa da morfologia urbana. Foi apenas no período pós II Guerra, em um contexto de efervescência do movimento moderno, que surgiram estudos que fundamentam a escola francesa, opondo-se à maciça produção habitacional, assim como a escola italiana, levantando-se diante das imposições efetuadas por este movimento.

Não apenas a França, mas em todo o mundo iniciava nesse período um amplo desenvolvimento intelectual e uma extensa reforma educacional, foi então que, em 1960, a *École d'Architecture de Versailles*⁴⁰ foi fundada por Jean Castex, Philippe Panerai e Jean-Charles Depaule. Através dessa escola, iniciou-se uma nova forma de análise da morfologia urbana. Em 1977, através da publicação do livro *Formes urbaines: de l'îlot à la barre*⁴¹, Castex, Panerai e Depaule estabeleceram um estudo baseado tanto na análise da forma urbana, como também nas tipologias arquitetônicas, com o intuito, não de revisitar o passado para entender o presente - como eram as correntes de estudo anteriores, mas analisar o presente para propor o que deveria ser realizado no futuro.

Quando já estavam envolvidos na investigação sobre a evolução histórica dos bairros parisienses, Panerai e Castex descobriram as obras de Muratori, até então desconhecidas na França, as quais forneceram o ímpeto para o aprofundamento das dimensões teórica e metodológica do seu trabalho. (MOUDON, 1997, p. 43)

Uma pesquisa realizada em 1975 por Philippe Panerai, Marcelle Demorgon e Jean-Charles Depaule, *Principes d'Analyse urbaines*⁴², resultou na publicação em 1980 do título *Éléments d'Analyse Urbaine*⁴³. Tal estudo tinha o intuito de oferecer um conjunto de reflexões acerca da análise e observação da cidade moderna. No ano de 1999, Panerai publica o livro *Analyse Urbaine*⁴⁴, o qual baseou-se nos trabalhos anteriores citados. O livro aborda inicialmente o tema das “paisagens urbanas” com enfoque na importância das análises visuais. A segunda parte aborda os “crescimentos”, definidos como “o conjunto de fenômenos de extensão e adensamento apreendidos de um ponto de vista morfológico, isto é, a partir de sua inscrição material no território.” (PANERAI, 2006, p. 51). A análise desse crescimento dá-

⁴⁰ Tradução: Escola de Arquitetura de Versalhes.

⁴¹ Publicado em português com o título Formas urbanas: a dissolução da quadra.

⁴² Tradução: Princípios da análise urbana.

⁴³ Tradução: Elementos da análise urbana.

⁴⁴ Tradução: Análise urbana - O título foi traduzido para o português em 2006 por Francisco Leitão.

se pelo estudo das partes que compõem o espaço urbano, no livro essas partes se subdividem em dois grupos, os “tecidos urbanos” e as “tipologias”.

Segundo Aragão (2006), Panerai elaborou um método de análise tipológica para o estudo de tecidos urbanos existentes ou de conjuntos de edificações agrupadas ou esparsas que compõem um “corpus significativo”. De acordo com esse método, quatro etapas deveriam ser cumpridas: 1) delimitação da zona a ser estudada; 2) classificação prévia dos objetos; 3) elaboração dos tipos; 4) tipologia.

A delimitação da zona a ser estudada vai estabelecer qual a abrangência da pesquisa, esta abrangência vincula-se a dois aspectos relativos à escolha dos níveis e à determinação da área de estudo. A escolha de níveis diz respeito ao agrupamento dos objetos que pertencem a um mesmo nível de leitura do tecido urbano, enquanto que a determinação da área de estudo vai englobar diversos níveis.

A classificação prévia dos objetos, segunda etapa, é uma fase onde o pesquisador vai realizar uma observação minuciosa dos objetos de forma a estabelecer uma primeira classificação, um agrupamento de objetos pertencentes a uma mesma família. A terceira etapa consiste na elaboração dos tipos, em que serão explicitadas as propriedades dos objetos pertencentes a cada família. E, por fim, a etapa da tipologia, que é definida por Panerai (2006) como “o conjunto dos tipos e de suas relações”. Através dessa tipologia pode-se compreender a arquitetura do objeto inserido em um tecido urbano. Em cada uma dessas etapas são elaboradas plantas e desenhos que fornecem ao pesquisador um aporte fundamental na compreensão das relações entre os objetos e contexto em que se inserem.

Mesmo cientes da abordagem italiana acerca da morfologia urbana, os franceses encontram-se num meio termo entre a abordagem inglesa e italiana, considerando em seus estudos, principalmente na *École d'Architecture de Versailles*, a ação do movimento modernista sobre o plano, e quais suas implicações.

1.3.4 Os Estudos Portugueses e Brasileiros

Mesmo não fundamentando uma escola de morfologia urbana, os contributos portugueses têm ganhado espaço no cenário atual dos estudos acerca do tema. Inicialmente, ainda na segunda metade do século XIX, a abordagem acerca do urbanismo em Portugal restringia-se a história urbana e à sociologia. Os trabalhos eram elaborados por historiadores,

geógrafos, sociólogos e arquitetos, de forma a relatar os diferentes contextos e transformações históricas ocorridas no meio urbano, mas nesse momento não se havia a criação de uma metodologia de análise particular portuguesa.

Segundo Teixeira (1993), algumas obras sobre geografia urbana são importantes e nos oferecem perspectivas globais sobre os processos de desenvolvimento urbano em Portugal, o primeiro deles é a tese de doutorado de José Manuel Pereira de Oliveira, elaborada em 1973, intitulada *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, o trabalho aborda o desenvolvimento urbano e as morfologias da cidade do Porto. O segundo trabalho citado por Teixeira é o estudo de Raquel Soeiro de Brito, *Lisboa: esboço geográfico* (1977), no qual a autora discorre a respeito do desenvolvimento demográfico e espacial de Lisboa. O último trabalho considerado fundamental nesse contexto inicial é o de Teresa Barata Salgueiro, *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*, elaborado em 1992.

Este último estudo (*referindo-se ao trabalho de Teresa Barata Salgueiro*) debruça-se sobre um conjunto de questões fulcrais para a compreensão da realidade urbana portuguesa, incluindo a estruturação da rede urbana, a caracterização do processo de desenvolvimento urbano e a sua periodização e a estrutura formal e funcional das cidades, tornando-se uma obra de referência necessária para investigações mais aprofundadas no domínio da história urbana. (TEIXEIRA, 1993, p. 385)

Através desses trabalhos, percebe-se que foi a partir da década de 1970 que as abordagens mais específicas acerca da geografia voltada à morfologia urbana começaram a ser desenvolvidos em Portugal, apesar de escassas publicações. Fernandes (2010, p. 4) afirma que “de facto, pouco ou nada se publicou sobre morfologia urbana e de autoria de geógrafos portugueses durante a década de 1980”.

Segundo Oliveira (et al. 2011), o primeiro trabalho de pesquisa a tratar propriamente do tema de morfologia urbana com o foco em planejamento em Portugal foi realizado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, por pesquisadores como Luz Valente Pereira e Nuno Portas, e é Pereira, em 1982, quem introduz o conceito de “espaço urbano” como objeto da atividade de planejamento.

Posteriormente novos trabalhos começaram a surgir, contando com o incentivo do professor José Manuel Pereira de Oliveira, através de orientações de trabalhos de mestrado e doutorado na escola do Porto. Em sua maioria, os trabalhos abordavam uma análise morfogenética como metodologia para o estudo da morfologia urbana de forma a elaborar um compilado de conhecimentos que fundamentariam intervenções em áreas urbanas.

Nesse contexto de preocupação por parte dos arquitetos e urbanistas com o planejamento urbano, o arquiteto português José Manuel Ressano Garcia Lamas, em 1989,

defende sua tese de doutorado em Planeamento Urbanístico, na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Como produto dessa tese, surge anos mais tarde o livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, tal publicação trouxe, em sua segunda edição publicada em 2000, além das pesquisas relacionadas à tese, outros textos referentes aos anos de estudos do autor acerca do tema. Através desse livro, José Lamas tornou-se conhecido tanto em Portugal, como no Brasil, pois seus estudos surgiram em um momento inicial e, portanto, de escassez de materiais e pesquisas acerca da morfologia urbana.

Até esse momento as abordagens portuguesas buscavam, portanto, “identificar e caracterizar os conjuntos e as singularidades, detectando permanências, modificações, rupturas e continuidades, cuja compreensão exige o conhecimento das gêneses, clarificadoras das morfologias” (FERNANDES, 2010, p. 6). Através disso objetivava formular orientações para a prática do urbanismo atual, reforçando a relevância da análise e contextualização histórica como um contributo elucidativo nas intervenções urbanísticas.

Nas últimas décadas, estudos desenvolvidos pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, desenvolvidos por Rosália Guerreiro, Teresa Madeira, Teresa Marat-Mendes e Margarida Valla, têm contribuído com as pesquisas acerca da evolução das cidades portuguesas. Através desse grupo está se formando um banco de dados virtual de registros cartográficos e de imagens. Segundo Oliveira (et al. 2011), este grupo também é o responsável pela publicação da revista *Urbanismo de Origem Portuguesa*, que é o único periódico português que tem o foco em morfologia urbana.

Outro contributo relevante para o desenvolvimento dos estudos da morfologia urbana em Portugal são as diversas publicações realizadas pela Universidade do Porto desde meados da década de 1990. Em sua maioria, as publicações abordam a morfologia urbana relacionando o edifício ao território em que está inserido levando-se em consideração as escalas da região, da cidade, do bairro e da rua. Enquanto algumas pesquisas mantêm o foco voltado para a morfologia, outras envolvem os aspectos tipológicos como objetivo principal. Algumas análises relacionam o edifício com a cidade e outras analisam de que forma o meio físico afeta as características socioeconômicas dos moradores da cidade. Dessa forma percebe-se o surgimento de diversas frentes de estudo a respeito da urbanização portuguesa.

Em Portugal, nos últimos anos, a análise do meio urbano através dos estudos da sintaxe espacial tem crescido entre os estudiosos portugueses. Esta forma de análise foi concebida por Bill Hillier e Julienne Hanson em Londres, no final da década de 1970, e tem se desenvolvido como uma ferramenta de auxílio aos planejadores urbanos. A sintaxe espacial

utiliza ferramentas computacionais, agregando valores quantitativos de modo a revelar fluxos e relações existentes no espaço analisado. Paulo Pinho e Vitor Oliveira⁴⁵ utilizam em suas pesquisas uma junção entre a análise sintática e uma abordagem morfológica, identificando as relações entre os períodos morfológicos as interações locais e globais da sintaxe. Esta forma de análise também é amplamente utilizada nos dias de hoje por ser uma ferramenta tecnológica de apoio aos planejadores urbanos que desejam prever linhas de expansão futura ou compreender o cenário atual das cidades.

O desenvolvimento de novas abordagens e os avanços em pesquisas em diversas partes do mundo incentivaram também o surgimento de redes e seminários voltados ao tema. Em 1994 foi fundado o ISUF (International Seminar on Urban Form), que é uma organização internacional voltada à pesquisadores e profissionais da área de morfologia urbana, com o intuito de desenvolver pesquisas acerca do ambiente construído contemplando as diversas disciplinas que circundam o tema, promovendo congressos e publicações.

Como parte desse cenário surgiu o PNUM (Portuguese-speaking Network of Urban Morphology), que é a Rede Lusófona de Morfologia Urbana. Esta organização faz parte do ISUF e contempla membros oriundos de quinze países. A rede agrega profissionais e estudantes de diversos setores que tem o intuito de desenvolver pesquisas acerca da forma urbana. Seus principais objetivos são a promoção do estudo da forma urbana bem como o desenvolvimento e a consolidação do estudo da morfologia urbana em Portugal e países lusófonos; além da articulação da própria rede com o International Seminar on Urban Form.

Tais grupos, oriundos do interesse em se aprofundar acerca dos estudos da forma urbana, revelam a necessidade da fundamentação constante das novas metodologias que surgem no âmbito da morfologia urbana, ressaltando os princípios abordados desde as escolas tradicionais, de forma a fornecer um aparato sólido para as transformações que venham a acontecer.

No Brasil, as contribuições acerca da morfologia urbana no campo da arquitetura e urbanismo ainda se desenvolvem em sítios específicos, abordando áreas pontuais do território. Percebe-se ainda, através dos anais de eventos ligados ao tema, como o jornal do

45 PINHO, P. ; OLIVEIRA, V. *Cartographic analysis in urban morphology*. Environment and Planning B: Planning and Design, v. 36, n. 1, p. 107-127, 2009.

PINHO, P.; OLIVEIRA, V. *Planning in times of uncertainty*. In: CITTA 2nd Annual Conference on Planning Research. 2010.

OLIVEIRA, V.; MARAT-MENDES, T.; PINHO, P. *O estudo da forma urbana em Portugal*. U. Porto Editorial-Universidade do Porto, 2015.

ISUF e publicações do PNUM, que a produção bibliográfica brasileira tem crescido ao passo que a participação dos pesquisadores brasileiros nesses eventos tem se tornado cada vez mais expressiva.

Segundo Pereira Costa (2007), os primeiros estudos sobre o meio urbano no Brasil foram realizados por historiadores, e levavam em consideração principalmente os aspectos sociais e econômicos. Mesmo existindo pesquisas com o tema “estudos morfológicos”, os primeiros trabalhos englobavam formulações muito generalizadas, portanto o termo mais apropriado para tais seria “estudos urbanos”. Ainda em seu artigo sobre os antecedentes dos estudos morfológicos brasileiros, Pereira Costa (2007) alega que, “há duas áreas de conhecimento que trabalham com a morfologia urbana: a Geografia humana, e a Arquitetura e Urbanismo”. As pesquisas que foram realizadas no âmbito da arquitetura e urbanismo, tinham como ênfase o estudo das tipologias arquitetônicas.

Em todo o mundo, durante a década de 1960, algumas transformações trouxeram uma nova forma de se pensar o urbanismo, o crescimento das cidades e os novos ideais modernistas incentivaram o aumento dos estudos acerca da forma urbana. Ao mesmo tempo, nesta década, com o advento da ditadura militar, a produção científica brasileira ficou em partes estagnada, enquanto que em países como a Inglaterra e Itália os desenvolvimentos acerca da morfologia urbana estavam em constante avanço.

Foi então que, somente na década de 1980, se retomou o desenvolvimento das pesquisas acerca da morfologia urbana no Brasil, influenciados pelos estudos realizados em outros países. Como resultado destas influências, surgem pesquisadores como Vicente Del Rio⁴⁶ e Staël Pereira Costa, nomes relevantes na bibliografia brasileira sobre desenho urbano e estudos da forma urbana. Nesse período também começam a surgir congressos e seminários acerca do tema, tornando possível a difusão e discussão com o surgimento de outros nomes nesse cenário.

Posteriormente, em Brasília, Gunter Kohlsdorf e Maria Elaine Kohlsdorf⁴⁷ inserem-se no campo de pesquisas acerca da morfologia urbana, levando em consideração a dimensão morfológica dos lugares, onde há a inserção do fator humano nas pesquisas. Uma outra vertente de estudos surgiu em 1994, relacionando o estudo da morfologia urbana à análise da qualidade dos espaços livres, o grupo Quapá-sel, da Universidade de São Paulo, atualmente

⁴⁶ DEL RIO, V. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. Editora Pini, 1990.

⁴⁷ KOHLSDORF, Maria Elaine; KOHLSDORF, G. *Dimensões Morfológicas dos Lugares-A Dimensão Topoceptiva*. 2004.

conta com diversos núcleos espalhados pelo país, com o intuito de perceber como ocorrem os padrões nos espaços públicos existentes no Brasil.

Na Universidade de Brasília, trabalhos realizados pelo laboratório DIMPU (Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização) trazem reflexões acerca dos processos de urbanização e dimensões morfológicas da cidade, as quais dizem respeito aos instrumentos normativos de planejamento, à gestão democrática e participação, à análise econômico-geográfica do espaço urbano e à sistematização de informações, bem como às questões relacionadas às dimensões morfológicas do processo de urbanização.

As pesquisas atuais, no Brasil, têm utilizado como subsídio metodológico a teoria da lógica social do espaço, mais conhecida como sintaxe espacial, termo já citado anteriormente ao citar os estudos portugueses. Os estudos da sintaxe espacial estudam o espaço a partir da lógica social, o que objetiva, segundo Holanda (2002), estudar a relação entre o espaço arquitetônico e a sociedade. Como exemplo dessas investigações, podemos citar os trabalhos já realizados na cidade de Brasília, principalmente por Frederico de Holanda⁴⁸, além das pesquisas desenvolvidas por Valério Medeiros⁴⁹, o qual apresentou um completo e complexo trabalho de análise comparativa entre várias cidades brasileiras.

Mesmo existindo diversas frentes de estudo acerca da morfologia urbana no Brasil, a quantidade de pesquisas e de regiões a serem exploradas ainda é vasta, ainda mais quando se trata da região centro-norte do Brasil, onde a produção acadêmica iniciou tardiamente, quando comparada a outras localidades do país.

1.4 Acerca da Persistência da Forma Urbana

Além dos estudos morfológicos, outro campo interdisciplinar que tem sido utilizado para análise do plano da cidade, é o estudo acerca da persistência da forma urbana. Um dos primeiros teóricos a fazer um estudo sistemático do tema foi o historiador francês Pierre Lavedan, nome citado anteriormente como precursor da escola francesa de morfologia urbana, juntamente com Marcel Poëte. Formado pela *École Normale Supérieure*, em Paris, Lavedan iniciou sua carreira lecionando em várias escolas da região. Em 1921 inicia seu trabalho como professor de história da arte na Universidade de Toulouse participando, também nesse período, das escavações de *Saint-Bertrand-de-Comminges*, cidade romana

⁴⁸ DE HOLANDA, F. *Arquitetura e urbanidade*. PróEditores, 2003.

⁴⁹ MEDEIROS, V. *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*. Editora UnB, 2013.

próxima à Toulouse. Através do relatório crítico⁵⁰ das escavações, elaborado pela comissão a qual Lavedan pertencia, percebe-se que os trabalhos em St. Bertrand se desenvolviam de forma positiva, há relatos de uma reconstrução parcial da topografia da cidade antiga, além da identificação de monumentos, edifícios civis, estátuas e peças encontradas.

Segundo Gerbod⁵¹ (1985, apud GRUDET, 2007, p.6), Lavedan “Il participe ainsi à un mouvement d’inscription de l’histoire régionale – jusque-là cantonnée dans les cercles d’amateurs érudits – dans le champ universitaire, mouvement visible à travers la création de chaires sur l’histoire et la géographie des régions.”⁵² O desenvolvimento de sua carreira através dos estudos históricos e práticos sobre os aspectos geográficos das cidades serviram como embasamento para sua tese complementar de doutoramento, defendida em 1926. O resultado deste trabalho promoveu a publicação de *Histoire de l’urbanisme Antiquité et Moyen Âge*⁵³ em 1926 e *Qu’est-ce que l’urbanisme? Introduction à l’histoire de l’urbanisme*⁵⁴, publicado no mesmo ano. Como desdobramentos dessas primeiras publicações, surgiram anos mais tarde *Histoire de l’urbanisme Renaissance et temps modernes*⁵⁵, em 1941 e *Histoire de l’urbanisme. Époque contemporaine*⁵⁶, em 1952.

Os dois primeiros volumes, publicados em 1926, trazem estudos acerca de dois tipos de plano na formação dos povoamentos, as quais ele identifica como “plano regular” e “plano radiocêntrico”. Em suas conclusões acerca desta análise, Lavedan relata que o tipo de plano revela estágios nos processos de civilização, onde os “planos regulares” corresponderiam a civilizações mais rudimentares e os “planos radiocêntricos” corresponderiam a um progresso da humanidade. Em 1941, a publicação de *Histoire de l’urbanisme Renaissance et temps modernes* ainda traz discussões acerca dos tipos de plano, mas não se tornam o centro desta pesquisa, a qual busca afirmar a preferência de Lavedan “pela cidade clássica”, “Il loue les principes esthétiques comme le respect des proportions, la grandeur, l’ordre qui sont retenus

⁵⁰ Pierre Lavedan, Raymond Lizop, Bertrand Sapene. *Fouilles de Saint-Bertrand-de-Comminges (Lugdunum Convenarum)*, 1920-1929. Toulouse, Privat, 1929.

⁵¹ GERBOD, P. Le personnel enseignant de la faculté des lettres et sa contribution à la recherche et au changement culturel. Éditions du CNRS, Paris, 1985.

⁵² Tradução: “Assim, participa de um movimento de inscrição da história regional - até então confinada nos círculos de amadores eruditos - no campo universitário, movimento visível através da criação de cadeiras sobre a história e a geografia das regiões.”

⁵³ Tradução: “História do urbanismo - Antiguidade e Idade Média”.

⁵⁴ Tradução: “O que é planejamento urbano? Introdução à história do urbanismo”.

⁵⁵ Tradução: “História do urbanismo renascentista e tempos modernos”.

⁵⁶ Tradução: “História do urbanismo - Era contemporânea”.

au bénéfice de cette ville.⁵⁷(GRUDET, 2007, p. 14). Passado o período da II Guerra, através da publicação de *Histoire de l'urbanisme. Époque contemporaine*, em 1952, Lavedan busca contribuir com o planejamento urbano, trazendo a história da organização das cidades através de bons e maus exemplos.

Por meio de estudos e análises cartográficas desenvolvidas em sua tese e ao longo de sua carreira, Lavedan desenvolve uma metodologia de análise, a qual promove a identificação de elementos que seriam geradores do plano da cidade, embasando o que ele identificou como "*loi de persistance du plan*"⁵⁸, através dela revela que a superposição de níveis históricos em um plano não apaga certos traços, sendo possível "utilizar os documentos cartográficos no estudo retrospectivo da forma da planta urbana" (PINTO, 2015, p. 128).

A 'lei' fundamentava-se nos seguintes argumentos: sempre que numa cidade não existissem ações urbanísticas sistemáticas e dirigidas por forças maiores, a continuidade da vida urbana ou a reconstrução espontânea não originava modificações significativas na forma da planta urbana, podendo-se, assim, utilizar os documentos cartográficos recentes ou antigos como fonte de pesquisa para o conhecimento das formas das plantas urbanas passadas; se, pelo contrário, as intervenções produzissem transformações radicais na forma da planta urbana, a data dos eventos seria utilizada para validar a informação dada pelo documento cartográfico. (PINTO, 2015, p. 128)

Para a fundamentação de sua tese, Lavedan fez o estudo da planta das cidades de Tell el Amarna (Egito), Salonique (Grécia), Fourvière (França), Beaumont (França), Périgord (França), Cambridge (Inglaterra), Paris (França) e Munique (Alemanha). Através desta análise ele pôde concluir que, as cidades que tem um intervalo curto entre a sua destruição e reconstrução, tendem a recuperar-se de forma espontânea mantendo características preexistentes, havendo mudanças significativas apenas naquelas que recebem intervenção direta do Estado na aplicabilidade de um novo modelo. Com isso, constata-se também a possibilidade de utilizar a planta atual da cidade como referência para o estudo de períodos anteriores, analisando-se os elementos que permaneceram ou que foram reconstruídos em momentos posteriores, seguindo o traçado inicial.

Os desdobramentos acerca da persistência da forma urbana embasada por Lavedan são retomados e desenvolvidos em outros estudos voltados à morfologia urbana. Na década de 1970, Pierre Pinon retoma a fundamentação da "*loi de persistance du plan*" aplicando-a em

⁵⁷ Tradução: "Ele elogia os princípios estéticos, como o respeito às proporções, à grandeza, à ordem que são retidas para o benefício desta cidade."

⁵⁸ Tradução: Lei de persistência do plano.

estudos sobre as cidades medievais⁵⁹. Em 2006, publica um artigo intitulado *Défense et illustration de la "Loi de persistance du plan"*⁶⁰, através do qual identifica em plantas de cidades francesas elementos que persistiram ao longo do tempo. Na Itália,

“Muratori será um dos primeiros autores a desenvolver e aplicar de os conceitos desenvolvidos por Lavedan, realizando um estudo histórico da cidade de Veneza, no qual analisa em detalhe a evolução morfológica de vários quarteirões através da leitura dos principais momentos históricos, e da análise detalhada do tecido edificado existente, procurando na cidade herdada marcas de estruturas pré-existentes que permitissem a compreensão da sua evolução morfológica” (MARTINS, 2013, p. 23)

Ainda, segundo o autor, ao se tratar do desenvolvimento dos estudos acerca da persistência urbana, o arquiteto italiano Aldo Rossi, através de seu livro “A arquitetura da Cidade”, “contribui para o desenvolvimento metodológico e teórico da questão, ao introduzir o conceito de tipologia” (2013, p. 25). Através desta publicação, Rossi analisa o processo de transformação da cidade levando em consideração a permanência de tipologias. Outros estudos desenvolvidos na Itália por Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei, também se utilizam dos elementos que persistiram para fundamentar os preceitos anteriormente defendidos por Saverio Muratori quanto à análise tipológica das edificações para o estudo morfológico das cidades, aplicando-os à cidades italianas oriundas ainda na idade média, revelando que seus elementos medievais influenciam de forma veemente na morfologia das cidades estudadas.

Já a escola inglesa de morfologia urbana, fundamentada por M. R. G. Conzen, também aborda a persistência da forma urbana ao compara o plano a um palimpsesto, onde as novas formas se sobrepõem, mas os registros antigos ainda deixam marcas no traçado atual.

Segundo Botechia (2018), no Brasil, Nestor Goulart Reis⁶¹ também se utiliza dos princípios da persistência urbana ao analisar as transformações de São Paulo, onde defende que as estruturas anteriores podem ter condicionado as subsequentes, pela continuidade. “Desse modo é possível identificar sinais, ao proceder com análise cartográfica, da direção de uma muralha, que já não existe mais, mas que persiste na composição do traçado das ruas da cidade.” (2018, p. 3).

Percebe-se através das metodologias das escolas inglesa, italiana e francesa que há uma interação entre esses estudos, podendo ser usados de forma complementar na análise das persistências através de diferentes interfaces. O cruzamento de informações da análise

⁵⁹ PINON, Pierre. Le passage des structures architecturales antiques dans les tissus urbains médiévaux. Caesarodunum, Vol. XIII, [S. l.], 1978.

⁶⁰ Tradução: Defesa e ilustração da lei da persistência do plano.

⁶¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. São Paulo: vila, cidade, metrópole. Prefeitura de São Paulo, 2004.

histórico geográfica e tipológica processual torna-se importante aparato para a percepção das persistências da forma urbana e tentativa de construção retrospectiva dos planos estudados, contribuindo também com o aprofundamento de estudos históricos.

Capítulo 2

Processo

*Aprender uma cidade é, na verdade,
uma coisa lenta. É preciso, entretanto,
saber algumas coisas, e precisamos
andar distraídos, bem distraídos
para reparar essas coisas.*

Rubem Braga

2.1 A cidade de origem portuguesa e a urbanização brasileira

Os primeiros registros bibliográficos acerca da história da urbanização brasileira surgem nos anos 1950, sendo um dos principais nomes desse período o de Nestor Goulart Reis Filho, que através de sua tese de livre docência, defendida em 1964, *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)*⁶², constituiu um novo enfoque na análise dos estudos a respeito das origens da urbanização brasileira, onde questiona o mito da ausência de planejamento nos povoamentos coloniais. Nesse período se discutiam diversas vertentes e estudos acerca do traçado dos núcleos surgidos ainda no período colonial brasileiro. Abordagens iniciais defendiam que na América Espanhola as formações urbanas conheciam um modelo de traçado regular, enquanto que as povoações portuguesas refletiam no plano a ausência de ordem e planejamento. “A ordem era ignorada pelos portugueses como assinalavam deliciados os viajantes. As suas ruas, ironicamente chamadas ‘direitas’, eram tortas e cheias de altibaixos, as suas praças de ordinário irregulares” (SMITH, 1955, p. 12).

Os primórdios da colonização portuguesa revelam que a preocupação inicial não foi a de fixar núcleos, mas sim de percorrer o território, utilizando-se de uma política colonizadora interessada e baseada na extração de pau-brasil. Apenas em 1532, com a criação das capitanias hereditárias percebe-se o primeiro interesse em fixar-se na terra, principalmente litorânea, como forma de proteção e desenvolvimento do território. Aos donatários cabia a responsabilidade pela fundação de vilas em sua capitania, bem como suas atividades administrativas e militares. O resultado desse programa administrativo não ocorreu de forma positiva, devido diversos fatores como, por exemplo, a grande extensão de terras, o alto custo dos investimentos, a falta de recursos humanos e os ataques constantes contra os indígenas nativos, houve uma grande transformação na política urbanizadora da coroa, a qual tinha por interesse a centralização do governo. “A partir de 1549, as capitanias passaram a ser comandadas pelo sistema de Governo Geral, cujos governadores respondiam direto ao Rei e administravam as ações dos donatários.” (OLIVEIRA, 2012, p. 44), sendo Tomé de Sousa o primeiro governador geral. No mesmo ano, fundou-se a cidade de Salvador, a primeira da colônia e a qual se tornou a sede administrativa do governo.

⁶² Publicada como livro em 1969.

Os desdobramentos políticos e econômicos gerados por essa nova forma de administração, mais centralizadora, acarretaram em mudanças no cenário de ocupação territorial da colônia e as antigas capitanias hereditárias foram retomadas das mãos dos donatários e passaram a pertencer novamente à coroa, por meio da revogação das concessões ou por compra, dessa forma, na segunda metade do século XVIII o território brasileiro passara ao controle direto da administração portuguesa, o qual promoveu a fundação de novas vilas e iniciou o processo de regulamentação das já existentes. Segundo Godoy e Bray, “a oficialização de núcleos urbanos perante o poder institucional dava-se com a edificação de uma capela que uma vez visitada por um cura, poderia promover o povoado à categoria de vila ou de cidade” (2003, p. 188).

Com relação à fundação dos povoamentos no território brasileiro, Marx alega que, “não bastava, contudo, erguer uma ermida; não bastava construir, por melhor de fosse, uma capelinha; era necessário oficializá-las. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso em comum; era necessário sagrá-lo” (1991, p. 19). Diante disso, percebe-se nesse primeiro momento que a união entre Estado e Igreja, foi de fundamental importância na fundação e na elaboração de políticas de expansão urbana. Os novos espaços que surgiam representavam não apenas o poderio português sobre a colônia, mas também a influência da igreja sobre o traçado dos novos povoamentos no início da colonização.

Acerca das fundamentações sobre a forma e o traçado das vilas no Brasil colonial, surgem diferentes abordagens, uma importante análise elaborada por Paulo Santos através do trabalho intitulado *Formação de cidades no Brasil colonial*⁶³, defende a existência de uma evolução no traçados das vilas no Brasil, alegando que, inicialmente os traçados eram inteiramente irregulares, evoluindo para traçados relativamente regulares, posteriormente existindo aqueles que inicialmente foram irregulares, mas foram refeitos de forma regular e, por fim, os traçados perfeitamente regulares identificados no período pombalino.

Outro nome importante nesse cenário é o do historiador Sérgio Buarque de Holanda, através da publicação *Raízes do Brasil*, de 1936. Nesse texto o autor traz suas considerações acerca da morfologia das cidades portuguesas e espanholas, enfatizando a preocupação do planejamento do traçado das vilas de colonização espanhola ante à aparente ausência de planejamento nas vilas brasileiras.

⁶³ Trabalho apresentado no Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, em Coimbra, no ano de 1968, publicado como livro em 2001.

A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim. Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil, que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio, e a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária. (HOLANDA, 1992, p.76)

Como citado no capítulo anterior, a urbanização portuguesa passou por diversos processos de transformação, influenciados e, em sua maioria impostos, principalmente, pelo domínio romano e muçulmano. Após tais dominações, houve o período da reconquista cristã, onde foi fundado o Reino de Portugal. O desenvolvimento da ocupação territorial nesse período trouxe novas características com relação à forma urbana dos núcleos portugueses e que, vieram a influenciar o processo de ocupação territorial brasileiro. As povoações portuguesas entre a Idade Média e os períodos seguintes retornam, em grande parte, à utilização do formato ortogonal, influência deixada pelos romanos em muitas das cidades já existentes, mas, aliado a isso, desenvolvem outras características como a adaptação às condicionantes naturais, como relevo e cursos d'água. O resultado disso é a distribuição das fortificações e principais edificações aproveitando-se da estrutura do terreno, implantando-as em lugares mais elevados (figura 11). A partir destas edificações, delineavam-se os principais caminhos, que “se sobrepunham às linhas naturais do território – as linhas de cumeeada e as linhas de vale -, as quais se tornavam as principais ruas da cidade” (TEIXEIRA, 2012). Ainda segundo o autor, a silhueta da cidade acomodava-se ao sítio e a tornava facilmente legível, sendo de fácil orientação e referência.



Figura 11 – Lisboa, Portugal. Ruas construídas sobre as linhas de cumeeada, orientadas para edifícios localizados em posições dominantes

Fonte: TEIXEIRA, 2012, p. 42

Já nas cidades implantadas ladeando as margens de rios e mares, a disposição dos caminhos que determinavam os povoamentos acontecia paralelamente o curso d'água (figura

12). Os elementos polarizadores que determinavam o caminho principal eram geralmente as capelas ou igrejas. Cada uma das capelas apresentava em seu entorno um largo, que posteriormente se tornariam praças. A partir desses elementos, então, formava-se o caminho principal do povoamento, denominado rua Direita, nesta rua surgiam as primeiras edificações residenciais e paralelamente a ela se implantavam as demais ruas.



Figura 12 – São Tomé e Príncipe

Fonte: TEIXEIRA, 2012, p.48

Sabendo-se da existência de uma forma particular de ocupação do território em Portugal, e comprovando as divergências quanto ao ordenamento territorial nas povoações brasileiras, os historiadores convergem ao menos em um ponto, ao enfatizar que, no século XVI a política urbanizadora é a “solução mais eficaz de colonização e domínio” (REIS FILHO, 1968, p. 66), e foi por meio da criação de vilas que Portugal definia suas fronteiras e protegia seu território. Estas primeiras vilas que surgiram através dessa motivação, apresentam o que Manuel Teixeira denomina “urbanismo vernáculo”, o autor alega que “essa componente vernácula corresponde habitualmente às primeiras fases de implantação urbana, feitas sem o recurso de técnicos especializados, em que se observa uma estreita relação do traçado urbano com as características físicas de seus locais de implantação”(2012, p. 13). Mesmo nesse período em que a constância do surgimento de vilas dava-se sem planejamento, as cidades localizadas no litoral do Brasil já apresentavam preocupações nesse sentido, através do envio de investimentos, engenheiros militares e arquitetos.

Percebe-se também, na formação da colônia, a influência de três ordens na configuração do espaço urbano. A primeira, foi a existência do sistema de sesmarias, o qual correspondia ao controle dos meios de produção da terra, a segunda influência que atuou

sobre a configuração do espaço foi a igreja, e a terceira foi a importância da instituição municipal, a qual representava o controle político-administrativo por parte da Coroa Portuguesa. A confluência desses agentes define o traçado das vilas surgidas nos primeiros séculos da colonização brasileira, tendo como personagem de destaque a igreja. Segundo Marx (1991), foram fundamentalmente os territórios doados pelos donatários de sesmarias para a construção de capelas, e os patrimônios doados para sua sustentação econômica que deram origem a parte significativa dos assentamentos urbanos do país.

No entanto, esse cenário começa a sofrer alterações em meados do século XVIII, quando a Coroa portuguesa inicia um processo de centralização política, que tem como ápice o reinado de D. José I. Nesse período, o Marquês de Pombal, antes secretário de Estado, foi nomeado Primeiro Ministro, tornando-se o responsável pelas obras de reconstrução de Lisboa, que havia sido devastada por um terremoto em 1755. Ao assumir o cargo, Pombal também promove mudanças no Brasil, sendo sua atuação fundamental no processo da fundação de vilas fronteiriças que demarcavam o território da colônia, revelando através do traçado urbano e da disposição das edificações nas vilas o poder da Coroa, deixando esmaecer a imponência e o controle da igreja. “Pombal, defensor da separação da Igreja e do Estado, exerceu forte domínio na administração política, o que teve consequências significativas na colônia brasileira, entre elas a expulsão dos jesuítas, a expansão das fronteiras do Brasil, o programa de novas vilas na região norte e o este e a defesa da fronteira sul.” (OLIVEIRA, 2012, p. 29). Durante esse período, já se iniciara a interiorização do Brasil, com a descoberta de ouro em São Paulo, Goiás e Mato Grosso.

Anteriormente às transformações propostas por Pombal, o traçado das vilas tinha predominantemente características que se adaptavam ao terreno onde se inseriam, fixadas principalmente à beira mar ou às margens dos rios, obedeciam à uma regularidade na escolha do sítio, onde os aspectos topográficos eram de fundamental importância, principalmente nas cidades costeiras onde se erguiam as fortificações. “Em muitas cidades de origem portuguesa, as implantações urbanas iniciais eram construídas em lugares elevados, com melhores possibilidades de defesa e a partir dos quais era possível controlar o território em volta.” (TEIXEIRA, 2012, p. 41). Os núcleos menores apresentavam uma maior irregularidade em sua formação e em seu traçado, mas, quanto à disposição de suas edificações havia uma constante definida por meio das praças, igrejas e casas de câmara e cadeia.

O plano das vilas fundadas nos séculos XVI e XVII, basicamente constituíam-se pela existência de praças e ruas. Nas praças, ou largos, eram onde encontravam-se as principais edificações públicas e religiosas, serviam também de cenário para reuniões cívicas e manifestações religiosas. Havia também nesse período uma certa hierarquização dos espaços urbanos, determinada principalmente pela localização dos edifícios públicos e religiosos, era, portanto, a partir deles que desdobrava a lógica da organização da cidade. As ruas nesse período serviam apenas como local de passagem, como nota-se na planta de Olinda (figura 13), elas eram tortuosas e irregulares, sua forma era determinada pelo alinhamento das fachadas, quase que em totalidade, não apresentavam recuo frontal e calçadas. O traçado das ruas definia a formação das quadras, que poderiam ser formadas por dois tipos de lotes, os estreitos e compridos que iam de um lado a outro do quarteirão, e as quadras compostas por duas fileiras de lotes, que se unem através da sua parte posterior. Nos lotes, as edificações locavam-se em sua parte frontal, sem recuo lateral e frontal entre as edificações, ao fundo ficavam os quintais. Com relação às construções, “os edifícios dos primeiros tempos, até meados do século XVII, evidenciavam na sua simplicidade a modéstia da vida urbana e a severidade das condições da época da instalação da colônia.” (REIS FILHO, 2000, p. 155).

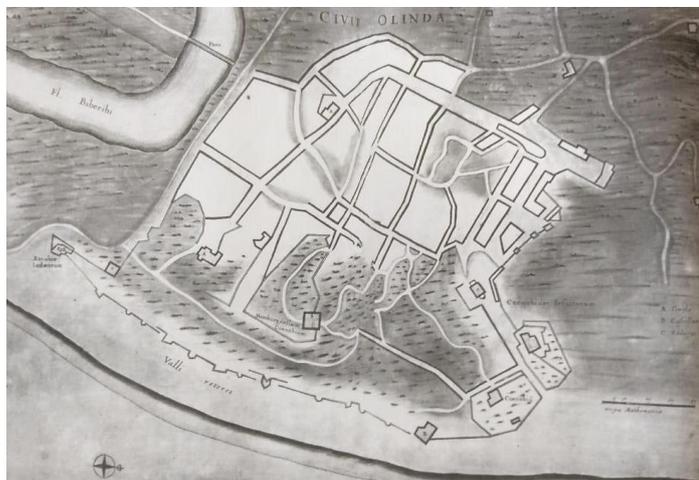


Figura 13 - A planta de Olinda com traçado irregular (ilustração em Barlaei, 1647)

Fonte: REIS FILHO, 2000, p.82.

A partir de meados do século XVIII, sob a liderança do Marquês de Pombal, as vilas e cidades do Brasil sofreram modificações em seu traçado. Nesse momento, novas vilas também surgem, já adaptadas ao modelo geométrico determinado, enquanto que as que já existiam, deveriam adaptar-se. Também nesse período, os arraiais mineradores que surgiram de forma desordenada, sem preocupação com relação ao planejamento, também deveriam ser remodelados, o que não aconteceu em muitos dos casos, pois estes arraiais apresentavam

características distintas do restante da colônia, tais especificidades serão abordadas no tópico seguinte.

Esse novo modelo de implantação consistia na locação de uma praça na região central, geralmente quadrada, onde deveriam ser situadas as principais funções institucionais, como igrejas, pelourinho e casa de câmara e cadeia. A partir da praça, se definiria a malha urbana seguindo um sistema ortogonal, como pode ser percebido no traçado da Villa de S. Jozé do Macapa (figura 14). Em algumas vilas constata-se a presença de duas praças, “normalmente, uma era dedicada ao poder municipal, nela se implantando a casa de câmara e o pelourinho, e a outra ao poder religioso, nela se localizando a igreja e o cruzeiro.” (TEIXEIRA, 2012, p. 159). Com relação aos lotes destinados à construção de residências, “deveriam ser alinhados e obedecer ao mesmo feitio externo.” (SCHÜRMAN, 1999, p. 168). O modelo a ser seguido era descrito em cartas régias, as quais traziam as diretrizes para a escolha do sítio, a implantação das edificações e qual deveria ser o modelo dessas edificações. Roberta Marx Delson, em *Novas vilas para o Brasil Colônia - planejamento espacial e social no século XVIII*⁶⁴, alega que a política da Coroa ante à colônia tinha o intuito de promover uma europeização que englobava, inclusive, o ordenamento urbano. Defende ainda que a existência das normas urbanísticas na instalação das vilas significava uma nova atitude da Coroa para com a colônia e que a adoção desse novo preceito representaria, de forma simbólica, o “bom governo”.

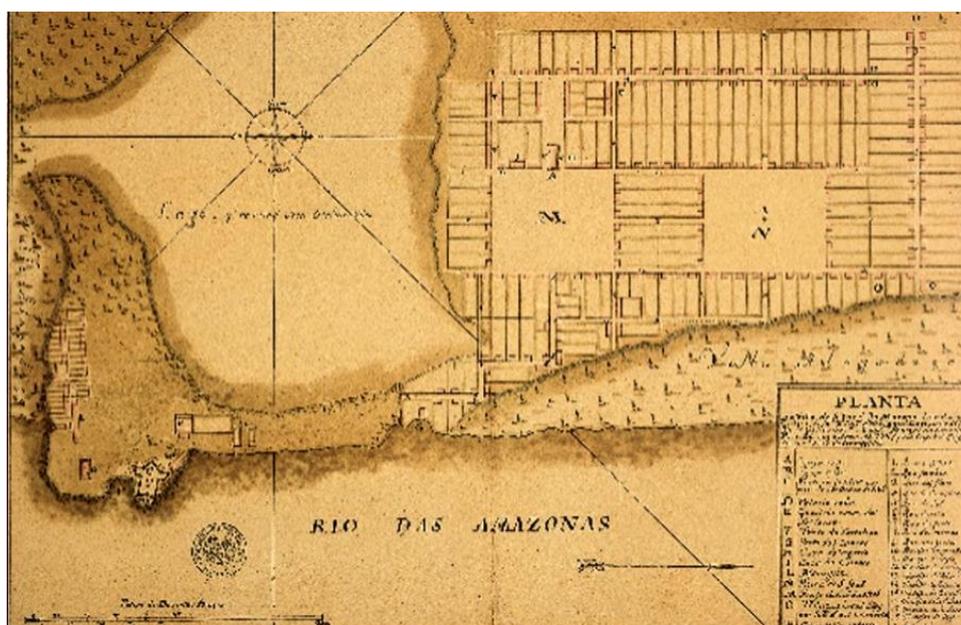


Figura 14 - Planta da Villa de S. Jozé do Macapa - 1761

Fonte: Sudoestesp – Coleção: Imagens Período Colonial - Amapá

⁶⁴ DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva-Cord, 1997. (Alegações presentes especialmente no Capítulo VI).

Através dos estudos supracitados e das abordagens apresentadas, percebe-se que os principais autores se debruçam sobre explicações acerca das formas urbanas, através da análise dos planos e da comparação entre as cidades de origem portuguesa e as de origem espanhola. Em geral, as bibliografias que tratam do processo de urbanização no período colonial brasileiro e da fundação de vilas apresentam como marco fundamental no processo de planejamento urbano o período pombalino, mas em contrapartida consolidam as afirmações de que as recomendações e regulamentações desse período não atingiram todas as vilas já existentes, não sendo aplicadas principalmente nas vilas que surgiram no período aurífero, as quais, mesmo não apresentando um planejamento prévio, apresentam características semelhantes a outros povoamento surgidos tanto em Portugal, como em outras colônias portuguesas.

2.2 Urbanização de Goiás no século XVIII

O início da colonização de Goiás está relacionado, primeiramente, a uma estratégia da coroa portuguesa que visava garantir a posse e o controle do território da colônia, fixando núcleos urbanos em terras ainda sob soberania indefinida. Nesse cenário, vilas foram fundadas em localidades a oeste do limite de Tordesilhas, incentivadas não somente pela expansão territorial, mas também pela procura de ouro de aluvião.

Os primeiros registros acerca da povoação de Goiás relatam que, em 1722, um grupo de bandeirantes partiu de São Paulo, sob o comando de Bartolomeu Bueno da Silva⁶⁵, o Anhanguera II, adentrando a região em busca de minérios. Apesar de este ser o momento em que o povoamento foi iniciado, a região já havia sido percorrida em períodos anteriores, bandeiras “organizadas a partir da Bahia e de São Paulo, da década de 90 do século XVI em diante, exploraram a região à procura de riquezas minerais e índios cativos. A bandeira pioneira foi a expedição de Luís Grou e Antônio Macedo, por volta de 1590 até 1593” (BARBO, 2015, p. 6). Sucessivas viagens aconteceram nesse ínterim, dentre elas uma expedição liderada pelo pai do Anhanguera II, em 1682, Bartolomeu Bueno da Silva levou consigo ouro e índios cativos ao regressar à São Paulo.

Quarenta anos após a viagem de seu pai ao interior do Brasil, Anhanguera II, “munido de uma autorização real, concedida pelo governador, que lhe permitia penetrar o sertão”

⁶⁵ Filho de Bartolomeu Bueno da Silva.

(VIDAL, 2009, p. 6), parte de São Paulo em 3 de julho de 1722 e retorna somente em 21 de outubro de 1725. Ao retornar, uma segunda expedição foi organizada, em 1726. Durante as prospecções da segunda expedição, Bartolomeu Bueno ordenou a fixação de um acampamento às margens do rio Vermelho, pois encontrara abundância de ouro na região. Repassada a informação da descoberta ao governador e, por conseguinte, ao rei, Bartolomeu Bueno torna-se o primeiro capitão-mor e guarda-mor das minas. Por ter sido o “descobridor” das minas às margens do rio Vermelho, “Bueno gozava de certas atribuições, como o poder de distribuir datas minerais por meio do guarda-mor e outros subordinados.” (MOURA, 2018, p. 164).

Segundo Boaventura (2007), um conjunto de ações foram essenciais para a fixação dos colonos nas regiões de mineração, tais como “a abertura de caminhos terrestres e fluviais, a partilha das terras sob os sistemas sesmarial e de datas minerais, a fundação de uma vila e o incentivo à agropecuária”. Espalhando-se a notícia do descobrimento do ouro, povoamento da região se desenvolveu, entre as décadas de 1720 e 1740, concentrando-se em grande maioria às margens dos rios, local onde se tinha fácil acesso ao ouro⁶⁶. “Encontrado o precioso metal, povoou-se rapidamente o sertão goiano. Nos lugares onde era encontrado ouro, surgiam povoações improvisadas, algumas de curta existência e que desapareciam tão logo esgotavam as lavras, e outras que, sobrevivendo à corrida inicial, firmavam-se como arraiais” (DUBUGRAS, 1965, p. 5).

Paulo Bertran, em *Formação econômica de Goiás, 1978*⁶⁷, elenca três fatores que foram fundamentais e responsáveis pela localização dos núcleos em Goiás durante os séculos XVIII e XIX. O primeiro fator, já supracitado, está ligado à disponibilidade de ouro de aluvião na região, estabelecendo núcleos às margens dos rios. Outro fator determinante para a instalação de núcleos nessas localidades, seria a navegabilidade dos rios Tocantins e Araguaia e, por fim, o terceiro fator está ligado à estratégia de ocupação do território que, por iniciativa do Estado e da Igreja, fixavam os povoamentos em regiões de fronteira com outras capitânias.

De um dinamismo populacional extraordinário, afluía para as Minas dos Goyazes uma verdadeira multidão. Dez anos após o início das atividades de mineração, já havia se instalado em Goiás cerca de 20.000 pessoas, abrindo caminhos, fundando núcleos urbanos e pondo em atividade parte significativa de seu imenso território.

(LEMES, 2009, p. 385)

⁶⁶ Na região, grande parte do ouro era de aluvião, encontrado em barrancos nas margens dos rios ou em seu leito.

⁶⁷ BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978. P. 77-78.

Diferentemente de outras regiões da colônia, que já apresentavam uma preocupação com a implantação e a forma das vilas, nos arraiais mineradores a ocupação era feita em função da disponibilidade de ouro. Surgiam primeiramente os acampamentos, que se sedimentavam conforme a atividade extrativista se estabelecia, dessa forma a regularidade e o planejamento não se tornavam prioridade nesse contexto. Ainda nesse período, compreendido entre final do século XVII e início do século XVIII, a igreja representava uma grande influência nos arraiais que surgiam em outras regiões da colônia, se fazendo sempre presentes em sua fundação, apontavam o local ideal para erigir a capela, por meio da qual se guiava o crescimento e o ordenamento urbano. Segundo Murillo Marx (1991, p. 13), “a expansão e o adensamento urbanos se deram em torno desses marcos, ainda que novos elementos de cunho leigo sobreviessem e constituíssem outros polos de interesse”.

Mesmo sendo comum a presença da igreja nos primeiros arraiais do Brasil, a instalação de ordens religiosas não era permitida nos arraiais de mineração. De acordo com Boschi (1986), a presença da igreja era vista pela Coroa como uma ameaça, uma vez que poderiam influenciar a população quanto ao pagamento de impostos e, até mesmo, poderiam extraviar parte do ouro. Devido a essa proibição, surgiam nessas localidades associações voluntárias, chamadas geralmente de irmandades, “comunidades que mantiveram a continuidade da tradição religiosa de seus antepassados portugueses e paulistas [...], organizadas a partir de grupos distintos formados por homens brancos livres, pardos, escravos e índios.” (BOAVENTURA, 2007, p. 155). Estas irmandades tinham como intuito e responsabilidade, não apenas a função de perpetuar a tradição religiosa, mas também deveriam contratar religiosos, adquirir locais para a instalação das capelas e a manutenção das mesmas.

Com o passar dos anos e a existência de um cenário de expansão no interior do Brasil, não restrita apenas à uma transformação territorial, mas também uma grande transformação econômica e demográfica, tornou-se necessária a criação de novas capitânicas, além da fundação de novos arraiais e vilas, tendo em vista um maior controle e fiscalização sobre a extração mineral, além da ampliação e reforço administrativo, militar e judiciário no território colonial. Nesse contexto, em 1726, o Anhanguera II estabeleceu o arraial⁶⁸ de Sant’Anna. De acordo com Vidal (2009), a fundação do arraial visava implantar os poderes conferidos pela Coroa e organizar a ocupação humana num espaço que já não poderia ser considerado um simples acampamento.

⁶⁸ “Espécie de povoação sem autonomia jurídica ou administrativa, submetida à tutela de uma vila – neste caso a de São Paulo.” (VIDAL, 2009, p. 249)

Segundo Moura (2018), começaram a surgir conflitos nas minas, fomentados pela febre do ouro, estes colocavam em xeque a autoridade do superintendente. Por mais que pareça contraditório, esse tipo de episódio era interessante para a administração portuguesa. A Coroa tinha interesse em minar o poder de Bartolomeu Bueno, fomentando as desavenças entre as lideranças locais, sobretudo dos dois arraiais mais importantes. Diante disso e aliado a uma preocupação com relação as arrecadações fiscais, o Conde de Sarzedas, governador da capitania de São Paulo, convoca uma junta extraordinária, em 1735, através da qual “recomendou a criação de capitania autônoma em Goiás, desmembrada de São Paulo, e a elevação em vila dos arraiais de Santana e Vila Boa” (DERNTL, 2014, p. 2). Dadas as solicitações e recomendações feitas pelo governador da capitania de São Paulo, o rei de Portugal envia o comissário real, Martinho de Mendonça, ao Brasil com o intuito de avaliar e analisar a demanda, ficando decidido nesse momento que não haveria a criação de uma nova capitania, mas a Coroa decide pela fundação de uma vila, instalada no arraial de Sant’Anna, em 1739, a qual recebeu o nome de Vila Boa.

Através da fundação de vilas, Portugal consolidava uma nova divisão territorial na colônia, “com estas surge um outro cenário administrativo, que visou, prioritariamente, garantir à metrópole a vigilância, os direitos e a extensão de autoridade sobre as terras minerais, notadamente aquelas que se localizavam além Tordesilhas.” (BOAVENTURA, 2007, p. 128). Em 1736, um ano após a decisão da fundação de novas vilas, a coroa portuguesa “insistia também num parecer sobre a necessidade da instalação de um governo separado da Capitania de São Paulo” (LEMES, 2013, p. 189). Mas, em virtude da morte do Conde de Sarzedas em 1737, esta resposta foi enviada por Luiz de Mascarenhas, seu sucessor, o qual apontou as dificuldades existentes em manter o controle das minas sob a responsabilidade da Capitania de São Paulo, devido às longas distâncias e dificuldades de acesso, recomendando, assim, a criação da Capitania de Goiás. Todavia, foi somente em 1748 que o rei de Portugal decidiu pela criação de duas novas capitanias, conforme trecho da carta enviada a Luiz Mascarenhas.

Tendo S. M. tomado em consideração a necessidade que havia de repartir a Capitania geral [...] por não permitir a sua vasta extensão que possam ir em tempo as providencias necessárias nos remotíssimos que compreende, residindo o governador a grande distancia deles, foi servido criar dois governos e Capitanias gerais, a primeira no Mato Grosso que entra em toda a comarca do Cuiabá até o rio Grande, e a segunda em Goiás [...] ⁶⁹ (apud LEMES, 2013, p. 191)

⁶⁹ AHG [Arquivo Histórico de Goiás] /DA [Documentos Avulsos], Carta do Secretário de Estado a Luiz de Mascarenhas, governador de São Paulo, comunicando a divisão da Capitania; Goiás, 17 de maio de 1748. (apud LEMES, 2013, p. 191)

Com relação ao ordenamento territorial dos povoados nesse período, mesmo não havendo a presença de ordens religiosas nos arraiais mineradores, o papel desenvolvido pelas irmandades exerceu uma grande influência na configuração urbana dessas localidades. A presença da capela trazia consigo a delimitação de espaços, geralmente locais de convívio e de manifestações religiosas, muito comuns nesse período. Não havendo ainda um regimento ou administração oficial por parte do Estado, as normas eclesiásticas serviam como base e diretriz, incidindo de forma direta no ordenamento territorial.

A observação de tais normas, na ausência de um plano claro e explicitado, levou tais pólos a desenharem a planta de ocupação do solo e o próprio traçado das vias. A presença pouco comum de um plano urbanístico ficava também pontuada por tais referências, quando não ia se submetendo a elas através da expansão gradual de um adro, do desvio ou mesmo da interrupção de alguma rua. (MARX, 1991, p. 89)

Uma característica importante a ser observada no contexto da implantação dos assentamentos, era a relevância dada aos aspectos topográficos da região, utilizando o relevo e as características naturais do terreno como forma de valorização das principais edificações, religiosas e institucionais, assim como acontecia nos povoados portugueses nos séculos anteriores. Em geral, a estrutura urbana desses assentamentos era constituída, basicamente, pelo arruamento e os largos. Segundo Moura (2018, p. 208), a formação dos largos se dava “por meio do entroncamento de ruas e geralmente convergiam num ponto focal – identificado por equipamentos relevantes do núcleo”, estes poderiam ser as igrejas ou edificações institucionais, “detentoras de uma arquitetura mais elaborada. Esses espaços públicos serviam de palco para festejos, ponto de encontro dos habitantes e importantes marcadores na morfologia urbana do conjunto”.

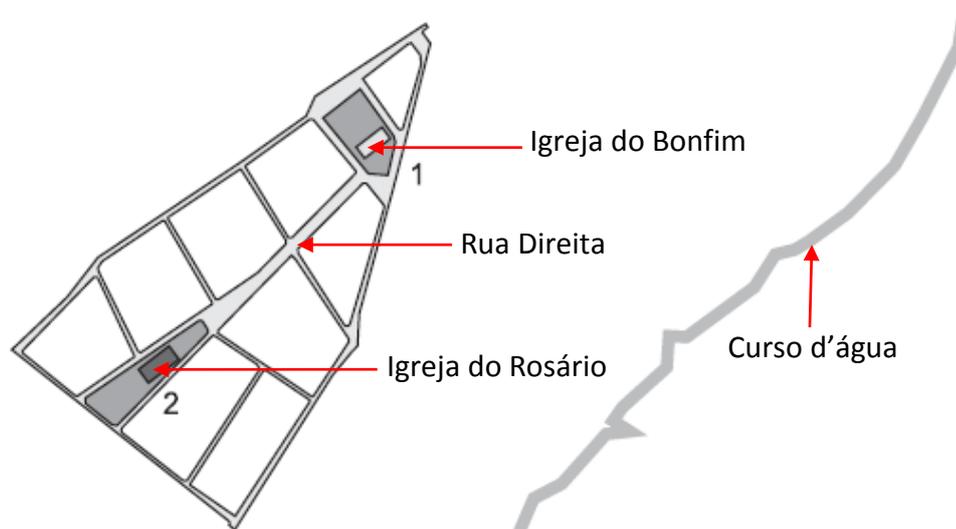


Figura 16 – Traçado urbano inicial do arraial de Bonfim - Goiás
Fonte: BOAVENTURA, 2007, p. 214 (adaptado pela autora)

A figura acima se refere ao arraial de Bonfim, datado de 1833. Podemos constatar que, mesmo em um período onde a presença dos Jesuítas já não era permitida, as ordens religiosas e irmandades também influenciavam a formação do arruamento. Na imagem, a igreja do Rosário e a Igreja do Bonfim formam entre si o caminho principal da cidade, que se dispõe paralelamente ao curso d'água. Este caminho principal, que liga os dois principais pontos configura a rua Direita, a partir da qual o restante do arruamento se desenvolveu, assemelhando-se aos povoados em Portugal que surgiam lindeiros aos rios.

A configuração do traçado das ruas nos primeiros arraiais mineradores era feita pelo alinhamento do casario, que se dispunham no limite frontal dos lotes, sem que houvesse recuo lateral entre elas. Em sua maioria, nos arraiais de mineração, as edificações eram térreas e detentoras de uma arquitetura simples, eram feitas em adobe ou taipa de pilão, com esquadrias em madeira. O telhado era composto por estrutura de madeira roliça e telhas de barro artesanal, por vezes possuía uma única água, com queda para a rua, ou duas águas, com queda para a rua e para o quintal. As características construtivas e formais permaneceram dessa forma desde a origem dos arraiais até meados do século XVIII, sofrendo mudanças apenas após a segunda metade do mesmo século, quando a agropecuária começa a se tornar a principal atividade econômica da capitania.

Da mesma forma como rapidamente se encontrou o ouro na região, o impacto do extrativismo logo surgiu e em poucas décadas o declínio dessa atividade econômica na Capitania de Goiás foi anunciada. O ouro aluvionar de fácil acesso tornou-se escasso, restando apenas minas profundas, não exploradas devido à falta de infraestrutura e técnica naquele período. Um demonstrativo do declínio extrativista é relatado por Bertran (1978), o qual alega que de uma média de 2.500 quilos anuais na década de 1750, caía para 1.700 quilos, na década de 1760. Já na década de 1770 produzia-se pouco menos do que a metade do período de 1750/60.

Segundo Maluly (2014, p. 73) “a transição do quadro de apogeu minerador ao desenvolvimento agropecuário impactou seriamente as cidades e suas populações, pois muitos dos habitantes dos núcleos urbanos mineradores os abandonavam e seguiam em busca da exploração de outras riquezas em outras partes da colônia, ou então regressavam para as suas localidades de origem”. Reflexos desse declínio são vistos no cenário das vilas e relatados através dos diários de viajantes europeus que percorreram a região. Estes relatos, feitos principalmente no início do século XIX, traziam descrições acerca dos aspectos físicos dos núcleos urbanos, além de características das edificações, do entorno e até mesmo da

rotina dos habitantes, sempre trazendo em seu discurso o isolamento, o ócio e a indolência. Johann Emmanuel Pohl, médico, geólogo, botânico e desenhista austríaco, esteve na capitania de dezembro de 1818 a junho de 1820, e em seu diário de viagem relatou:

A maior parte da Capitania de Goiás encontra-se inculta e, por isso, é improdutivo, achando-se entregue às tribos de índios selvagens e aos animais bravios [...] Na parte sul da Capitania cultiva-se mais a mandioca e na setentrional, mais o milho; esta área, por causa de suas extensas e planas pastagens, convém melhor à criação de gado [...] Maiores lucros deram, outrora, as minas de ouro, hoje inteiramente decadentes. Agora estão esburacados os bancos de areia dos rios de todos os lugares e a superfície da terra, faltando braços para explorar o que sobrou ou abrir novas. (POHL, 1976, p. 123)

Acerca dos relatos da visão dos viajantes europeus, Moura (2018, p. 33) alega que era de se esperar que estes achassem um completo marasmo uma sociedade no sertão, cuja rotina era ritmada pela criação de gado “caracterizada por um tempo lento, o tempo da lida do rebanho, o tempo da gestação, da criação, da engorda e do abate do gado”, enfatizando que a decadência seria um paradigma, e não um reflexo real do que acontecera. Com o desenvolvimento dessa nova atividade econômica, aconteceram mudanças também na mão de obra, antes escrava na atividade extrativista, torna-se quase que obsoleta na criação de gado, promovendo um remanejamento e a venda de muitos escravos, além do favorecimento do aumento do número de negros livres, os quais integram-se à sociedade, fazendo parte do escopo relatado pelos viajantes.

Mesmo utilizando os diários de viagem como fonte de pesquisa, outros contributos acerca da historiografia de Goiás surgiram e foram desenvolvidos, de forma a relatar o processo social e econômico pelo qual a região passara, revelando que, não apenas a capitania de Goiás sofreu drásticas mudanças com o fim do ciclo do ouro, mas que outras partes da colônia também se adaptaram a novas formas de produção.

No século XIX, Luis Antônio de Silva e Souza, Auguste Saint-Hilaire, Johann Pohl, Luiz D’Alincourt, Cunha Matos, Oscar Leal, José M. P. de Alencastre, dentre outros, cada qual com sua forma de registrar os fenômenos históricos “dignos” de serem conhecidos pelas gerações posteriores, recorreram à memória daqueles que vivenciaram os fatos históricos de outrora, mas também deixaram registradas suas impressões sobre as experiências vivenciadas em terras goianas.⁷⁰ (SILVA, 2012, p. 224)

Um nome relevante nessa construção historiográfica é o do padre espanhol Luis Palacín, o qual faz parte de um novo cenário, marcado pelo cuidado metodológico e o exame crítico das fontes que já eram utilizadas, trazendo uma real preocupação com a validação dos

⁷⁰ O descobrimento da Capitania de Goyaz, de Luis Antônio de Silva e Souza (1849); Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás, de Auguste Saint-Hilaire (1937); Viagem no interior do Brasil, de Johann Emanuel Pohl (1976); Chorographia Histórica de Goyaz, de Raymundo José da Cunha Mattos (1874); Viagens às terras goianas, de Oscar Leal (1980); Anais da Província de Goiás, de José Martins P. de Alencastre (1863).

resultados que eram obtidos, descortinando a visão de decadência tão recorrente nas bibliografias *a priori* encontradas. Através da publicação *Goiás 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*⁷¹, Palacín afirma que “de forma alguma, podemos representar a decadência de Goiás como uma transição brusca de uma situação brilhante de prosperidade para uma ruína opaca” (1994, p. 158).

Acerca do termo decadência, Arruda alega que,

Deparamo-nos com uma espécie de ciclo incoercível, incontestável naturalização do processo histórico, no qual as estações da história se sucedem inexoravelmente, do mesmo modo que as gerações. A toda ascensão, corresponderia um apogeu, preconizador da decadência, território inescapável de uma nova recuperação. Nestes termos, as decadências seriam tão normais e previsíveis quanto os surgimentos, os ressurgimentos e os apogeus, seus corolários indescartáveis. (2000, p. 67)

Ao entender e acreditar que toda decadência precede a um ressurgimento e, conseqüentemente, a um apogeu, o tema é amplamente estudado e analisado no âmbito da historiografia urbana, de forma a entender quais os ciclos permearam e alteraram a configuração das cidades. Ao realizar um estudo intitulado *Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII*⁷², José Jobson de Andrade Arruda⁷³, faz um levantamento da economia portuguesa no período apontado como crítico na história da colonização brasileira. Diante das análises sobre a economia portuguesa no século XVIII, o autor alega que o período pombalino foi o responsável pelo desenvolvimento da atividade agrícola na colônia lusitana, que permitiu um equilíbrio entre as relações de importação e exportação estabelecidas entre Portugal e Inglaterra. Por fim, o autor conclui que em Portugal o que aconteceu, de fato, foi “uma crise de crescimento que se transforma em crise de retração e conduz à reificação nostálgica do mito da decadência, acompanhado pela sensação de um tempo perdido. No Brasil, a crise de crescimento conduz à ruptura do estatuto colonial e a gradativa transformação de sua condição política, rumo à constituição do Estado nacional” (ARRUDA, 2000, p. 78).

Diante desta visão, que trata o declínio do ouro não como decadência, mas como parte de um processo cíclico de mudanças, cabe ressaltar pontos importantes acerca das transformações no contexto urbano, os quais foram fundamentais para o acontecimento da transição da atividade econômica. Acerca disso, Bertran afirma que “se os primeiros arraiais não passavam de choupanas aglomeradas, os estabelecimentos de meados do sec. XVIII eram vilas organizadas. Os muros de

⁷¹ PALACIN, Luiz. *O Século do Ouro em Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. UCG Editora, 1994.

⁷² ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII*. Revista USP, São Paulo, junho/agosto 2000.

⁷³ Diretor da Cátedra Jaime Cortesão do Instituto de Estudos Avançados da USP.

pedra que içam as velhas cidades denotam antes de tudo o apartamento e o zelo pela propriedade urbana” (1978, p. 37), este estabelecimento e estruturação das vilas e arraiais contribuiu para que esses núcleos cumprissem as funções administrativas e realizassem o comércio de bens de consumo, fornecendo aquilo que o campo não poderia prover, em um período marcado pela ruralização e estagnação e até mesmo a retração da vida urbana.

Após o ciclo de declínio da atividade econômica ligada à extração do ouro, a região de Goiás reestabeleceu-se economicamente através da atividade pecuária. Entre o final do século XIX e início do século XX, os reflexos desse crescimento foi visto no cenário urbano, principalmente na alteração das fachadas coloniais. A arquitetura eclética, representada pela mistura de estilos, trouxe à algumas ruas das cidades goianas uma nova configuração tipológica. Com relação aos materiais construtivos, nesse período começa-se a adotar o uso do tijolo queimado, onde até então se usava apenas barro cru, nos tijolos de adobe e edificações de taipa. Há também a inserção da telha francesa, ao invés do uso apenas da telha de capa e canal, tradicionalmente utilizada no período colonial. No piso das edificações também há a inserção de novos materiais, como o cimento queimado e o ladrilho hidráulico. As fachadas são reformadas e recebem adornos, além do maior uso das platibandas. Apesar das mudanças nos materiais e ornamentos, as plantas e configuração das casas nos lotes não sofreram grandes alterações nesse período.



Figura 17 – Antiga Casa de Fundação de Goiás (atual Ministério Público)

Fonte: collectgram.com

Como exemplo dessas modificações, principalmente tipológicas, a figura 17 mostra a fachada da antiga casa de fundição de Goiás, construída em 1752, ainda no período colonial, mas revela que passou por obras de remodelação de fachada, apresentando características ecléticas. Estas alterações se espalharam por toda a região goiana, trazendo mudanças nas paisagens urbanas.

2.3 Natividade

O início da ocupação do território que deu origem à Natividade tem como data o ano de 1734, quando Antônio Ferraz de Araújo, sobrinho de Bartolomeu Bueno Filho (Anhanguera II), encontrou as minas de ouro da região. Inicialmente, o povoamento recebeu o nome de arraial de São Luís, “em homenagem a D. Luís de Mascarenhas, então Governador da Capitania de São Paulo, o fundador de Vila Boa (atual cidade de Goiás)⁷⁴” (IBGE, 1958, p. 293). Com relação ao local onde se instalou o arraial, foram encontrados três pontos de análise distintos nas bibliografias (figura 19). Rodrigues (1978, p. 2), alega que Natividade teria surgido, inicialmente, no cimo da serra que, posteriormente, deu nome à cidade. Já em Vaz (1985, p. 11), um depoimento atribuído a Zoroastro Lustosa, relata que as ruínas encontradas na serra teriam acomodado apenas os garimpeiros e escravos, enquanto o núcleo original teria surgido nas encostas da elevação. Ainda no mesmo livro surge a hipótese de que os dois arraiais eram distintos e existiam de maneira simultânea, mas devido à dificuldade de acesso ao arraial no topo da serra, o mesmo extinguiu-se com o declínio da exploração aurífera.



Figura 18 – Croqui de marcação da Serra de Natividade

Fonte: Raquel da Costa Nery (IN PICANÇO, 2009, p.69)

⁷⁴ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXXVI, 1958.

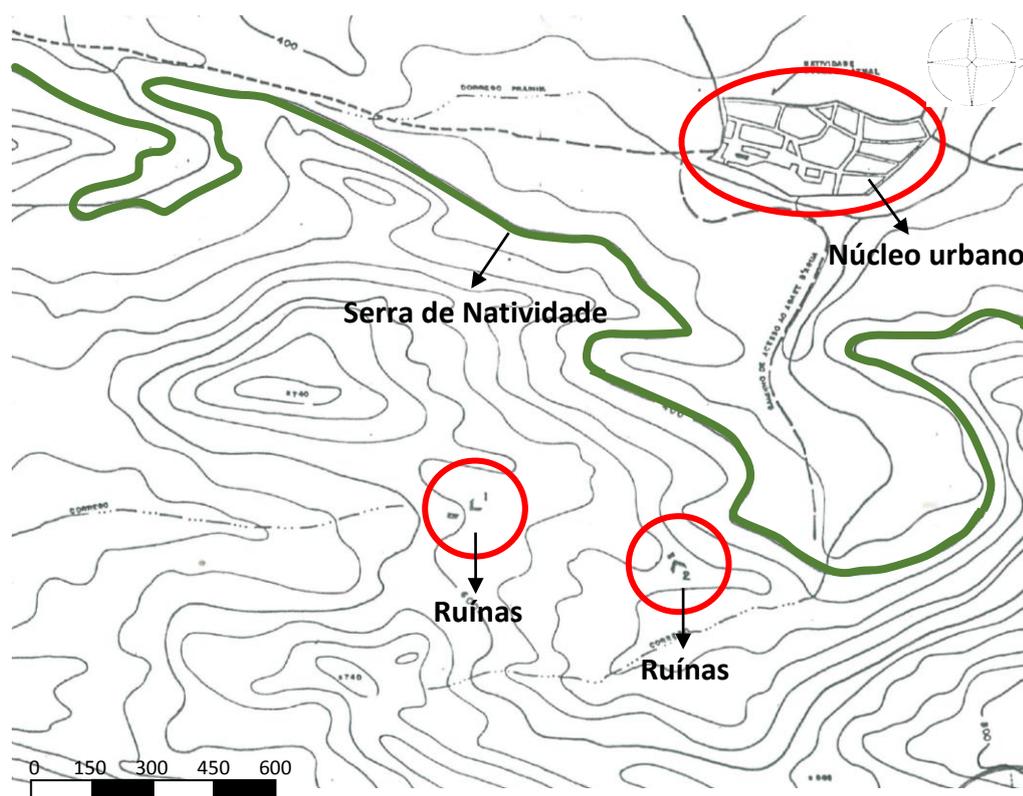


Figura 19 – Natividade e ruínas encontradas

Fonte: IPHAN, 1983 (adaptado pela autora)

Segundo a historiadora Temis Gomes Parente, “os primeiros anos das minas dos Goyazes foram de intensa atividade. Como consequência das descobertas de ouro, quase todo o território de Goiás foi povoado[...], como foi o caso das minas que ficavam no norte e que foram descobertas a partir da terceira década do século XVIII” (1999, p. 57). Antes da chegada dos exploradores, a região já era habitada por indígenas pertencentes principalmente às etnias Xavante, Xakriabá e, principalmente, os Akroá (figura 20), e, assim como no restante do Brasil, muitos foram os embates e disputas para o domínio do território, escravizando os indígenas mais pacíficos e dizimando os insubordinados. Boaventura, ao citar uma carta do século XVIII enviada à corte por D. Marcos de Noronha, alega que os Akroá era a mais cruel de todas as tribos que circulavam na região, numerosa e extremamente enganadora, “contrariamente à difícil natureza dos Kaiapó, Akroá e de algumas nações no norte, bem mais ao sul do território goiano encontravam-se os pacíficos Goyá [...]. Talvez estes pudessem estar mais sujeitos às graças divinas, mas aqueles certamente eram filhos do diabo.” (2007, p. 60).



Figura 20 - Etnias do século XVIII

Fonte: Atlas histórico: Goiás pré-colonial e colonial (IN BOAVENTURA, 2007, p.59) (adaptado pela autora)

Através do livro *Economia e escravidão na capitania de Goiás*⁷⁵, de 1992, a historiadora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles analisou a escravidão na capitania de Goiás sob a perspectiva das estruturas econômicas, trazendo como enfoque a participação do escravo na exploração do ouro da região. Nesta mesma publicação, Salles busca fazer uma cronologia da ocupação da capitania de forma a sintetizar o processo de urbanização no período aurífero.

Uma seqüência cronológica do encontro do ouro indica que os núcleos mineradores dos primeiros anos de ocupação situaram-se nas proximidades de Sant'Anna, às margens do rio Vermelho, entre 1725 e 1731, contando-se, entre eles, o de Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, Santa Rita e Pillar, seguindo-se-lhes o de Santa Cruz,

⁷⁵ SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: UFG, 1992.

afastado na direção de São Paulo, em 1729; vêm depois os achados de Meia Ponte, em 1731. Voltando-se para o norte, ladeando o rio Tocantins, entre 1730 e 1736, surgem as minas do Maranhão, Água Quente, Traíras, São José e Cachoeira, e, ao mesmo tempo, nas proximidades do rio Crixás, as minas do mesmo nome. A sucessão de descobertas ainda continua para o Nordeste entre 1735 e 1741, com os núcleos de Natividade, São Félix, Pontal, Porto Real, Arraias, Cavalcante e Pilar. (SALLES, 1992, p. 61)

Segundo Palacín (1994), o descobrimento das minas de natividade corresponde ao segundo momento da procura de ouro em Goiás, quando se decide pela busca das minas do “Norte”, ou do “Tocantins”. A abundância de ouro encontrada na região logo tornou-se objeto de cobiça às capitanias vizinhas, sendo alvo de disputas entre as Capitanias do Maranhão e do Pará. Devido a isso, em 1740, D. Luís de Mascarenhas, governador da Capitania de São Paulo (a qual pertencia ainda a região de Goiás), “veio pessoalmente às ricas minas recém descobertas [...]. Ali estando, D. Luís comandou o alinhamento das primeiras ruas, tortuosas e estreitas.” (FERNANDES, 2015, p. 32). Durante o apogeu do período aurífero, Natividade tornou-se um dos principais centros de captação de Goiás, mas nota-se que, a partir de 1750, assim como em todo o restante da capitania, a atividade mineradora inicia seu processo de declínio e até mesmo de estagnação.

Moura (2018), alega que, em 1774, diante da ineficácia da administração da justiça e da dificuldade em gerir a capitania de Goiás, o governador José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho enviou um ofício pedindo ao rei a divisão da capitania em duas comarcas “mantendo-se os julgados da Cabeceira do Rio das Velhas, Pilar, Traíras, Meia Ponte e Santa Luzia junto à Comarca de Vila Boa. Os outros julgados ao norte, como o de Natividade, Carmo, Pontal, Arraias, Barra da Palmas, Paranã (Flores) e Cavalcante ficariam vinculadas a São Felix” (2018, p. 190). Mas, foi somente em 1809, que a Coroa decidiu por criar as duas comarcas, optando-se por criar uma nova sede para a Comarca do Norte, chamada de São João das Duas Barras, e não mais São Félix.

Por determinação do Príncipe Regente D. João, a sede da Comarca do Norte deveria ser construída em um local denominado São João das Duas Barras, extremo norte da capitania de Goiás, onde há o encontro do Rio Tocantins com o Rio Itacaiúnas (figura 21). Segundo MATTOS (1979), ao escolher a região, D. João VI pretendia incentivar a navegação, usando os rios Araguaia, Tocantins e o próprio Itacaiúnas, que corta grande parte do estado do Pará. Outro objetivo era proteger o território de uma possível invasão de franceses e holandeses, via navegação do Rio Tocantins, a partir de sua foz com o Rio Amazonas, pois nessa época a França já havia ocupado a região amazônica, onde hoje se localiza a Guiana Francesa, enquanto os holandeses, já haviam se apropriado da região que hoje corresponde ao

tentativa de convencimento pela mudança do sítio, liderada por Theotônio Segurado. Foi então que, em 1814, um novo local foi escolhido para sediar a comarca, que seria na foz dos rios Palma e Paranã, o local recebeu o nome de Vila de São João da Palma.

A Vila de São João das Duas Barras ainda não havia sido devidamente ocupada e o ouvidor percebeu que seu trabalho sairia prejudicado em função da distância dessa vila em relação às cabeças de julgado. Foi então que em 1814 o Arraial da Barra da Palma foi elevado ao status de vila e passou a ser a sede da Comarca de São João das Duas Barras, também conhecida por Comarca do Norte. Os moradores do Arraial de Natividade ficaram muito ressentidos, pois almejavam a elevação do arraial a vila. Natividade, além de sede de freguesia, também era cabeça de julgado – e o núcleo urbano mais populoso da Comarca Norte. (MOURA, 2018, p. 194)

Ainda nesse período, já sentidos os reflexos da decadência pela redução da exploração do ouro, Natividade passou por um processo de ruralização, subsistindo a partir de então através da atividade pecuária, que, anos mais tarde, passou a exercer papel fundamental na economia da região, assim como em toda a capitania de Goiás. Através do desenvolvimento dessa nova atividade, Natividade obteve fortes relações comerciais com a Bahia, recebendo também profissionais em várias áreas, o que veio a influenciar e modificar aspectos urbanos e da arquitetura da cidade. Novas casas foram construídas em substituição às antigas edificações, outras foram alteradas sob a influência das características Ecléticas, Neoclássicas e até mesmo Art Déco.

Ao final do século XIX, Joaquim da Silva, político da localidade, traz da Bahia, da cidade de Barra, profissionais em várias áreas. E, especificamente, pedreiros e carpinteiros para construir seu sobrado na praça. Estes profissionais instalam-se definitivamente na cidade e acabam por formar outros profissionais. Desta forma, não apenas novas casas são construídas como as que permaneceram recebem novos detalhes em suas fachadas e o acréscimo de outros cômodos: despensa, forno e anexos laterais que formam pátios internos. (SANTOS, 2009, p. 8)

Os registros acerca das características da região podem ser encontrados em diários de viajantes, apesar de não se ter disponíveis relatos sobre os primórdios da exploração aurífera, os textos apontam vestígios da opulência vivida e quais os resultados do declínio econômico. Johann Emanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico, esteve no Brasil entre 1817 e 1821, e em seu diário de viagem registrou que “o Arraial de Nossa Senhora da Natividade [...] está entre os maiores arraiais desta Capitania, ocupando o segundo lugar, depois de Meia Ponte. Entretanto, o seu aspecto externo não é pitoresco nem especialmente convidativo. O número de casas sobe a 300” (1951, p. 271). George Gardner, botânico e médico britânico, esteve em sua viagem ao Brasil, entre os anos de 1836 e 1841, percorrendo principalmente a região central, descreveu em seu diário as impressões ao chegar à Natividade:

A Vila de Natividade está situada perto da base ocidental da extremidade sul da Serra [...]. A população, com cerca de duas mil almas, compõe-se das mesmas raças mistas já frequentemente encontradas. Tem quatro igrejas que, embora bem velhas, ainda

se acham inacabadas e não há probabilidade de que se acabem. Há também uma cadeia, mas feita de tijolos crus [...]. A maioria das casas é edificada do mesmo material. (GARDNER, 1975, p. 157)

Além de transitar pela vila, Gardner também se aventurou em fazer coletas para seu acervo botânico na região da serra, onde encontrou vestígios do primeiro povoamento, ele alega em seu diário que “chegamos ao sopé da serra e logo depois, em ascensão gradual, alcançamos o topo de baixa ramificação, onde encontramos um grande e pouco fundo vale, de solo inteiramente escavado em busca de ouro; e, perto do centro dele, demos com as ruínas do que nos disseram ter sido o sítio primitivo da vila.” (1975, p. 159).

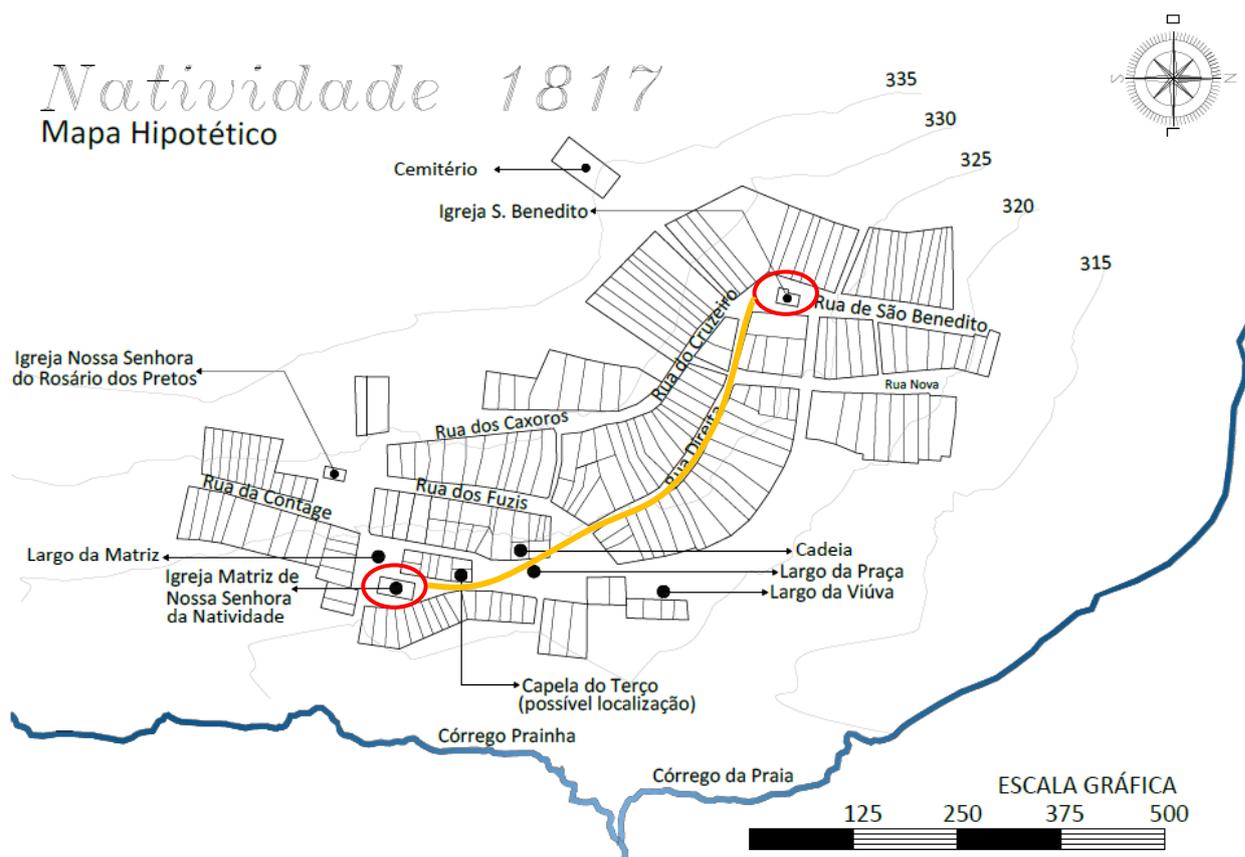


Figura 22 – Natividade 1817

Fonte: adaptado pela autora (com base no mapa do IPHAN contido no dossiê de tombamento e no mapa hipotético elaborado por Nádia Moura)

De acordo com os relatos encontrados e as informações contidas no trabalho de Nádia Moura, estima-se que a configuração urbana de Natividade em seu estágio inicial assemelha-se ao mapa hipotético elaborado. Conforme visto no capítulo 1, acerca das povoações portuguesas lindeiras à cursos d'água, geralmente se estabelecem duas edificações importantes, a igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade e a Igreja de São Benedito, no entorno das duas igrejas, são deixados os largos. Entre esses dois pontos, surgiu a rua direita, adaptada às curvas de nível e, de certa forma, paralela ao córrego da Praia. A partir da demarcação dessa rua, o restante do arruamento foi definido.

Para a elaboração do mapa presente na figura 22, foi utilizado como base o levantamento realizado pelo IPHAN, juntamente com o mapa hipotético elaborado por Nádia Moura (figura 23). Ao cruzar as informações dos dois mapas disponíveis, algumas alterações foram feitas para se chegar ao resultado do mapa acima. No trabalho de Nádia Moura, a autora indica que algumas edificações indicadas por linha tracejada representavam sua localização hipotética, enquanto que, no mapa do IPHAN a configuração dos lotes nessas localidades não continham as edificações indicadas, apresentando também outro formato nos lotes, além disso, foram encontradas algumas diferenças quanto ao contorno de determinadas quadras, dessa forma, para este estudo, foi mantido o contorno indicado no mapa do IPHAN que se encontra no anexo 1.

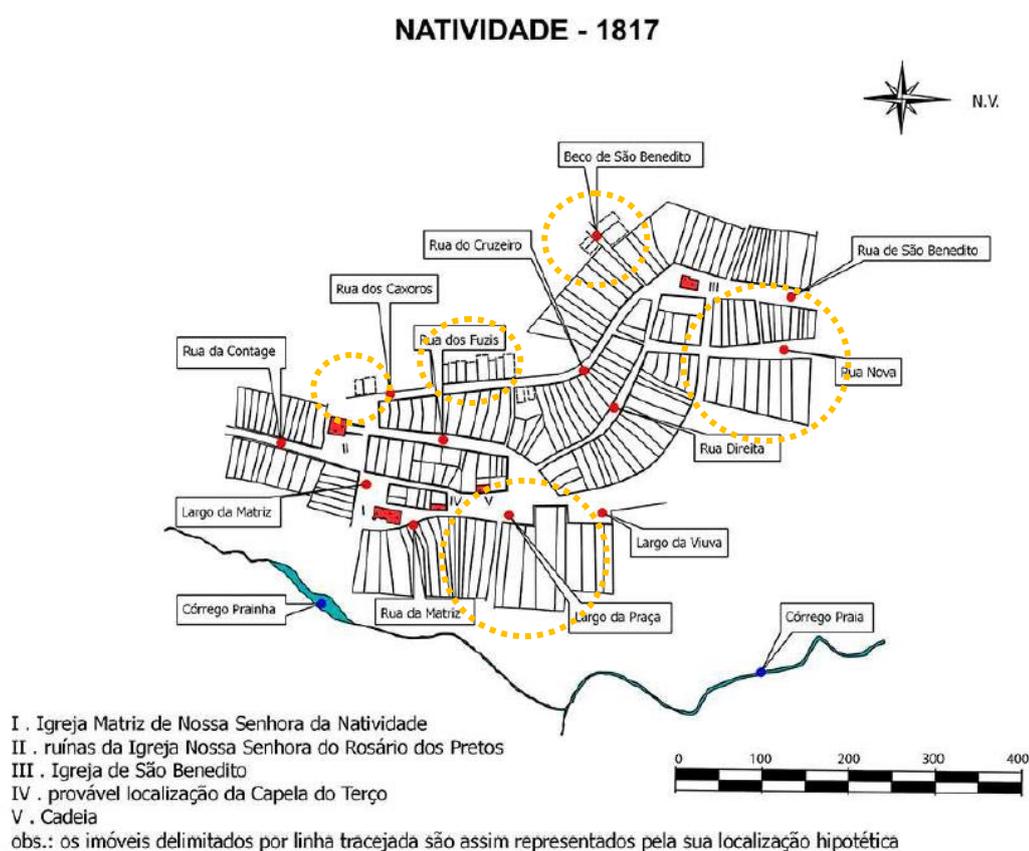


Figura 23 – Identificação dos Logradouros (com destaques da autora)
Fonte: Moura, 2018.

Utilizando o mapa de Nádia Moura, alguns lotes encontrados no mapa do IPHAN foram subdivididos, para manter a quantidade de edificações presentes nos registros das décimas e indicados pela autora. Também foram mantidos os nomes das ruas identificados por Moura no mapa adaptado à esta pesquisa.

2.4 Processo de tombamento e Programa Monumenta

O processo de reconhecimento do sítio histórico como patrimônio nacional teve início em 1983, quando Maranhão Japiassú, deputado pelo estado de Goiás, encaminhou uma solicitação à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), recomendando o tombamento da cidade de Natividade. Em sua justificativa, o deputado alega que o progresso dos tempos modernos podem vir a destruir a memória do passado tanto de Natividade como de Goiás, fazendo-se necessária sua proteção por conservar “em cada rua, em cada prédio, em cada igreja, no próprio ar de seu ambiente antigo, as lembranças de seus primeiros tempos, áureos de glórias, conquistas e aventuras” (IPHAN, 1983, p. 4).

Anos antes da solicitação de tombamento pelo deputado, em 1981, uma equipe formada por José Ferrão e Marco Antônio Galvão, ambos representando o SPHAN e Jacinto Belém, da Superintendência das Obras do Plano e Desenvolvimento de Goiás (SUPLAN-GO), visitou a cidade com a finalidade de inspecionar as obras da igreja de São Benedito, bem como analisar a situação de edificações isoladas, como a igreja Matriz. No relatório da viagem, de 09 de março de 1982, registra-se que as obras na igreja de São Benedito prosseguiram com atraso devido às chuvas, havendo ainda uma recomendação para a restauração do altar da mesma. Ainda relatam que um desabamento ocorreu na capela lateral da igreja matriz de Nossa Senhora da Natividade, sendo necessárias obras emergenciais. Acerca da igreja matriz, o relatório alega também que foi sugerida a demolição de uma das torres, de forma a torna-la como seria originalmente, pois a mesma havia sido adicionada posteriormente. Segundo o relator, o padre havia acatado a sugestão, mas a comunidade ainda não havia decidido acerca da demolição.

Ainda em 1982, no mês de junho, o SPHAN retorna à cidade de Natividade para a conferência das obras da igreja de São Benedito, que já estava quase concluída, além das obras de recuperação de parte da igreja matriz, que havia ruído. Nesta segunda viagem, a equipe também visitou a área que teria abrigado o Arraial de São Luiz, na Serra de Natividade, após isso, relataram que ficaram convencidos de que as ruínas, a paisagem e o conjunto histórico de Natividade mereciam um correto levantamento e uma pesquisa efetiva.

Em 1983, foi realizada uma atividade conjunta entre a Fundação Nacional Pró-memória, a Secretaria do Ensino Superior, o Projeto Rondon, a Universidade Católica de Goiás, a Fundação Cultural de Goiás e a Superintendência das Obras do Plano e Desenvolvimento de Goiás, com o intuito de se fazer o levantamento cadastral do acervo

arquitetônico local, nesse período foram inventariadas 260 edificações, que incluíam os edifícios civis, públicos e religiosos, além das ruínas encontradas na Serra de Natividade, pertencentes ao início da atividade mineradora da região (figura 24). Após esse levantamento, em 1985, Márcia Regina Romero Chuva, historiadora do setor de tombamento do SPHAN, encaminha uma proposta para a área de entorno a ser considerada para o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, a demarcação dessa área tomou como base a planta do levantamento semi cadastral realizado pela Companhia de Saneamento de Goiás (SANEAGO). Em 16 de outubro de 1987, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natividade foi tombado de forma definitiva pelo IPHAN.

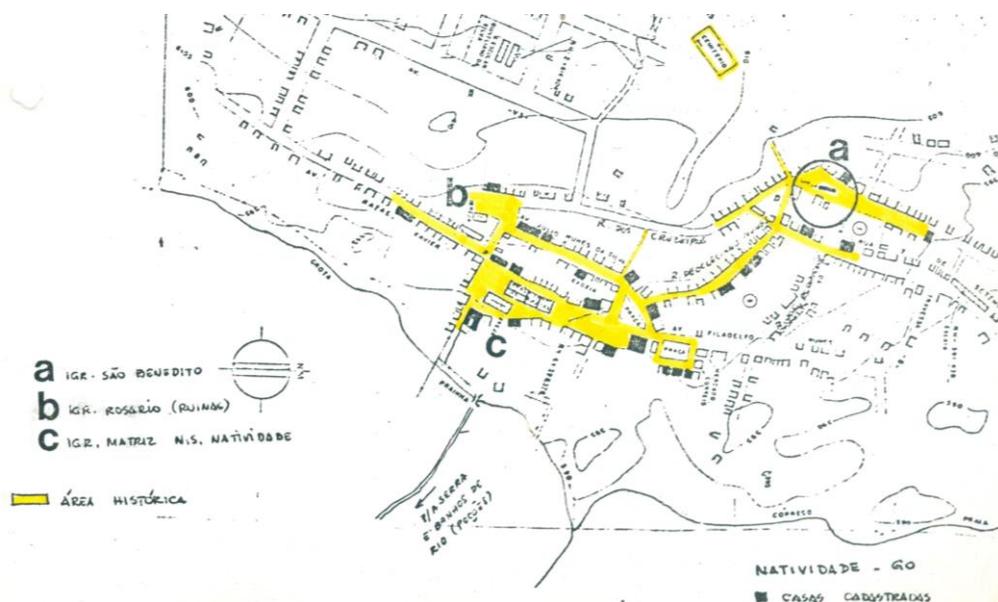


Figura 24 – Demarcação de área a ser tombada

Fonte: Dossiê de tombamento IPHAN

Mesmo antes do tombamento do centro histórico da cidade, algumas edificações em específico já eram passíveis da atenção pelo IPHAN e passaram por obras de restauração, após o tombamento outras edificações também foram contempladas, mas algumas sofreram modificações, pois não havia um órgão na cidade que fosse responsável pela fiscalização. Segundo Picanço (2009), somente em 1996 o IPHAN começou a se instalar na cidade, através da realização de visitas temporárias. A partir de 1999 os técnicos chegaram e iniciaram a realização de um inventário prévio dos bens materiais da cidade, com a conclusão deste material ocorreu a solicitação para a inclusão da cidade no Programa Monumenta.

No ano de 2001 foram iniciados os processos de planejamento e projetos do Programa Monumenta no município e em 2004 foi então assinado o convênio com o Banco Internacional de Desenvolvimento para que fosse financiado o programa. Entre os anos de 2004 e 2008 aconteceram as obras que se iniciaram pelas edificações públicas e religiosas,

seguidas por imóveis privados e demais áreas do centro histórico. As obras consideravam a realização de uma recuperação nos imóveis privados que foram modificados, de forma a trazer a tipologia do núcleo inicial, que permeou o apogeu do ciclo do ouro e o início da pecuária.

O núcleo tombado da cidade contém 260 edificações, distribuídas em uma área caracterizada por ruas curvas e quadras irregulares. A junção desse núcleo às demais quadras que surgiram posteriormente comportam a população, que tem cerca de 9 mil habitantes e distribui-se de forma mais adensada no centro e mais esparsa nas quadras que surgiram em momentos posteriores. O mapa abaixo mostra o total das demarcações das quadras que existem atualmente, conforme mapa do plano diretor da cidade. Além disso, são indicados os períodos de ocupação da cidade ao longo da história, onde percebe-se distintamente a diferenciação entre o arruamento, quadras e lotes com o passar dos anos.

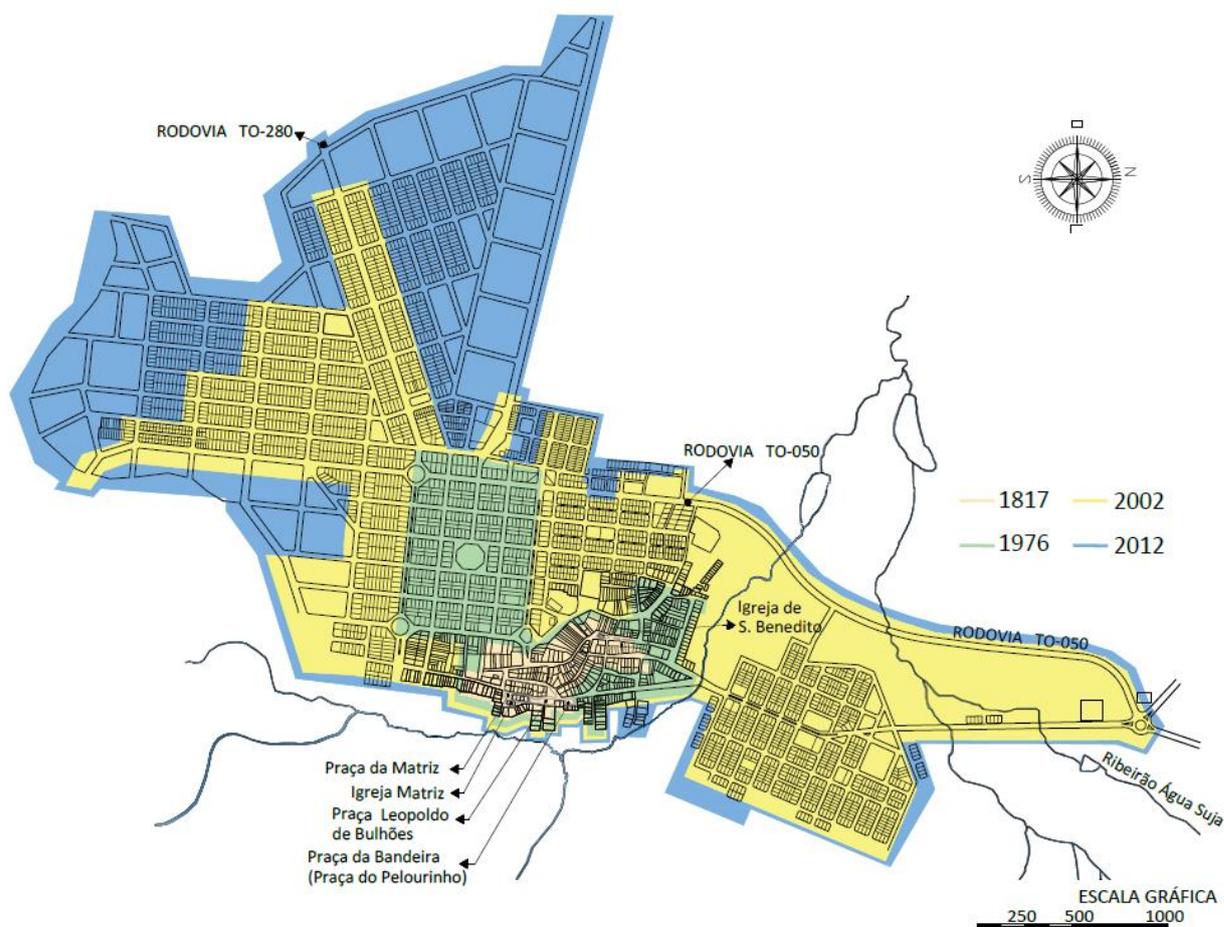


Figura 25 – Mapa de Natividade – processo de crescimento

Fonte: IPHAN adaptado pela autora

Atualmente, a base da economia de Natividade consiste nos salários gerados por empregos públicos e serviços, que, segundo o IBGE constituem 58,9% da economia local, seguida pela indústria, que corresponde a 21,7% e a agropecuária que representa um

percentual de 19,4%. Apesar de ser considerada uma cidade turística, a economia gerada em torno desta atividade não encontra-se registrada no levantamento do IBGE em 2012, mas em determinadas épocas do ano, há um aumento no número de turistas na região devido às atividades religiosas que acontecem tanto na cidade como em seu entorno, como é o caso da Romaria do Senhor do Bonfim, que mesmo realizada a 24 quilômetros da cidade, permite que os moradores exerçam atividades temporárias para complementação da renda, através da venda de alimentos e artesanato. Além disso, o ecoturismo e as atividades relacionadas ao patrimônio material e imaterial atraem pessoas à cidade durante todo o ano.

Capítulo 3

Persistência

*A memória é redundante:
repete os símbolos para que a
cidade comece a existir.*

Italo Calvino

A análise da forma urbana de Natividade, juntamente com a busca pelos elementos que persistiram ao longo do tempo, fixam-se nos estudos basilares acerca da morfologia urbana e da persistência da forma urbana, já elencados anteriormente, bem como nos estudos historiográficos encontrados nas bibliografias disponíveis.

Os elementos da forma urbana e componentes do conjunto das cidades, como as ruas, quarteirões, parcelas e edificações, são a base dos estudos morfológicos e tipológicos. Tais elementos, compostos de forma sedimentada no plano, são resultado das ações do tempo que incidiram sobre eles, sejam elas naturais, como catástrofes e desmoronamentos, ou propositais, como demolições e reformas. Sob essa ótica, pode-se afirmar que a composição do tecido urbano mescla um conjunto de características e períodos, pertencentes à épocas, estilos e manifestações – sociais, políticas, culturais e religiosas - diferentes e, no momento da análise, estes elementos surgem como testemunhas da história do objeto analisado.

Segundo Coelho, a evolução do tecido urbano envolve três processos distintos, os quais são: adição, sobreposição e sedimentação. Segundo ele no processo de adição, “a um tecido preexistente justapõem-se elementos urbanos ou traçados com lógicas mais globais” (2014, p. 24). Ainda acerca da adição, o autor define que existem três formas dela acontecer no plano, as quais são: adição elementar (quando são incluídos elementos em um plano de forma orgânica), adição por extensão (quando se segue a uma ordem já existente) e adição por justaposição (quando os elementos não seguem uma ordem preexistente).

Quanto à sobreposição, o autor define que acontece “quando existe uma vontade expressa de reestruturar um tecido existente, reinterpretando-o e sobrepondo-lhe, de um modo singular ou de conjunto, uma ordem urbana de hierarquia superior.” (2014, p. 25). E a respeito do processo de sedimentação, Coelho afirma que “é o mais comum e atinge todos os tecidos urbanos, independentemente de estar articulado com os processos anteriores” (2014, p. 27). Na análise dos elementos morfológicos do plano, a percepção de tais processos contribui para a averiguação das características e formas que permaneceram e quais foram modificadas.

Ao analisarmos a morfologia urbana dos assentamentos em geral, existem elementos comuns a todos e que são passíveis de estudo e, segundo a metodologia histórico-geográfica de Conzen, podemos analisar o plano considerando três níveis: o primeiro nível seria bidimensional, o qual inclui ruas e parcelas; o segundo nível de análise seria bidimensional e tridimensional, o qual inclui os pontos anteriores e soma-se à eles as edificações; o terceiro nível de análise, tridimensional, levaria em consideração o uso do solo e as edificações.

No plano bidimensional, ao conjunto desses elementos de análise, chamamos malha urbana e, esta malha, ao longo do tempo, modifica-se e adapta-se às novas realidades que permeiam estes assentamentos. Segundo Ribeiro (2008), o estudo dessa malha ou rede pretende conduzir ao reconhecimento e à compreensão da estrutura física da cidade, através da análise desses diferentes elementos que o compõem e do modo como se organizam para formar o tecido urbano, que pode ser contínuo ou descontínuo, mais denso, ou rarefeito. Neste estudo, os elementos que compõem a malha urbana e que foram analisados são as ruas, as quadras e as parcelas, juntamente a estas, a ocupação dos lotes foi considerada tendo em vista a percepção do desenvolvimento e adensamento da cidade, mas não foi realizada a análise dos usos do solo. Para a realização desta análise, também foram estudadas algumas fachadas das edificações contidas no perímetro tombado, as quais permitem a percepção da relação entre a parcela e a rua, além do estabelecimento dos períodos históricos que permeiam o objeto escolhido e quais transformações aconteceram ao longo do tempo.

Nas pesquisas sobre morfologia urbana, as ruas têm um papel de destaque, pois através delas a cidade se estrutura, circula, se integra e se desenvolve. Os quarteirões, produto da delimitação das ruas, contribui para a organização do espaço urbano, agrupando as parcelas e os lotes, os quais são o elemento básico de toda essa malha. Dentro dessa parcela desenvolve-se a edificação, a qual não será estudada de forma individualizada pela indisponibilidade de documentação, mas que apresentam papel fundamental na relação entre a parcela e a rua, pois as configurações das edificações ao longo dos anos e a sua disposição dentro dos lotes mudaram os aspectos relativos às configurações urbanas, bem como as dimensões das parcelas e quarteirões.

Mesmo considerando o plano urbano como um palimpsesto, conforme defende Conzen nos estudos da escola inglesa de morfologia urbana, alguns elementos da malha tendem a ser mais estáveis, não sofrendo grandes alterações ao longo dos anos e das camadas sobrepostas, como é o caso das ruas e quarteirões. Já a parcela e a edificação são os elementos mais suscetíveis às alterações por terem uma maior variação e rotatividade de usuários ou proprietários, que possuem autonomia para promoverem estas mudanças.

O estudo da cidade exposto na presente pesquisa, buscou aliar os conhecimentos acerca de todos esses fatores que incidem sobre o plano e edificações, de forma a entender seus processos evolutivos, identificando-os e analisando-os, almejando identificar o que incidiu de forma direta e afetou tal configuração do centro histórico e como isto se dá nos dias de hoje.

Quanto à elaboração dos mapas feitos para a análise da persistência da forma urbana em Natividade, foi utilizado como base todo o material disponibilizado pelo IPHAN, além das visitas in loco, imagens de satélite, acervos documentais e outras publicações literárias e acadêmicas que possibilitaram o acesso a informações pertinentes inerentes ao contexto urbano.

O mapa hipotético de 1817 tomou como espacialização o perímetro tombado pelo IPHAN, além do cruzamento de informações presentes na tese de Nádia Moura, a qual foi de grande valia para a adaptação do mapa inicial. O trabalho elaborado por ela consistiu no recolhimento de dados acerca de impostos imobiliários do século XVIII, nas antigas cidades de Vila Boa, Pilar, Meia Ponte e Natividade. Primeiramente foram transcritas todas as informações das décimas urbanas das cidades citadas e, através dos dados contidos nos documentos, a autora buscou colocar no plano as informações pertinentes a cada lote em mapas hipotéticos. Os mapas gerados na pesquisa indicaram a suposta rota do cobrador de impostos ao transitar pela vila e recolher as décimas, além disso, a autora identificou no mapa quais os lotes continham as edificações mais valorizadas da cidade, também indicou quem seriam os proprietários elencando o gênero, o perfil e o rendimento de cada um. Através deste trabalho, a autora utilizou-se de aspectos historiográficos para uma reconstituição urbana, de forma a pormenorizar os estudos acerca da “decadência” abordada em toda a historiografia de Goiás e que, segundo ela, em sua maioria, tratam os processos históricos como algo homogêneo e unificado em todo o território goiano.

O segundo mapa, de 1976, tem como base o levantamento semi cadastral realizado pela Companhia de Saneamento de Goiás, tal fonte estava anexada ao dossiê de tombamento, pois também serviu como base para a delimitação do perímetro tombado. Devido à baixa qualidade da imagem e a incerteza de algumas informações e escalas, a ocupação dos lotes e o posicionamento das quadras também contém uma estimativa de como se apresentou o núcleo urbano naquele período (anexo 3). Com relação aos dois mapas mais atuais, que contemplam os anos de 2002 e 2018, foram utilizados tanto os mapas elaborados pelo IPHAN, como pela administração municipal, os quais contém a inserção de todos os novos loteamentos, bem como os planos de expansão e a indicação do surgimento das novas quadras (anexo 4), juntamente à esses mapas, foram utilizadas imagens de satélite de forma a complementar os dados.

3.1 Plano Bidimensional

3.1.1 Ruas

Segundo a etimologia, a palavra rua provém do latim *ruga*, que significa ruga, sulco ou caminho e o processo de formação desses caminhos nos arraiais mineradores, decorriam em função das primeiras ocupações, as quais delimitavam e configuravam como se daria esta espacialidade.

Com relação à forma e configuração das ruas, a implantação inicial do povoamento nas proximidades da Serra de Natividade, revelam desde o princípio a perspectiva de crescimento e desenvolvimento da ocupação territorial da região, pois, além da barreira física imposta pela serra, a presença dos córregos que ladeiam o núcleo mais antigo da cidade limitaram seu crescimento à nordeste, este fator contribuiu para a preservação da paisagem urbana obtida ao se transitar pelo centro tombado da cidade, pois como a expansão territorial aconteceu no sentido oposto à serra, não foram criadas interferências no campo visual que viessem a distorcer o contexto geral do cenário primitivo que fora preservado.

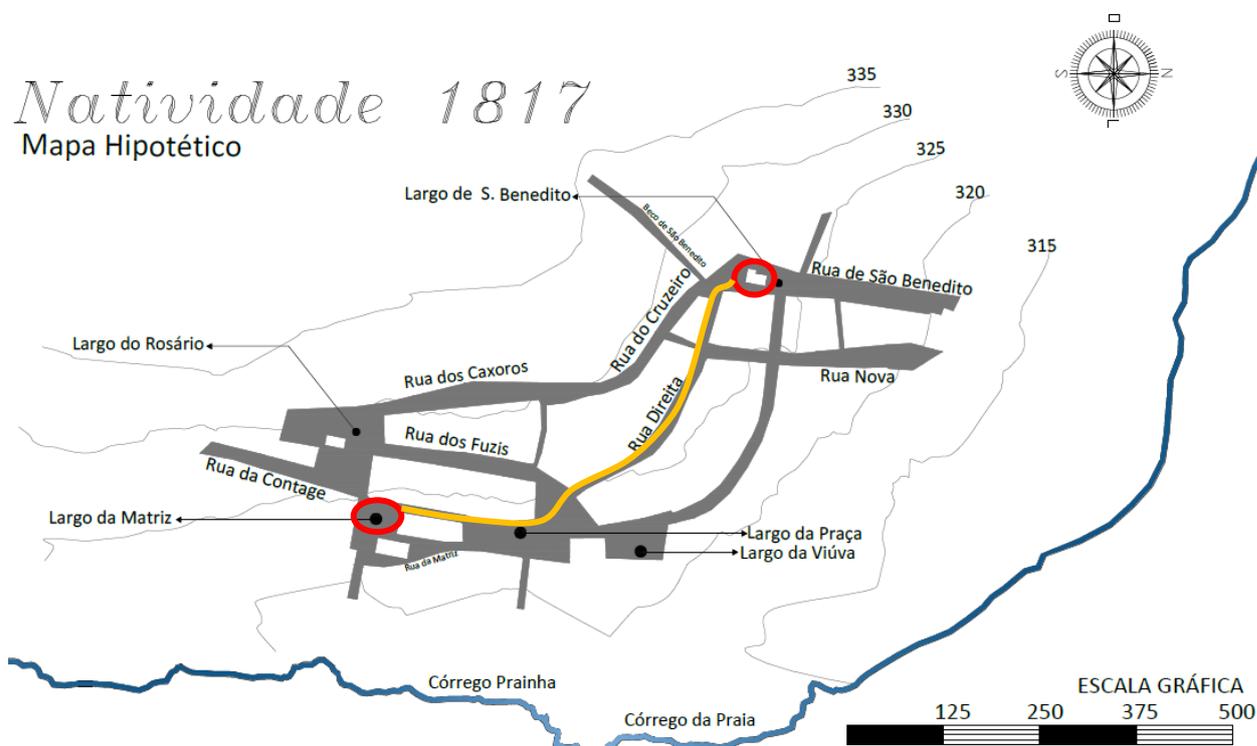


Figura 26 – Arruamento de Natividade 1817

Fonte: adaptado pela autora (com base no mapa do IPHAN contido no dossiê de tombamento e no mapa hipotético elaborado por Nádia Moura)

Conforme abordado no capítulo anterior, a disposição do arruamento inicial da cidade seguiu um modelo muito comum em núcleos portugueses, a qual consistia na locação de duas edificações relevantes e a formação de um caminho que as uniria e, a partir deste, o restante

da cidade de desenvolvia (figura 26). Nesse caso, as edificações não pertenciam a ordens religiosas, como acontecia em Portugal, pois nesse momento os Jesuítas já não podiam iniciar os aldeamentos. Apesar disso, as irmandades religiosas formadas por civis, baseadas em suas relações sociais e origens, estabeleceram povoamentos semelhantes, implantado suas próprias edificações.

Na análise relacionada à implantação do povoamento na região, percebe-se que a existência de um curso d'água e terreno fértil facilitaram tanto a atividade extrativista, como o abastecimento local para a subsistência dos habitantes. A topografia desenvolve-se de forma suave, conforme curvas de nível indicadas no mapa acima, tornando o núcleo inicial pouco acidentado, mas mesmo a sutil declividade do terreno configurou o posicionamento e a configuração das ruas, que se adaptaram às curvas de nível.



Figura 27 – Natividade 1828

Fonte: Acervo de Simone Camêlo (in PICANÇO, 2009)

Percebe-se no delinear do arruamento a estrutura tipicamente colonial da fase inicial dos povoamentos do Brasil, representada por caminhos irregulares tanto em seu percurso, como em suas larguras, o que revela uma possível ausência de planejamento nesse momento, tornando as ruas apenas o produto da disposição do casario, característica excepcionalmente alterada no entorno das edificações públicas e religiosas, como podemos observar no entorno das igrejas Matriz de Nossa Senhora da Natividade e do Bonfim (figura 28), além do largo que ladeava as edificações públicas centrais da vila, conforme indicadas no mapa abaixo. A presença dos largos revela a importância das edificações religiosas e públicas nesse contexto, além disso, estes espaços abertos davam ênfase e destaque a estes edifícios que, em grande parte, não dispunham de monumentalidade.

Segundo Nestor Goulart Reis Filho (2000), no período entre meados do século XVII e início do século XVIII, as ruas e as praças compunham os elementos básicos do urbanismo. As ruas consistiam apenas em locais de passagem, enquanto as praças continham os principais edifícios públicos e religiosos, os quais eram de uso comum e, conseqüentemente, atraíam um maior número de pessoas.

No segundo momento analisado, 1976 (figura 30), percebe-se uma expansão e o prolongamento de ruas à noroeste e ao sul, partindo do arruamento inicial e seguindo-se de forma muito semelhante ao núcleo formado em 1817, representando, segundo Coelho (2014), uma adição por extensão – quando se mantém as características dos elementos já existentes. Este prolongamento engloba as ruas Travessa A (antiga Rua Nova), Avenida dos Cruzeiros (antiga Rua dos Caxoros) e Rua Rafael Xavier (antiga Rua da Contagem). Ainda há nesse contexto o surgimento de novas ruas que se desenvolvem de forma orgânica, como a Rua Flávio Araújo a Rua Nova Brasília, além do prolongamento do Beco da Praça. Devido o traçado e a configuração dessas ruas ligadas ao núcleo de 1817 apresentar características semelhantes supõe-se que este prolongamento surgiu ainda ao final do século XIX e início do século XX.

Natividade 1976

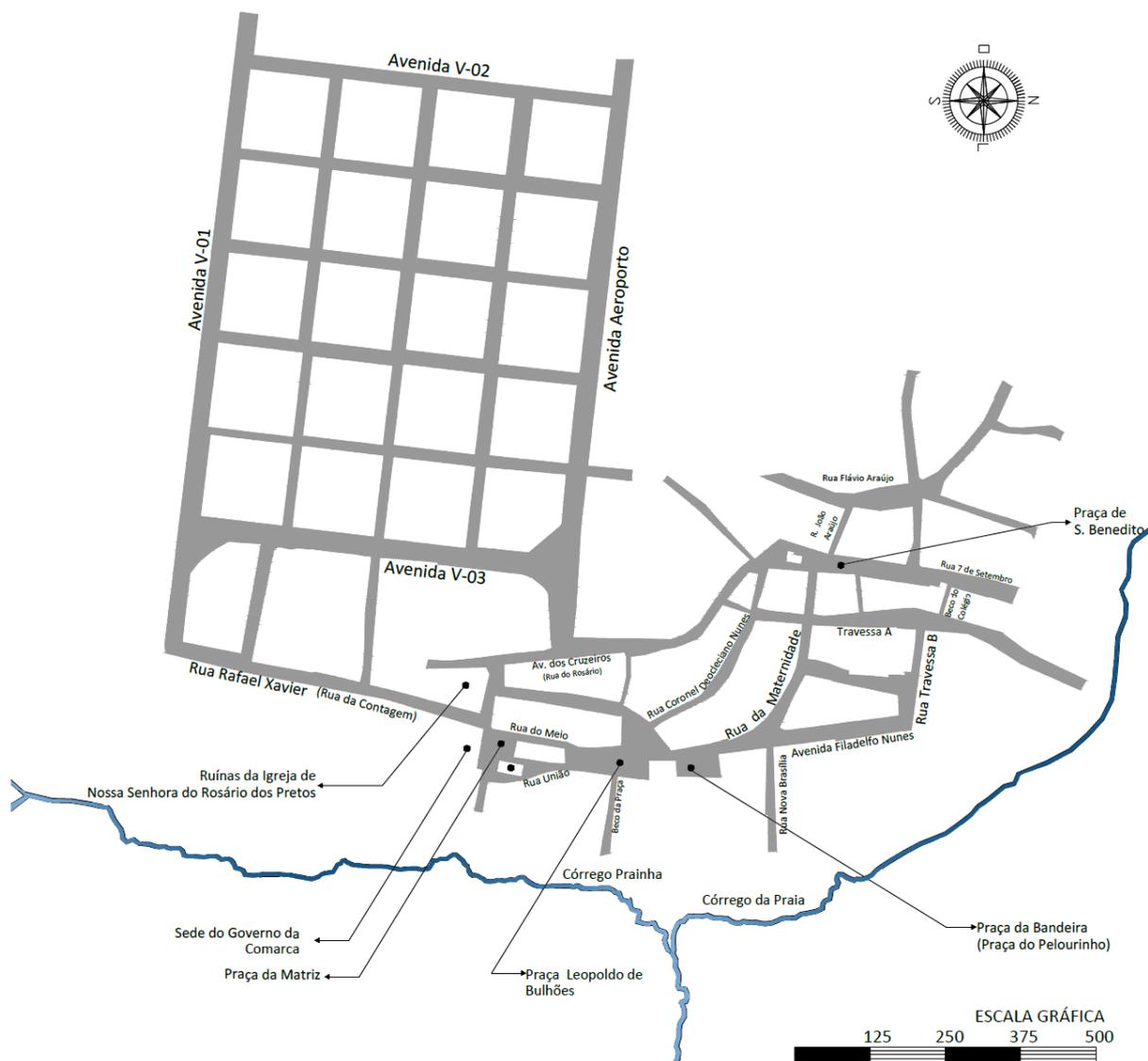


Figura 30 – Arruamento de Natividade 1976

Fonte: IPHAN, adaptado pela autora (utilizando dados do levantamento realizado pela SANEAGO)

Ao analisarmos o crescimento da cidade no sentido sudoeste, percebemos uma ruptura no traçado orgânico e o início de um novo modelo de arruamentos e quadras que, segundo o dossiê de tombamento, aconteceu aproximadamente em 1968. Estas novas quadras configuram-se de forma ortogonal, configurando uma adição por justaposição, possuindo arruamentos regulares e esparsos, diferindo do plano inicial tanto em forma, como em densidade. Tendo em vista a preservação do conjunto urbano e paisagístico, a predefinição dessas novas quadras delineou a intenção da expansão territorial, limitando de certa forma interferências mais severas nos arruamentos iniciais. Ainda nesse período, as ruas também não contavam com pavimentação, ocorrendo em alguns locais a presença de calçadas (figura 31).



Figura 31 – Rua Coronel Deocleciano Nunes (Rua Direita) 1982

Fonte: IPHAN

Assim como em 1976, o desenvolvimento da cidade em 2002 (figura 32) revela uma permanência do núcleo original e suas adjacências surgidas ainda ao final do século XIX. Junto a isso, há uma expansão coordenada pelo desenho de novas quadras que tendem a se desenvolver no sentido oeste e sudoeste, seguindo o mesmo formato das quadras surgidas em 1968 e apontadas no mapa do ano de 1976. Nesse momento, há também a inserção de um novo loteamento disposto à nordeste, mas que segue a configuração dos arruamentos ortogonais que se desenvolveram desde a década de 1960.

Percebe-se nesse momento um grande desenvolvimento e expansão da cidade, quando comparamos o crescimento apresentado entre os anos de 1817 e 1976, que apresentavam uma evolução menor – em questão da ocupação do território-, em relação ao crescimento entre 1976 e 2002, este crescimento é associado à criação do estado do Tocantins no ano de 1988.

O Tocantins obteve um crescimento urbano de 371,82% e o Estado de Goiás aumentou sua população nas cidades em 257,15%, entre os anos de 1980 e 2010. Pode-se afirmar que, além de uma diminuição maior da população da zona rural e o conseqüente aumento da zona urbana, o Tocantins alcançou um aumento maior de sua população justamente com a migração de trabalhadores de outros estados, em função de sua criação. (BORGES, SANTOS e VIEIRA, 2013, p. 113)



Figura 32 – Arruamento Natividade 2002

Fonte: IPHAN adaptado pela autora

No mapa de 2018 (figura 33), não se apresentam grandes diferenças quando comparado ao período anterior de análise, mas percebe-se a inserção das rodovias TO-050 e TO-280 que cruzam o plano da cidade. A TO-050 liga Natividade à Palmas (norte) e Arraias (sul), assumindo em alguns trechos a nomenclatura de TO-010. Já a rodovia TO-280 liga Natividade à Dianópolis (leste) e aos municípios de Peixe e Alvorada (oeste). Com o estabelecimento e a estruturação de duas rodovias que permeiam a cidade, percebe-se um incentivo ao desenvolvimento das zonas lindeiras às mesmas. Este estabelecimento também condiciona, de certa forma, a disposição dos arruamentos que porventura surgirão.

Neste período, o centro tombado da cidade já contava com pavimentação feita em blocos hexagonais de concreto, enquanto que algumas quadras novas contavam com pavimentação asfáltica.

Por fim, o arruamento apresentado no mapa de 2018 já contempla as quadras previstas pelo plano diretor, as quais não se encontram completamente estruturadas e

ocupadas, mas que reafirmam o eixo de expansão sudoeste. As demais ruas, já existentes nos períodos anteriores, não sofreram modificação.



Figura 33 – Arruamento Natividade 2018
 Fonte: IPHAN adaptado pela autora

Analisando a intervenção do Programa Monumenta no perímetro tombado, o mesmo não promoveu mudanças na disposição e forma do arruamento, apenas delimitou e reconfigurou os espaços dos largos e praças (figura 34), bem como o calçamento dos becos e do casario, além da restauração de edificações.

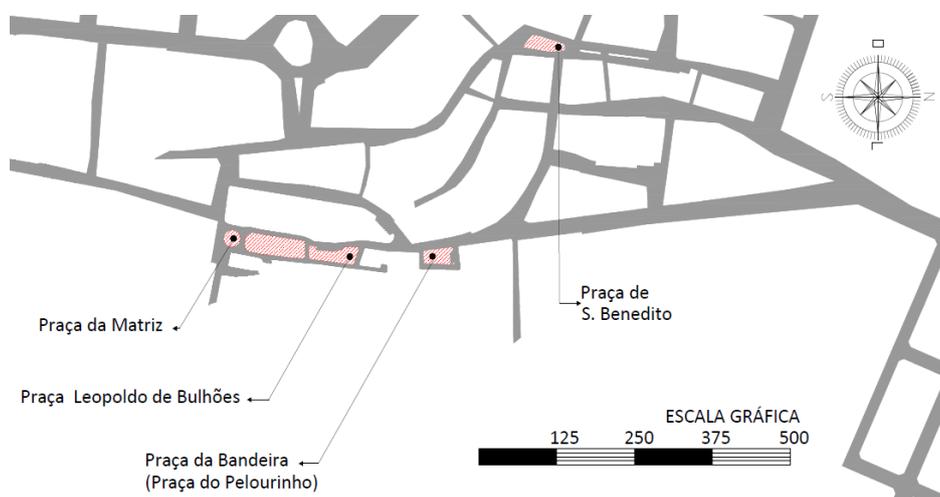


Figura 34 – Praças após intervenções do Programa Monumenta
 Fonte: IPHAN adaptado pela autora



Figura 35 – Praça da Matriz antes do tombamento (esq.) e após o Monumenta (dir.)

Fonte: IPHAN

Antes da intervenção do Programa Monumenta, a praça da matriz (figura 35) não tinha uma delimitação definida, sendo conformada apenas pelo arruamento do entorno. Após a intervenção, a praça ganhou um formato circular e nivelamento, neste espaço acontecem as manifestações religiosas da cidade, além disso, as calçadas do entorno foram revitalizadas.



Figura 36 – Praça Leopoldo de Bulhões antes do tombamento (esq.) e após o Monumenta (dir.)

Fonte: IPHAN adaptado pela autora

Após a intervenção realizada na praça Leopoldo de Bulhões (figura 36), a mesma recebeu novo calçamento, nova configuração, adaptação à acessibilidade, além de iluminação pública e mobiliário urbano. O entorno também teve o calçamento revitalizado, além da inserção de elementos como faixas elevadas e rampas de acessibilidade.



Figura 37 – Praça da Bandeira antes do tombamento (esq.) e após o Monumenta (dir.)

Fonte: IPHAN

A Praça da Bandeira (figura 37) também foi objeto das obras do Monumenta e, assim como as demais, teve seu mobiliário, iluminação e calçamento completamente renovados, além da restauração dos imóveis do entorno e a reconstrução das calçadas.



Figura 38 – Praça de São Benedito antes do tombamento (esq.) e após o Monumenta (dir.)

Fonte: IPHAN/Autora

A praça de São Benedito (figura 38) recebeu um novo calçamento e mobiliário urbano, além da restauração da edificação. Dentre estas obras principais que foram citadas com relação as remodelações e revitalizações que influenciaram na configuração das ruas e praças, alguns becos do perímetro tombado receberam novo calçamento e iluminação pública, além das demais calçadas que foram refeitas ou revitalizadas no entorno das edificações.

3.1.2 Quarteirões e Parcelas

As parcelas, dentro do contexto urbano, representam a unidade básica da construção da cidade, espaço responsável pelo recebimento das edificações e elemento decisivo na formação de cada uma delas, influenciando não apenas seu formato, mas também seu uso. Ao longo do tempo, as parcelas e as edificações tornam-se os elementos mais suscetíveis a mudanças que ocorrem no contexto urbano, pois permitem ao proprietário a autonomia de adicionar parcelas formando lotes maiores, ou subdividi-las. Devido a isso, o parcelamento possui configurações diversas que vão influenciar na formação e configuração dos quarteirões.

Com relação ao parcelamento territorial definido pela formação das quadras e configuração de lotes, percebe-se no mapa hipotético de 1817 (figura 39) uma espacialização desordenada que culminou na formação de quadras irregulares e, conseqüentemente, lotes irregulares.

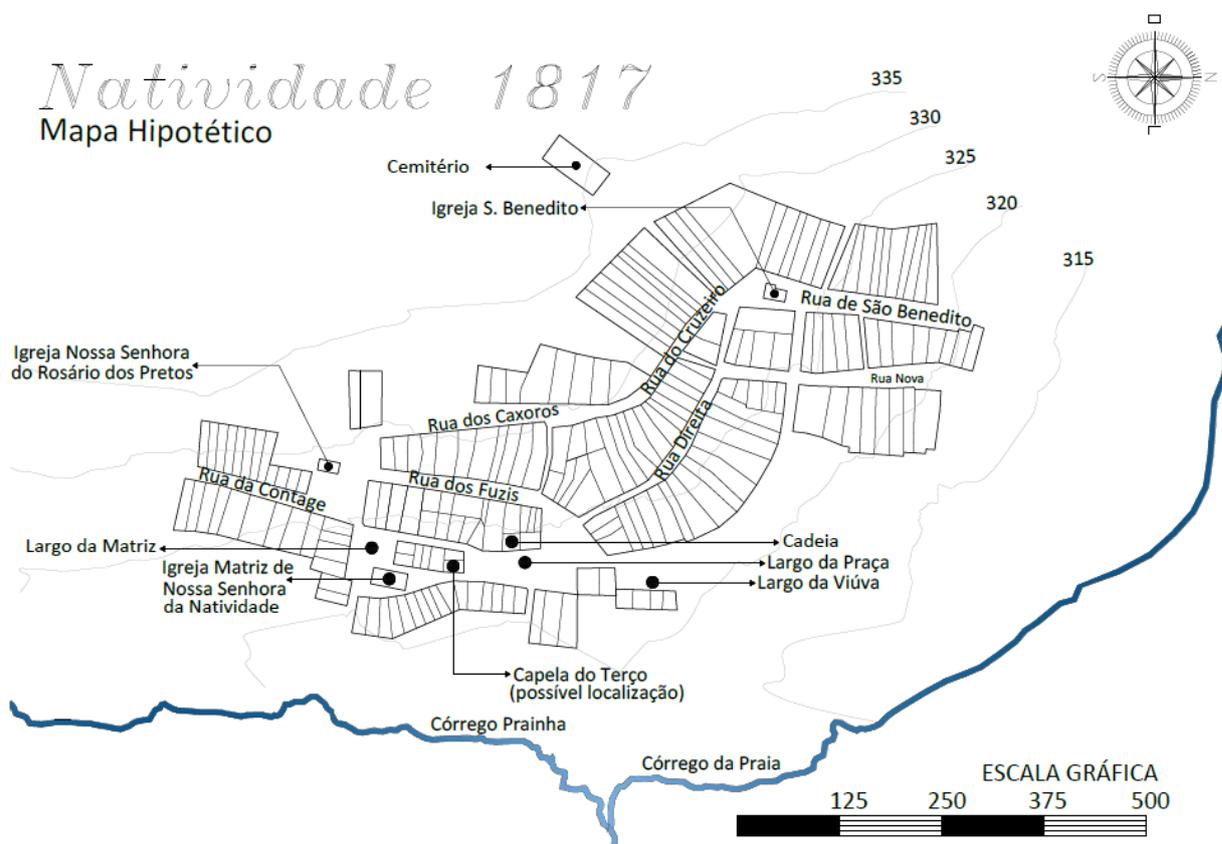


Figura 39 – Quadras de Natividade 1817

Fonte: adaptado pela autora (com base no mapa do IPHAN contido no dossiê de tombamento e no mapa hipotético elaborado por Nádia Moura)

Nestes momentos iniciais das povoações no Brasil, os lotes não eram vendidos, mas sim concedidos. Segundo Marx (1991), o parcelamento resultante desse sistema de concessão consistia na presença de lotes bastante estreitos e profundos (figura 40), muitas vezes de geometria não muito regular e delimitados de forma pouco precisa em relação ao espaço público. Essa configuração do parcelamento reflete o modo de vida e as relações sociais e econômicas que permeavam o cenário urbano. Uma população, em parte advinda do meio rural, passa a habitar um núcleo urbano, mas permanece com a necessidade de executar certas atividades relativas à sua subsistência, dessa forma, os quintais das casas abrigavam uma certa produção de alimentos e, até mesmo, a criação de alguns animais.

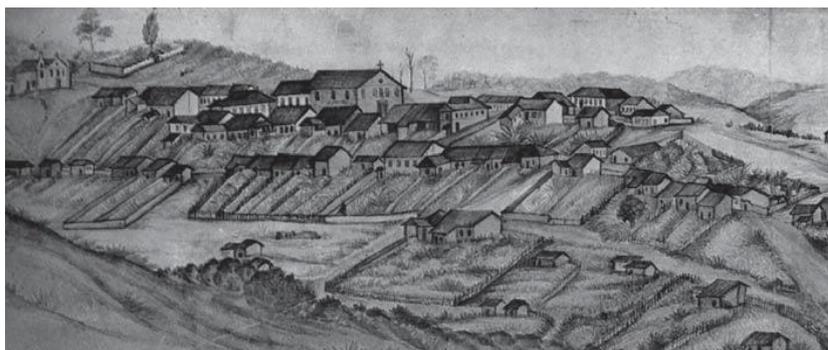


Figura 40 – Cidade do século XIX não identificada - Aquarela de Miguel Dutra

Fonte: SILVA, 2004

Com o desenvolvimento de novas atividades econômicas, como a pecuária e a agricultura, o papel do quintal como provedor para a subsistência da família vai perdendo seu sentido. Aliado a esse novo modo de vida, em meados do século XIX o modelo de concessões de terra passa por uma modificação, sendo substituído por um novo sistema que veio a institucionalizar a propriedade privada do solo. Dessa forma, o surgimento de novas quadras e bairros por meio dos loteadores tornou-se uma operação rentável, onde a terra era vendida por metro quadrado, sendo assim, os lotes que antes iam de um lado ao outro da quadra, subdividem-se, permitindo construções em ambas as faces, como podemos perceber no mapa de 1976 (figura 41). Com relação às demais quadras que foram surgindo nesse período, sua forma e disposição seguem-se de maneira ordenada e ritmada, com distâncias simétricas, formando quadras e lotes regulares, que diferem, tanto em forma como em dimensão, dos lotes do núcleo inicial.



Figura 41 – Natividade 1976 – Quadras e Parcelas

Fonte: IPHAN adaptado pela autora (utilizando dados do levantamento realizado pela SANEAGO)

Nos mapas referentes à 2002 e 2018, o desenvolvimento das quadras e do parcelamento deixa de seguir o modelo ou a forma quadrada, como vistas em 1976 e passam a apresentar uma forma mais longilínea, formadas por quadras retangulares. Quanto ao núcleo central, as quadras não sofreram alterações em sua forma durante esse período, pois a área já era tombada.

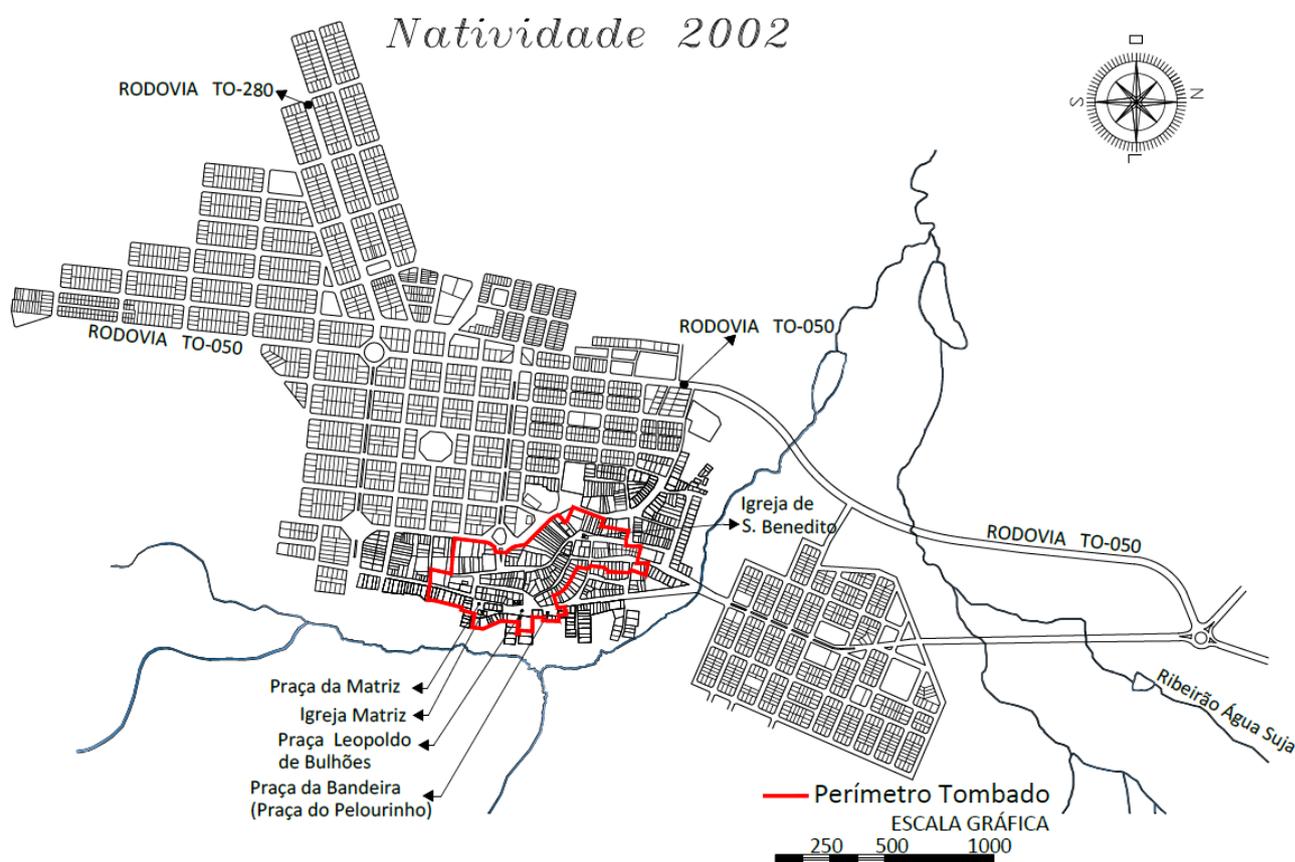


Figura 42 – Natividade 2002 – Quadras

Fonte: IPHAN adaptado pela autora

Como os dois períodos apresentando características semelhantes, vale ressaltar que o desenvolvimento das novas quadras seguiu, principalmente o sentido das duas rodovias que passam pela cidade, tanto a TO-050, como a TO-280, podendo-se perceber no mapa de 2018 (figura 43) um desenvolvimento no parcelamento compreendido entre estas duas limitantes.

Considerando o sentido do desenvolvimento, como já relatado nos tópicos anteriores, percebe-se a demarcação de novas quadras no mapa de 2018, apesar do microparcelamento ainda não estar indicado. Estima-se que, segundo o plano diretor da cidade, esta região de expansão é destinada ao uso residencial.

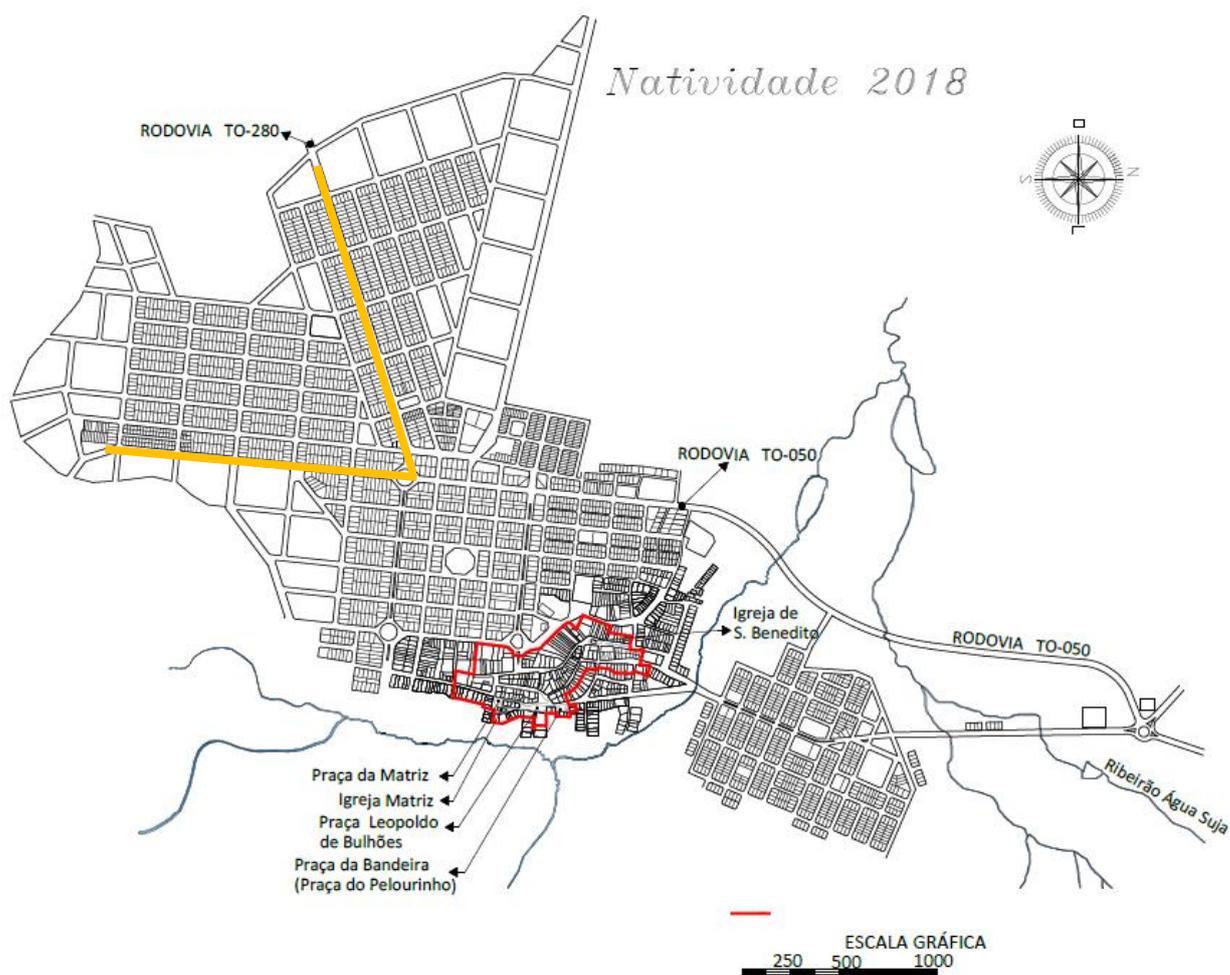


Figura 43 – Natalidade 2018 – Quadras e Parcelas

Fonte: IPHAN adaptado pela autora

Ao serem comparados os desenvolvimentos dos quarteirões e parcelas, percebe-se que o núcleo inicial correspondente ao perímetro tombado ocorre de forma irregular e heterogênea, enquanto que os demais loteamentos que se seguem configuram-se de forma ordenada, regular e homogênea.

3.1.3 A ocupação dos lotes

Além da malha urbana, no estudo sobre morfologia torna-se importante analisar o uso e ocupação do solo para que se possa entender os processos evolutivos que compreendem o objeto. Por não obter fontes documentais para a espacialização de cada uma das plantas das edificações da cidade em todos os momentos analisados, bem como dos usos de cada uma destas, foram utilizados os dados disponíveis para se estimar quais as parcelas possuem edificações e quais encontram-se vazias, de forma a se perceber como ocorreu o adensamento e a ocupação da cidade ao longo do tempo. Para esta análise, foram utilizadas

imagens de satélite, acervos fotográficos, visitas in loco e as plantas disponibilizadas pelo IPHAN. Apesar de ter acesso a estes materiais, algumas informações contidas foram estimadas devido à má qualidade de parte do acervo.

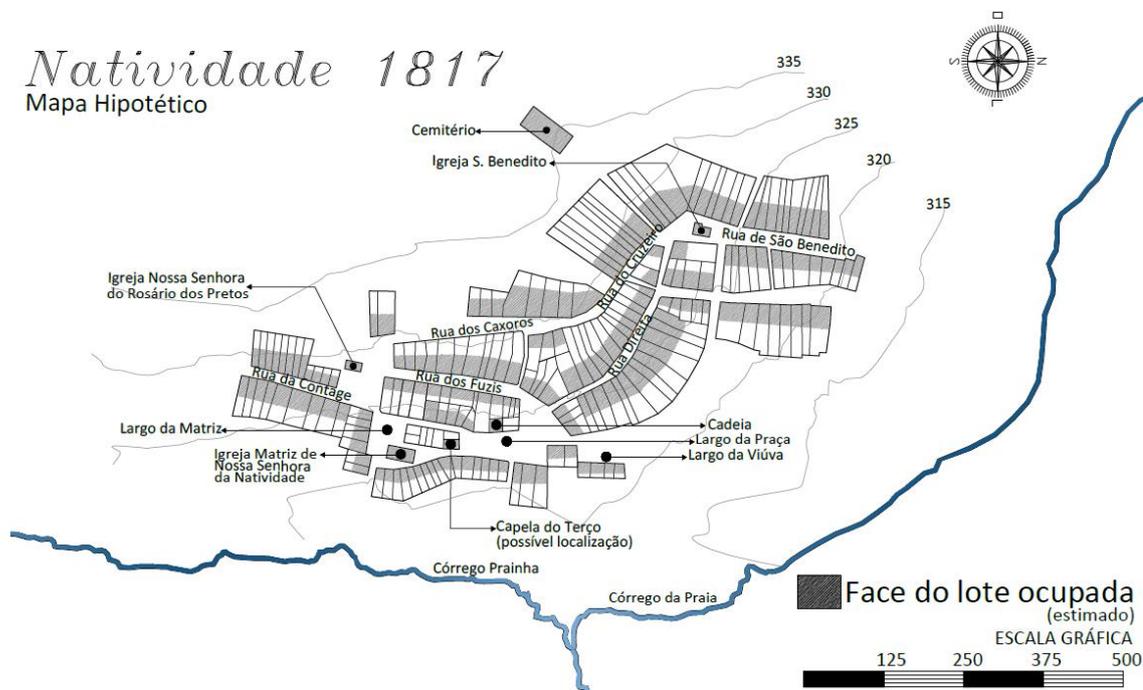


Figura 44 – Natividade 1817 – Ocupação dos lotes

Fonte: adaptado pela autora (com base no mapa do IPHAN contido no dossiê de tombamento e no mapa hipotético elaborado por Nádia Moura)

A ocupação dos lotes no mapa de 1817 é estimada apenas com a presença de um sombreamento que indica a face ocupada. Esta estimativa tem como base o recolhimento das décimas urbanas de Natividade, pois o fluxo dessa coleta foi definido por Nádia Moura, conforme a imagem abaixo.

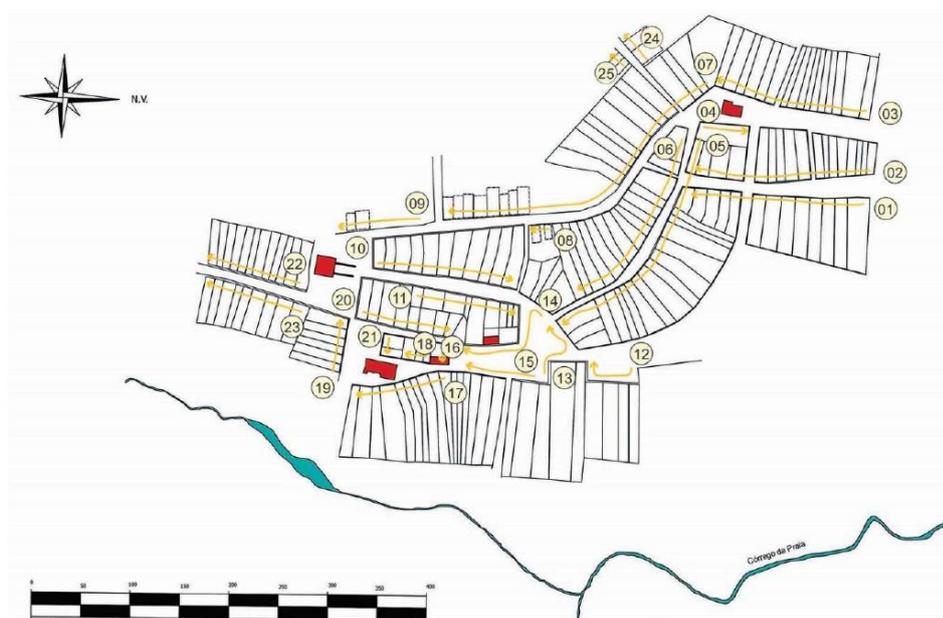


Figura 45 – Fluxo da coleta das décimas urbanas de Natividade - 1817

Fonte: MOURA, 2018.

Mesmo não conseguindo indicar a projeção de cada uma das edificações nos lotes, podemos elencar algumas edificações que foram passíveis de identificação e as características desse período, que permearam e fazem parte da constituição das vilas coloniais. Em geral, a construção desenvolvia-se na parte frontal do lote, sem recuos tanto com relação à rua, como nas laterais. Segundo Silva (2004), a falta de recuos, em relação aos lotes vizinhos, permitia a proteção das paredes laterais, que eram feitas em adobe ou taipa de pilão. Além da existência da edificação principal, nos lotes desse período também surgiram espaços anexos que serviam de apoio às atividades domésticas, como uma cozinha suplementar, que servia para o abate e tratamento dos animais criados no próprio quintal, em alguns casos surgiam também depósitos para estocagem de alimentos. Segundo Reis Filho (2000), as edificações residenciais não continham pátios internos, como as ocupações de influência hispano-americana, mas tinham a casa localizada na frente do lote e quintais simples aos fundos.

Quanto ao uso, percebe-se um certo zoneamento, onde os lotes com edificações públicas e religiosas assinalados encontram-se em destaque no cenário urbano, configurando um “centro” e, principalmente, uma centralidade.

No mapa de 1976 (figura 46), os lotes assinalados como ocupados foram estimados tendo como base a indicação feita na planta elaborada pela SANEAGO, mas devido à qualidade da imagem e algumas informações que não correspondiam ao mapa ofertado pelo IPHAN, podemos apenas estimar esta ocupação dos lotes, pois, no mapa base, haviam apenas indicações de ocupação e não traziam o perímetro das edificações.

Neste segundo momento, a parte central da cidade que corresponde ao núcleo mais antigo, permanece com as ocupações na parte frontal dos lotes, ainda acontecendo de forma geminada, como acontecia em 1817, pois grande parte das edificações mantiveram os aspectos coloniais, mesmo passando por reformas e demolições. Com a subdivisão dos lotes devido às mudanças ocorridas ao longo do tempo, presencia-se um maior adensamento na parte central da cidade que, em sua maioria, correspondem às ocupações residenciais, tal fator se dá pela ocupação de ambas as faces dos antigos lotes do período colonial. Já nas quadras novas que surgiam, as casas apresentavam recuos laterais entre si e um recuo frontal, não posicionando-se mais no limite frontal do lote.

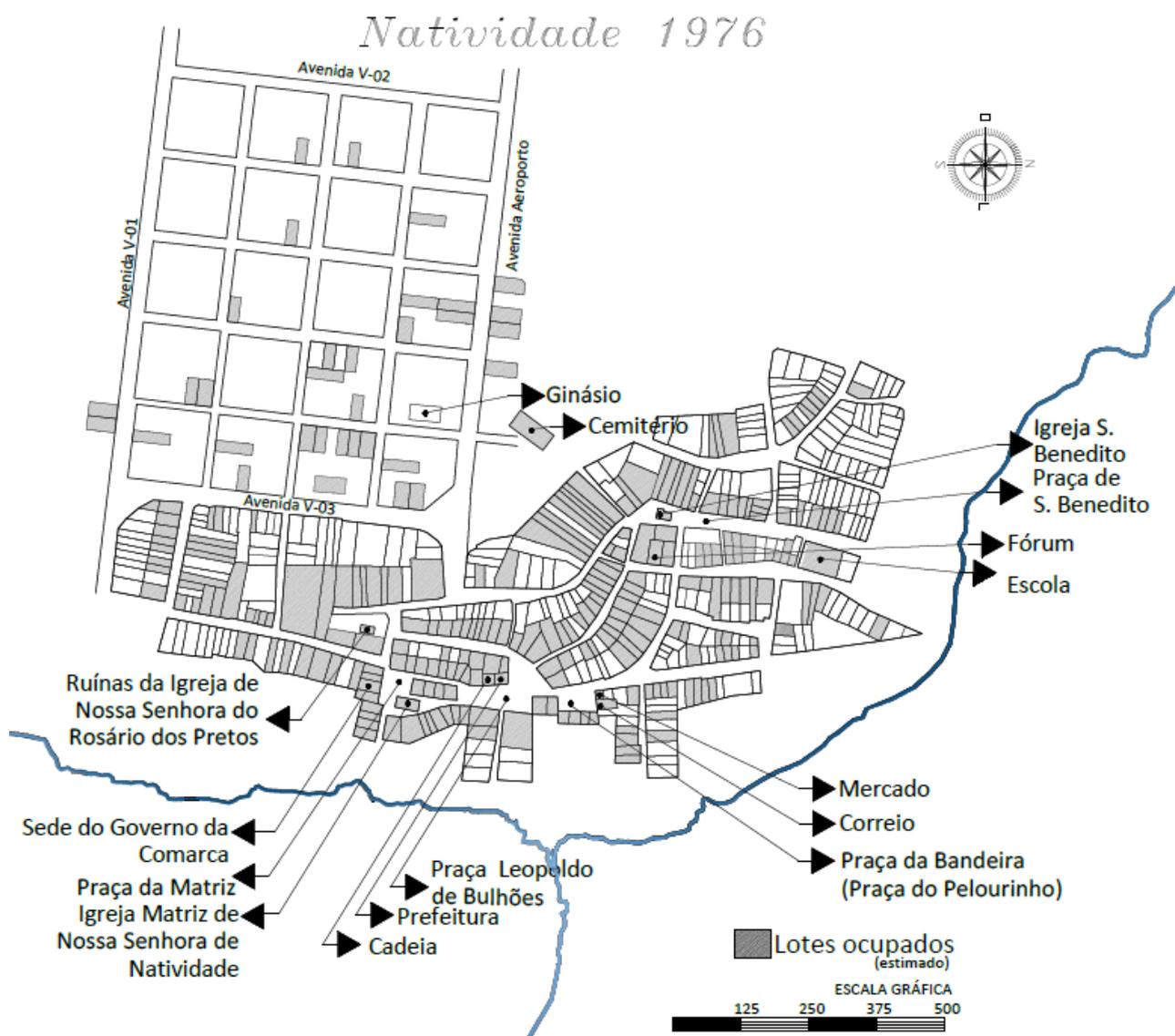


Figura 46 – Natividade 1976 – Ocupação dos lotes

Fonte: IPHAN adaptado pela autora (utilizando dados do levantamento realizado pela SANEAGO)

Ainda é possível perceber no mapa de 1976 a presença de edificações que abrigam novas funções, como o fórum, a prefeitura, o mercado, o correio, o ginásio e a escola. Mesmo sendo atividades que surgiram em um momento posterior à ocupação da parte central da cidade, estas funções abrigaram-se nesse local ou próximo a ele, pois apresenta um maior adensamento nesse período.

Os outros dois momentos de análise, 2002 e 2018, tiveram como base para a demarcação dos lotes ocupados as imagens de satélite e visitas in loco, informações que também são imprecisas em algumas áreas onde a nebulosidade impedia de forma parcial ou total a visão de todas as quadras, ou havia alguma dúvida quanto à ocupação, de igual modo, pôde-se apenas estimar se os lotes tinham construções ou não. Nesses dois momentos foi possível perceber um maior adensamento da parte central da cidade devido a ocupação das

duas faces das quadras, em contrapartida, os novos loteamentos apresentam uma ocupação mais esparsa e mesmo com o passar dos anos, novas quadras surgem sem que o adensamento aconteça nas já existentes.

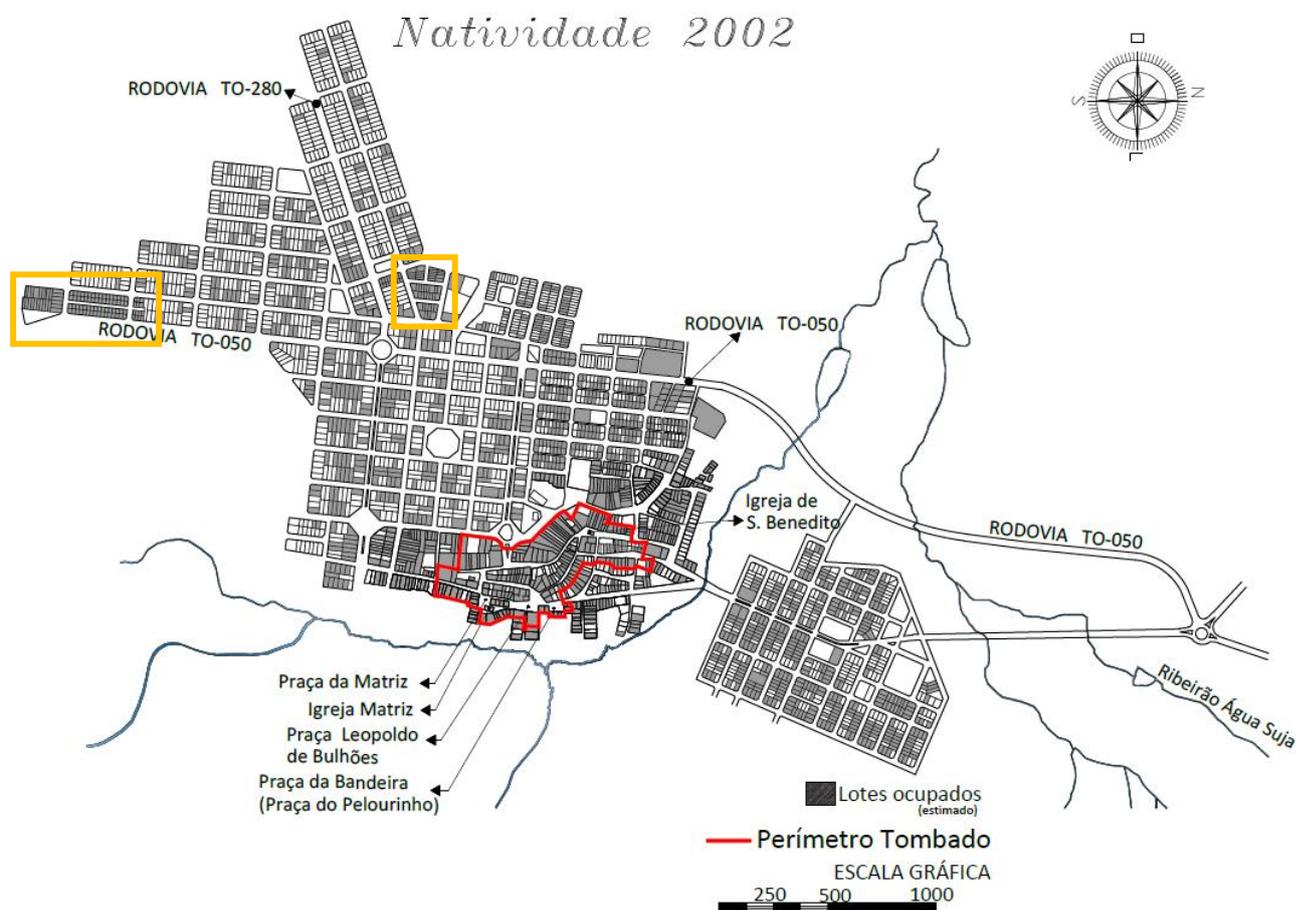


Figura 47 – Natividade 2002– Ocupação dos lotes

Fonte: IPHAN adaptado pela autora

Conforme se percebe no mapa acima assinalado, há um maior adensamento nos lotes lindeiros à rodovia TO-050, estes lotes correspondem à conjuntos habitacionais de interesse social, com moradias unifamiliares (figura 47).

Percebe-se ainda no mapa de 2018 (figura 48), o surgimento e ocupação de lotes de maior dimensão às margens da rodovia TO-050, lotes estes que configuram atividades industriais e comerciais que passam a se desenvolver na região, enquanto isso, nas quadras a oeste, lindeiras à rodovia TO-280, não há um aumento no número de edificações e nem o surgimento de novas atividades.

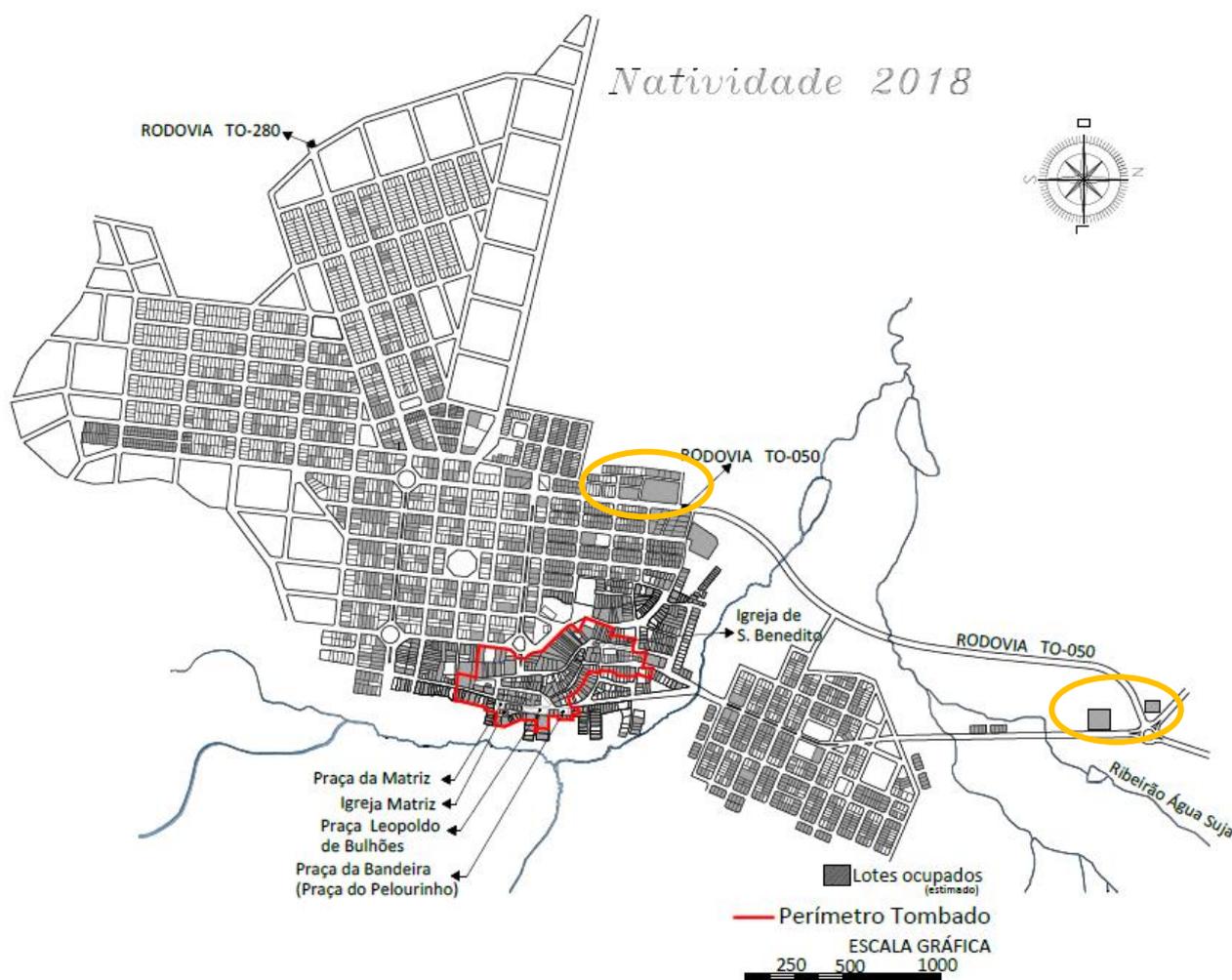


Figura 48 – Natividade 2018 – Ocupação dos lotes

Fonte: IPHAN adaptado pela autora

Com relação à análise de 2018, ainda foi possível delinear o perímetro das edificações com o auxílio das imagens de satélite, apesar de encontrar algumas divergências quanto à divisão e à existência de lotes que não foram demarcados no mapa fornecido pelo IPHAN. Através da demarcação das edificações nos lotes, foi possível perceber a transformação e a relação entre o edificado e a parcela e entre o edificado e a rua. No perímetro de tombamento, onde as edificações comprovadamente são mais antigas – mesmo que tenham passado por uma série de reformas e demolições, ainda mantém as características iniciais – a relação da conformação das ruas pelo alinhamento das fachadas ainda é um elemento marcante. Nessa mesma região, conforme o detalhe da figura 49, percebe-se o adensamento e o preenchimento da parte frontal do lote, enquanto que os quintais, em sua maioria apresentam apenas um prolongamento da casa, que antes configurara a cozinha. Ainda nesse perímetro, existem lotes que preservam sua característica inicial, com a edificação à frente e o quintal longilíneo sem edificações anexas.

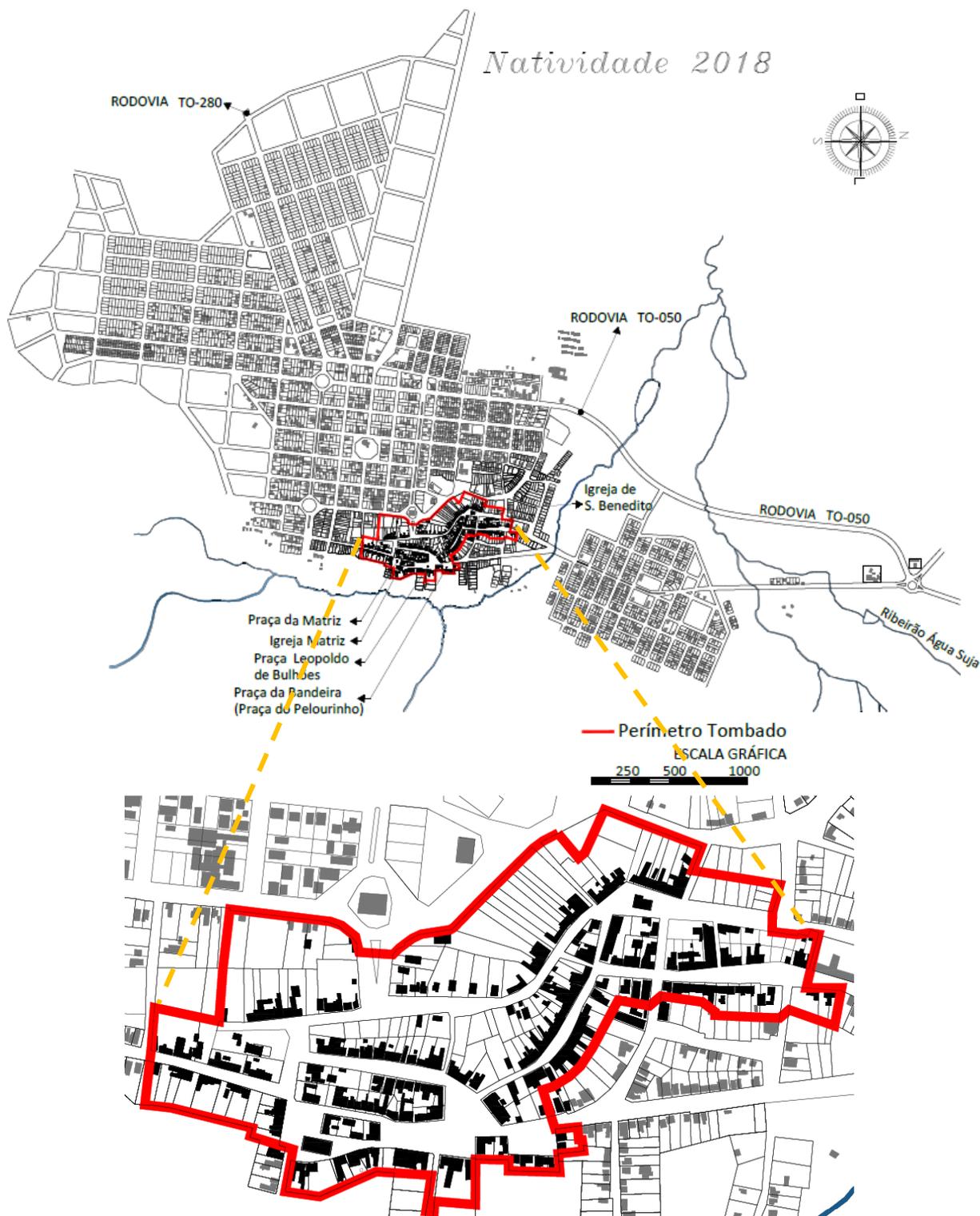


Figura 49 – Natividade 2018 – Edificações do perímetro tombado
 Fonte: IPHAN adaptado pela autora (com base no Google Earth)

Ao analisar o posicionamento da edificação no lote, constatou-se também que a linha de divisa que foi indicada no mapa, por vezes não coincide com o limite da edificação, o que pode configurar o pertencimento de dois lotes para um mesmo proprietário, o qual pode ter realizado obras de ampliação e reforma. Foi visto também, em uma porcentagem menor no

centro tombado, que em alguns lotes se constroem edificações nos quintais, sem que sejam ligadas ao perímetro da edificação que se localiza na parte frontal do lote.

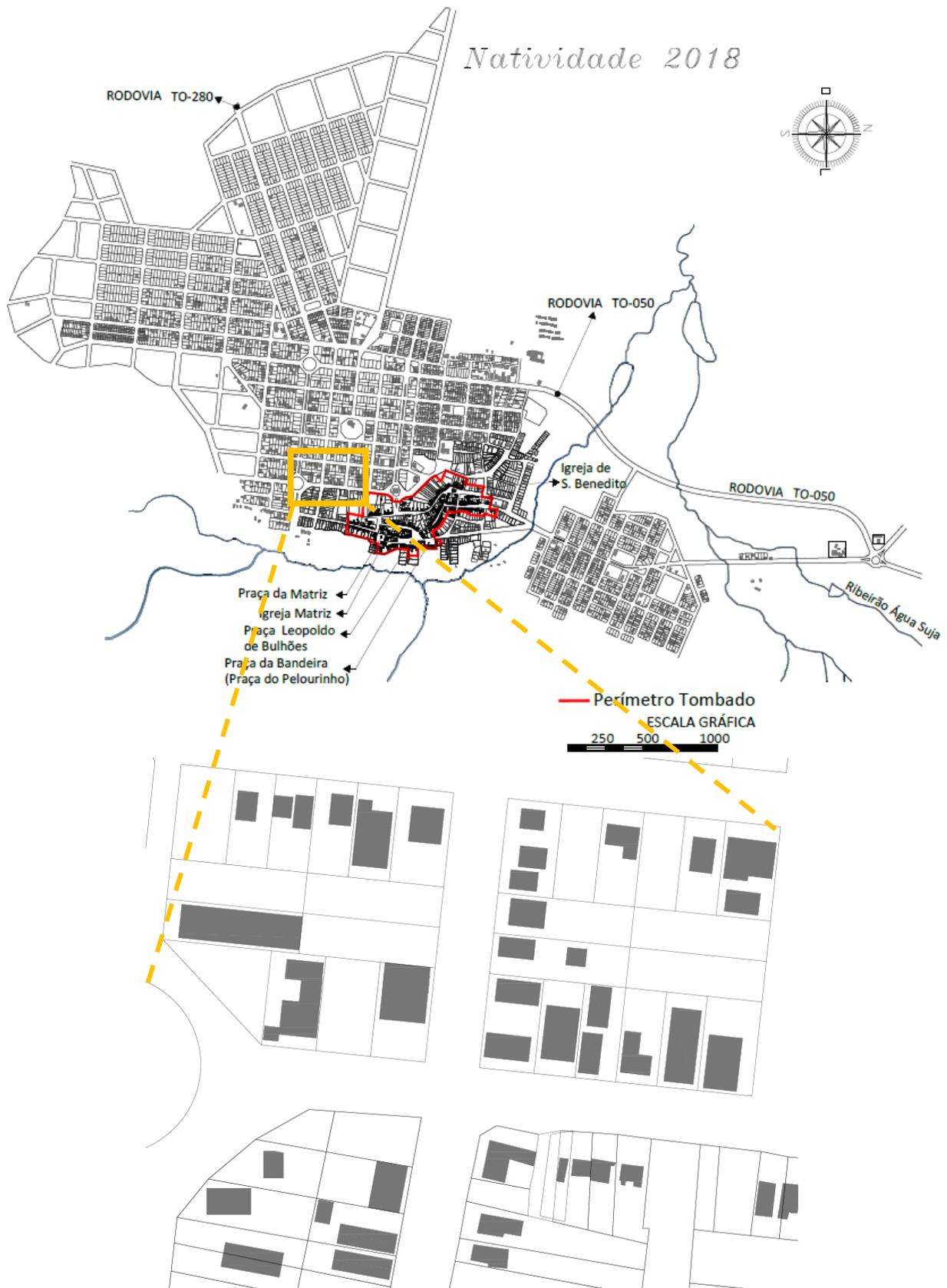


Figura 50 – Natividade 2018 – Edificações 1976 (estimado)
 Fonte: IPHAN adaptado pela autora (com base no Google Earth)

No detalhe da figura 50, é apresentado um trecho que teve sua ocupação em 1976. Mesmo que as edificações demarcadas atualmente não pertençam ao período e já tenham sofrido reformas, pode-se perceber uma nova configuração de ocupação, onde o edificado se desprende das laterais do lote e da edificação vizinha. Surge também o recuo lateral, de forma que a edificação não se torna mais a responsável pela demarcação do arruamento. Nos lotes, também é notória a construções de mais de uma edificação, além da existência de edificações que ocupam mais de um lote.

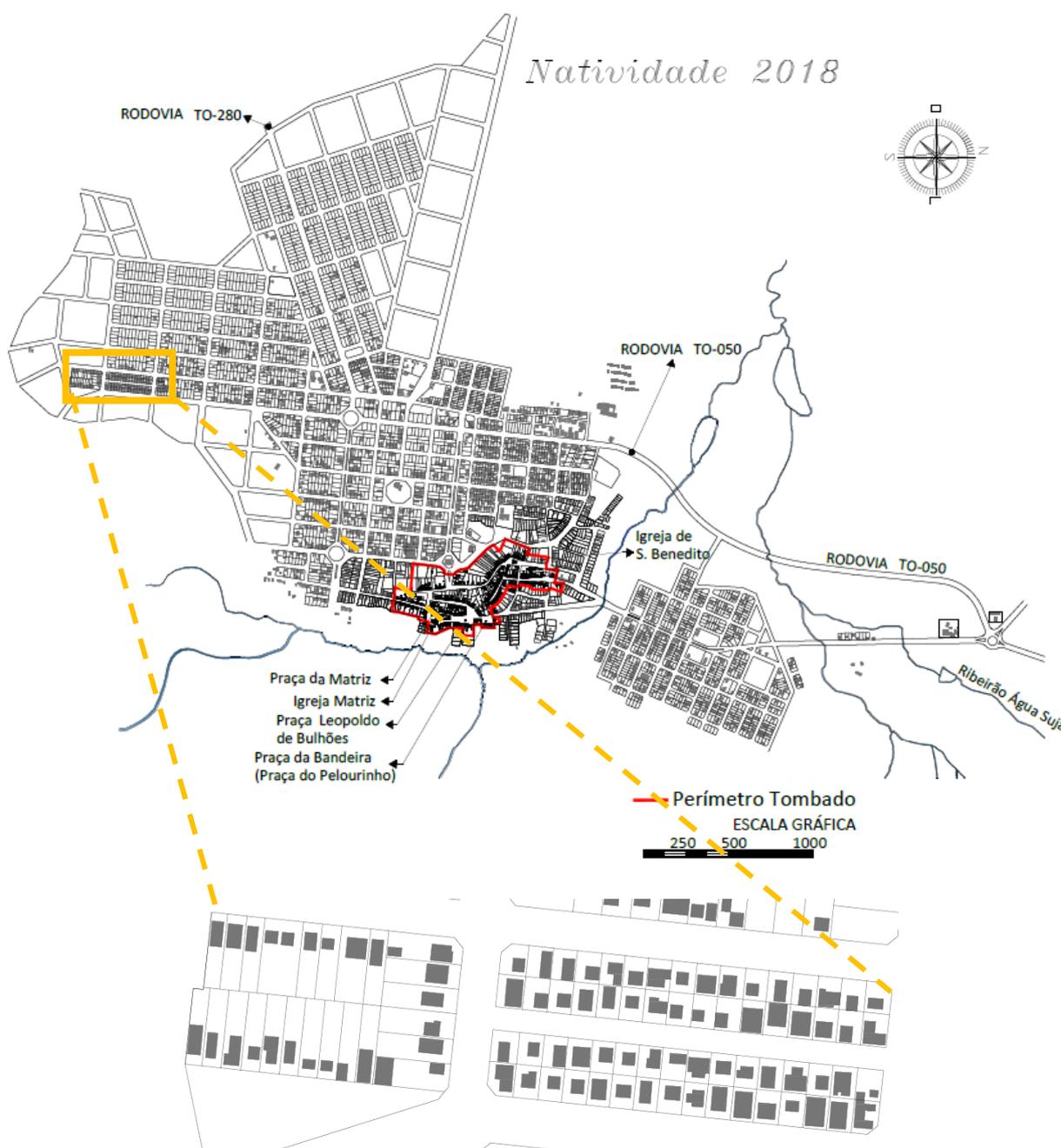


Figura 51 – Natividade 2018 – Edificações 2002 (estimado)
 Fonte: IPHAN adaptado pela autora (com base no Google Earth)

Na projeção das edificações surgidas, provavelmente, em 2002 (figura 51), a área escolhida para o detalhe foi a ocupação do loteamento de unidades habitacionais de interesse popular. Feitas, originalmente, com o mesmo formato, as edificações deveriam apresentar uma mesma projeção no solo, o que não acontece, de acordo com a imagem de satélite de 2018. Dessa forma, podemos concluir que foram feitas ampliações na maioria das casas e algumas chegam quase a ocupar todo o lote. Ainda assim, permanece a relação iniciada na análise de 1976, em que existem os recuos frontais e laterais nos lotes.

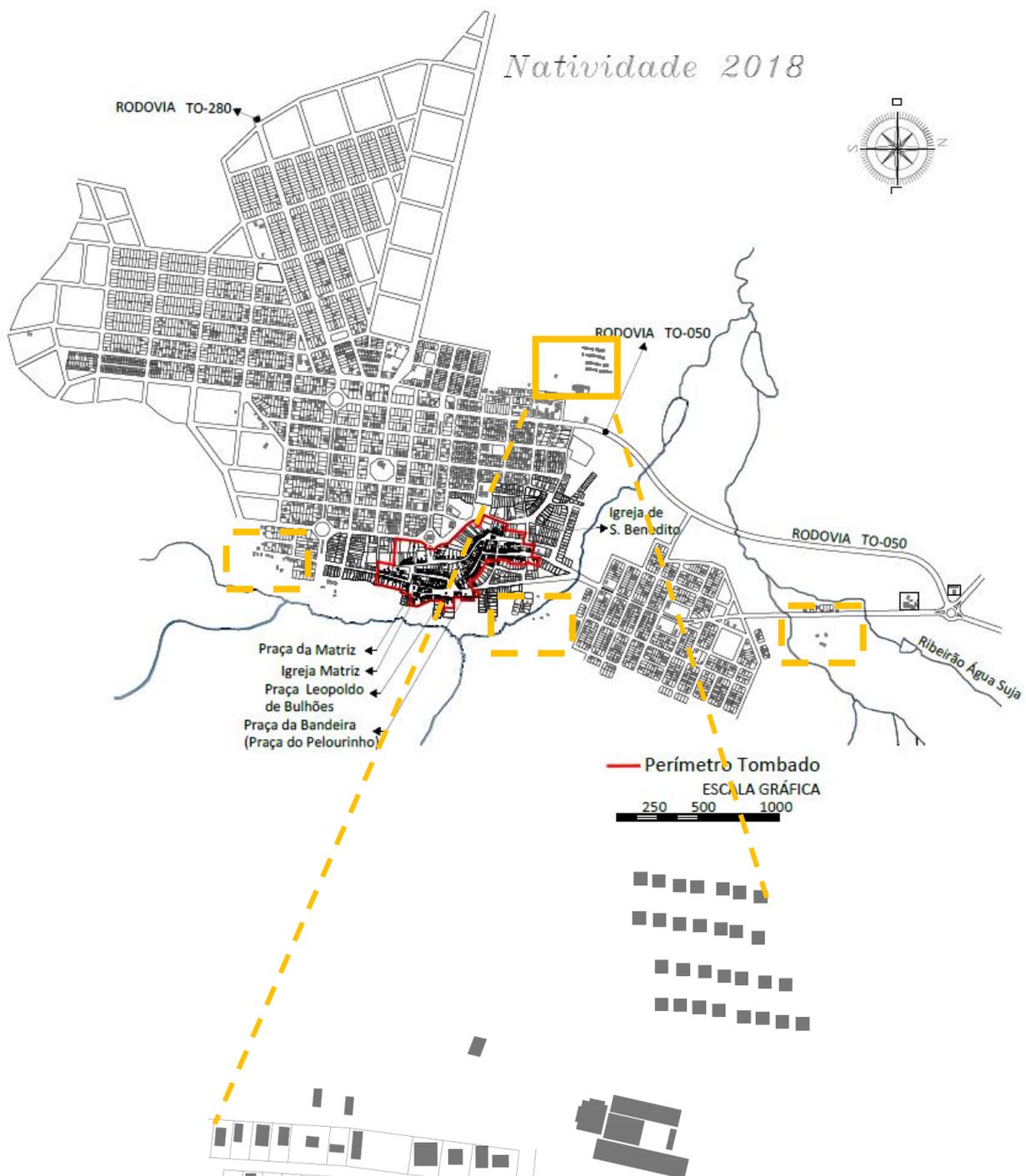


Figura 52 – Natividade 2018 – Edificações 2018

Fonte: IPHAN adaptado pela autora (com base no Google Earth)

Nas edificações marcadas no mapa de 2018 (figura 52), há o surgimento de novas edificações em áreas não previstas no plano diretor que gerou o mapa base desse momento da pesquisa, as áreas demarcadas no mapa geral apresentam essas construções. Em destaque encontra-se uma área afastada da região central da cidade e que apresenta edificações semelhantes, dispostas de forma ordenada, sugerindo que, provavelmente, se refere à um conjunto habitacional de interesse social, composto por residências unifamiliares. Nas proximidades desse aglomerado, surgem também algumas edificações em áreas não contempladas pelo mapa geral da cidade. A constatação da existência dessas construções revela que, mesmo não tendo sido adensado o perímetro “planejado” da cidade e já previsto em sua implantação, surgem novos loteamentos, por vezes sem infraestrutura, que começam a promover um espraiamento desordenado.

Por fim, com base no desenvolvimento do arruamento e a abertura de novas quadras, foram demarcadas na figura 53 a estimativa da ocupação dos lotes com cada uma das edificações, mostrando a relação do edificado com o lote (figura-fundo). Percebe-se ao longo dos períodos estudados que nas zonas iniciais os lotes apresentavam uma menor largura, fazendo com que as edificações ficassem mais próximas e, conseqüentemente a região fosse mais adensada. Nos momentos mais recentes, 2002 e 2018, a dimensão dos lotes propostos são semelhantes e sua configuração e as leis que os regem exigem a existência de um recuo frontal e lateral, este requisito imprime na região uma ocupação mais esparsa.

Através da imagem percebe-se também que a massa formada pelas edificações do perímetro tombado, assinaladas em preto, configuram a forma da rua, mesmo o arruamento não estando identificado na figura. Quanto às ocupações posteriores, a implantação das edificações delinea o formato das quadras, revelando grandes vazios no interior das mesmas.

Com relação à implantação do perímetro tombado comparado ao início das novas ocupações, nota-se a existência de um “vazio” entre eles no mapa figura-fundo. Este vazio, apenas representa a ausência de edificações, mas esta localidade contém um maciço vegetal que, de certa forma, contribui para a preservação das características do núcleo tombado e torna-se uma divisão natural entre o que é novo e o que é mais antigo.



Figura 53 – Natividade Figura-Fundo – Desenvolvimento hipotético
Fonte: IPHAN adaptado pela autora (com base no Google Earth)

3.2 Plano Tridimensional

3.2.1 Edificações e Fachadas

Assim como o estudo dos elementos que compõem a malha urbana contribuem para a averiguação e entendimento dos processos evolutivos das cidades, a análise das fachadas e das plantas das edificações também contribuem para uma reconstituição urbana, arquitetônica e historiográfica. O estudo destes elementos permite uma análise tipológica que compreende a identificação dos tipos existentes dentro de uma mesma área de ocupação, além disso, pode-se identificar aspectos que incidiram sobre esses tipos e os modificaram. Para esta análise, foram escolhidas 4 edificações contidas no perímetro tombado de Natividade, as quais contém informações disponíveis para a realização do estudo tipológico das fachadas nos três principais períodos que marcaram a arquitetura nativitana, o período da exploração aurífera, o período da atividade pecuária e o período do desenvolvimento agrícola.

As edificações inseridas no perímetro tombado de Natividade, em sua maioria, foram construídas ainda no século XVIII, seguindo um modelo colonial simples, caracterizado por edificações de um único pavimento feitas com tijolos de adobe, argamassa de cal e fundações de pedra canga, recurso facilmente encontrado na região. Localizadas na parte frontal dos lotes, as edificações distribuíam-se de forma geminada. O piso, geralmente era de chão batido e as esquadrias eram de tábuas verticais de madeira, com verga reta. A estrutura dos telhados era feita em madeira roliça, composta por oitões, tesoura, frechal, terça, caibro, ripas e rincão; as telhas eram feitas artesanalmente de barro e a maioria das edificações possuíam beirais com cachorro⁷⁶. Segundo PICANÇO (2009), a planta típica do casario de Natividade desenvolvia-se em forma de “L”, tendo à frente o hall e a sala, um corredor que dava acesso aos quartos ou alcovas e uma varanda lateral que abrigava a cozinha voltada para o quintal.

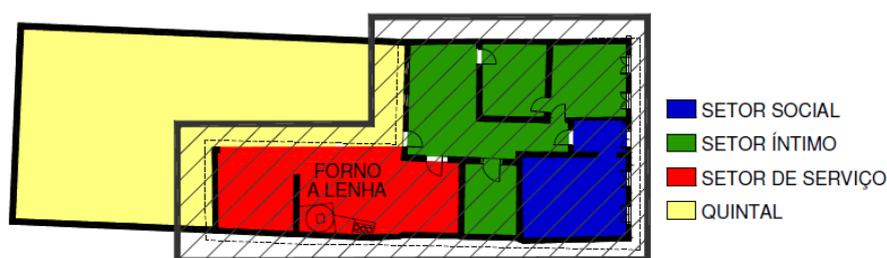


Figura 54 – Planta típica do casario nativitano

Fonte: PICANÇO, 2009

⁷⁶ Sistema que altera a inclinação das últimas fiadas de telha de forma a lançar a água das chuvas o mais distante possível da edificação.

A tipologia mais comum nas casas em Natividade, assemelham-se às casas dos colonizadores portugueses que, segundo Weimer, possuíam

uma sala na frente ligada à cozinha-comedor que se encontrava no fundo, por meio de um corredor que passava ao longo de uma, duas ou mais alcovas compreendidas entre as duas peças extremas [...] uma variante desse modelo era construída quando a cozinha era desmembrada do comedor com a construção de um prolongamento da casa mais estreito que a largura do terreno. (2012, p.195)

Tabela 1 – Casa colonial nativitana antes da intervenção (sup.) e após o Monumenta (inf.)



Fonte: IPHAN

Com o desenvolvimento da atividade pecuária após a diminuição da exploração aurífera, a melhoria econômica trouxe consigo alterações que afetaram as edificações. Segundo Oliveira (2008), o final do século XVIII em Goiás é marcado por um aumento do número de registros de batismo, o que configura um crescimento populacional.

A população residente no caminho de Goiás começou a crescer paulatinamente com a chegada dos primeiros mineiros atraídos pelo desenvolvimento do oeste paulista, a partir da introdução da agromanufatura da cana de açúcar [...]. O desenvolvimento da pecuária em larga escala tornou-se a principal atividade econômica da região com a produção de carne bovina e queijos. (2008, p. 161)

Nesse período, em geral, as plantas das residências não sofreram mudanças consideráveis, mas as fachadas começaram a receber atenção especial. As principais edificações que compreendem o período de meados do século XIX e início do século XX, foram influenciadas pelo ecletismo, que transformou a paisagem das cidades, conforme apresentado no capítulo 2. Nesse momento podemos perceber a inserção de frisos e adornos decorativos nas fachadas, além de novas configurações de vergas e esquadrias, que passaram a receber treliças e venezianas. Algumas fachadas também têm reformulação dos telhados,

incluindo platibandas e calhas. Nesse período também há a inserção do piso em ladrilho de barro ou mazanela e ladrilho hidráulico.

Tabela 2 - Casa período da pecuária - antes da intervenção (sup.) e após o Monumenta (inf.)

 <p>Praça Leopoldo de Bulhões, nº 22</p> <p>Uso original: Residencial</p> <p>Proprietário: Carmem Nunes</p> <p>Data de Construção: 1903</p>	 
--	---

Fonte: IPHAN

Tabela 3 – Casa período da pecuária - antes da intervenção (sup.) e após o Monumenta (inf.)

 <p>Rua Coronel Deocleciano Nunes (Rua Direita), nº 136</p> <p>Uso original: Residencial</p> <p>Proprietário: Rosinda N. de Araújo</p> <p>Data de Construção: 1924 (substituiu outra edificação)</p>	 
---	---

Fonte: IPHAN

A última tipologia de fachada compreende um novo período de desenvolvimento econômico atrelado à atividade agropecuária na região, que aconteceu por volta da década de 1970. Segundo Bandeira (2011), tanto em Goiás, como em todo o centro-oeste do Brasil, o desenvolvimento econômico entre 1970 e 1990 ocorreu devido a criação de programas especiais pelo governo, que beneficiavam a atividade agropecuária.

O crédito rural subsidiado foi, indubitavelmente, o mais importante instrumento da modernização agrícola, sendo que os recursos do governo federal destinados ao

custeio, comercialização e investimento na agropecuária foram volumosos, principalmente entre 1975 e 1983. O crédito financiava desde o desmatamento, fertilização e conservação dos solos, construção de estradas, açudes, benfeitorias diversas, eletrificação, drenagem, irrigação, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, regularização fundiária até projetos de investimentos agropecuários. (BANDEIRA, 2011, p. 2)

De acordo com Estevam “em termos de valor, o crédito rural em Goiás/Tocantins realizou em torno de 7,0% entre 1970 e 1995 do total concedido às unidades da federação. Os recursos utilizados para custeio e comercialização da pecuária foram expressivos no estado imprimindo dinamismo ao setor.” (1997, p. 137).

Nesse período, muitas das casas existentes no perímetro tombado passaram por reformas, havendo alterações significativas, tanto em sua planta, como nas fachadas, tais mudanças são relatadas no inventário contido no dossiê de tombamento do IPHAN, onde as casas modificadas possuem uma observação com a data das reformas. Com relação às plantas, a configuração da cozinha tornou-se diferente pois, ao invés de serem abertas e na varanda, passam a ser fechadas, além disso, muitas casas também adaptaram suas edificações para a inserção de banheiros, que antes localizavam-se nos quintais.

Com relação às fachadas, permanece a inserção de frisos e adornos, ainda mais detalhados e rebuscados, além da remodelação da platibanda, que apresenta configurações variadas. Nesse período, segundo acervo fotográfico e documental do IPHAN, há uma considerável substituição das esquadrias de madeira por esquadrias de metal com vidro, as quais foram substituídas novamente pelas esquadrias de madeira nas obras realizadas pelo Programa Monumenta.

Tabela 4 – Casa período da agricultura - antes da intervenção (sup.) e após o Monumenta (inf.)



Fonte: IPHAN

3.3 Persistência Nativitana

Os estudos desenvolvidos, inicialmente por Pierre Lavedan, acerca da persistência do plano revelam que a superposição de níveis ou períodos históricos em um plano não apagam determinadas marcas ou traços do período anterior. A análise dos elementos persistentes também foi usada para embasar estudos acerca das tipologias das edificações pela escola italiana de morfologia urbana e para o estudo morfológico defendido pela escola inglesa. Acerca do tema, afirma Coelho que

a observação da cidade em diferentes momentos no tempo permite uma leitura cronológica em que podem ser identificadas tanto a impressão de novos traços, como origem em processos de formação e transformação da cidade em cada momento ou intervalo temporal, como a permanência de traços antecedentes, que correspondem a uma herança morfológica que atesta a resistência do objeto urbano à transformação. (2014, p. 33)

Mesmo que no estudo da cidade não se consiga definir de forma exata o momento em que cada elemento foi inserido, as análises da malha urbana e das fachadas de algumas edificações de Natividade revelaram elementos persistentes e que se fazem presentes nos quatro momentos que foram utilizados como base, os quais são:

- Com relação ao traçado das ruas que compreendem o perímetro tombado, pôde-se constatar a persistência da forma nas seguintes ruas: Rua da Contage, Rua dos Caxoros, Rua dos Fuzis, Rua da Matriz, Rua dos Cruzeiros, Rua Direita, Rua de São Benedito e Rua Nova, conforme indicadas na figura 38.
- Devido à permanência da forma das ruas supracitadas, as quadras que foram conformadas por elas (figura 55) também permaneceram inalteradas nos quatro momentos de análise.

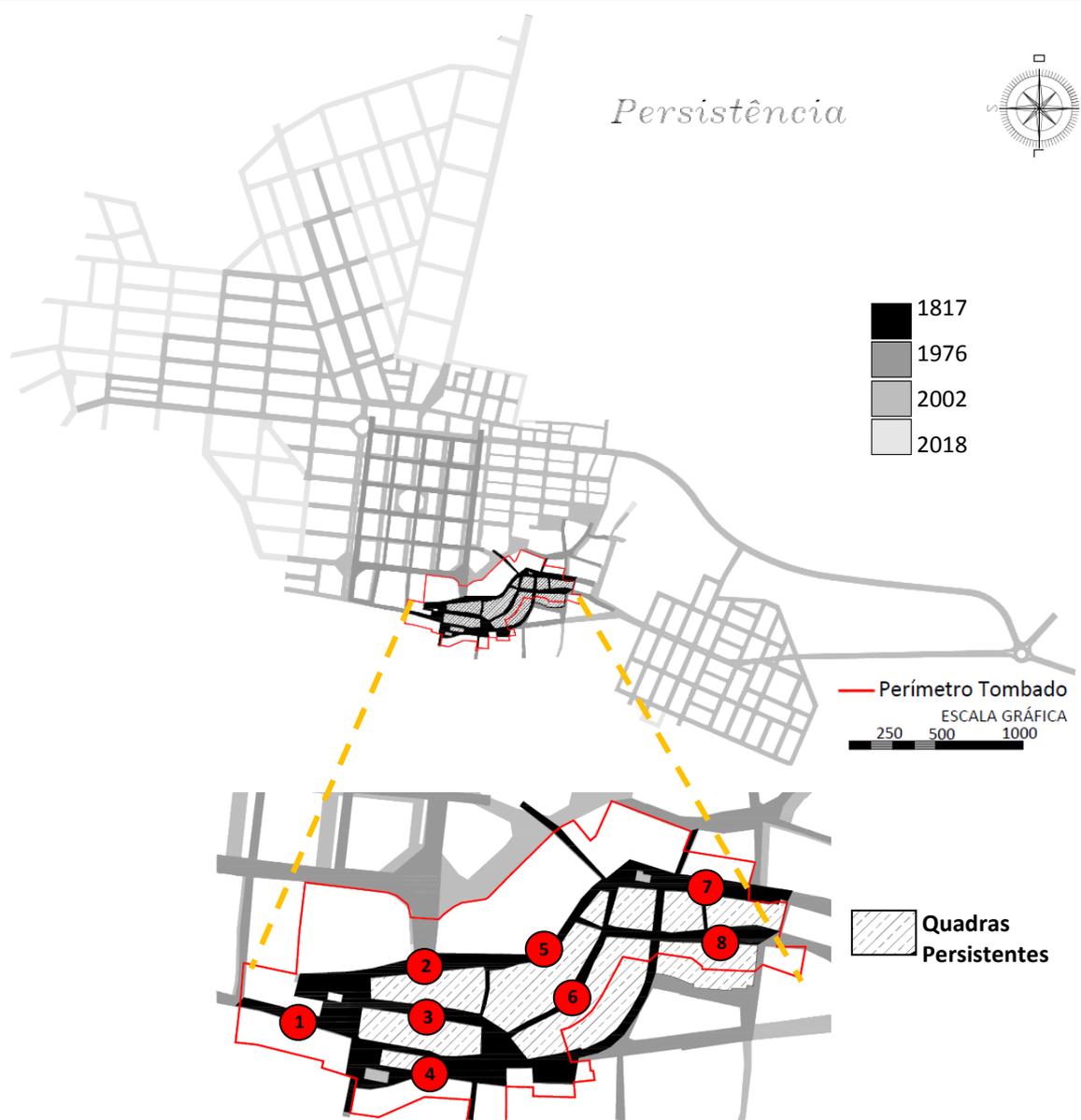


Figura 55 – Ruas e quadras persistentes

Fonte: IPHAN adaptado pela autora

Nomenclatura em 1817		Nomenclatura atual
1	Rua da Contage	Av. Rafael Xavier
2	Rua dos Caxoros	Largo do Rosário
3	Rua dos Fuzis	Rua Major Júlio Nunes
4	Rua da Matriz	Rua da União
5	Rua dos Cruzeiros	Avenida dos Cruzeiros
6	Rua Direita	Rua Coronel Deocleciano Nunes
7	Rua de São Benedito	Rua Major Flávio Araújo
8	Rua Nova	Rua 7 de Setembro

- Com relação ao parcelamento, os lotes assinalados na figura 56 mantiveram a mesma forma nos quatro períodos de análise, enquanto que as demais parcelas presentes no perímetro de tombamento, em sua maioria foram subdivididos.
- Quanto às edificações públicas e religiosas que se mantiveram persistentes, o cemitério presente fora do limite tombado permanece no mesmo local indicado, mas encontra-se desativado.

Persistência

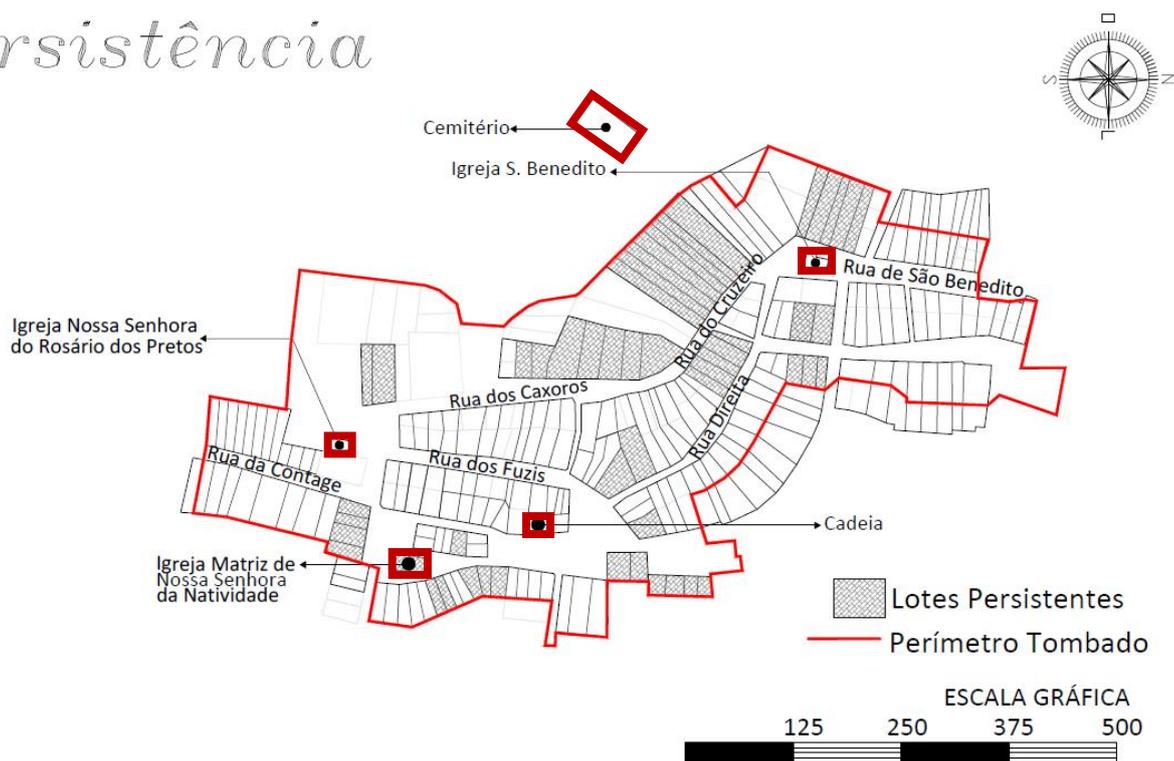


Figura 56 – Lotes persistentes

Fonte: adaptado pela autora (com base no mapa do IPHAN contido no dossiê de tombamento e no mapa hipotético elaborado por Nádia Moura)

- A Igreja de São Benedito (figura 57) permaneceu persistente ao longo do tempo, apesar de passados períodos de abandono, a edificação foi restaurada em 1982 e 1999.



Figura 57 – Igreja de São Benedito 1951/1978/1983/2017

Fonte: IPHAN / autora

- Mesmo não havendo registros acerca da conclusão da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (figura 58), as ruínas da mesma permaneceram persistentes, apesar de

também ter sofrido a ação do tempo e o abandono, passou por obras de manutenção para que não houvesse mais deterioração.



Figura 58 – Ruínas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos 1951/1981/2017

Fonte: IPHAN / autora

- A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade (figura 59) também foi um elemento persistente, apesar da inserção de uma torre lateral em 1929 e algumas alterações na fachada, segundo o IPHAN.



Figura 59 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade 1984/1951/2017

Fonte: IPHAN / autora

- O edifício da cadeia pública (figura 60), localizado na praça Leopoldo de Bulhões representa mais um elemento persistente nos momentos analisados. Atualmente a edificação é um local para visitação, anexo ao museu da cidade.



Figura 60 – Cadeia Pública 1983/2017

Fonte: IPHAN / autora

- A análise da persistência com relação às edificações civis não se tornou possível de ser realizada devido à ausência de material suficiente acerca das construções, mas pôde-se apontar a permanência de algumas características, que inclusive foram retomadas durante as obras do Projeto Monumenta, como o alinhamento das edificações na face dos lotes no perímetro tombado, a disposição e a manutenção das edificações sem recuos laterais e o retorno às esquadrias em madeira, em substituição às esquadrias metálicas com vidro.

3.4 Construção Retrospectiva

Com base nas análises supracitadas, o estudo da persistência do plano aponta-se como ferramenta metodológica que auxilia a construção retrospectiva de sítios históricos carentes de documentação. Utilizando-se desse aparato, buscou-se elaborar um mapa hipotético da forma mais antiga do assentamento nativitano.

Partindo-se do princípio da formação das cidades de origem portuguesa, já abordado no capítulo 2, em que a união entre polos geradores forma os caminhos – os quais tornam-se as ruas - a Rua Direita indica o percurso inicial formado em um assentamento. No caso de Natividade, os polos geradores desse percurso são formados pela Igreja Matriz e a Igreja de São Benedito, fator confirmado pela nomenclatura da rua Coronel Deocleciano Nunes, antigamente chamada de Direita. Sendo este dado uma fonte segura, registrado tanto na documentação do IPHAN, como na tese de Nádia Moura, no mapa da hipotético manteve-se a localização das igrejas e o percurso de ligação formado pela rua Direita.

Na cidade brasileira tradicional, as ruas Direita ganhavam destaque na trama urbana ao perfilarem o casario na direção dos pontos de interesse, marcando a personalidade da povoação e indicando o caminho para os largos, os edifícios singulares, particularmente os religiosos, os campos e as povoações vizinhas. (MARX, 1980, p. 43)

Segundo os registros encontrados no dossiê de tombamento e no acervo bibliográfico, tanto a Igreja Matriz de Natividade, como as Igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito, são datadas do século XVIII, apesar de não se encontrar as datas de construção, aponta-se que a Matriz é a mais antiga das três. Devido a isso, também permaneceram no mapa hipotético do núcleo original.

Por possuir um conjunto de edificações bastante homogêneo em seu centro histórico e não haver documentação suficiente para o presente estudo, não foi possível realizar a averiguação da evolução tipológica das mesmas, como ferramenta metodológica de construção retrospectiva do núcleo urbano. Devido a isso, foram utilizadas apenas as ferramentas de análise histórico-geográficas que apontam para os aspectos urbanos, sugerindo elementos permanentes característicos das formações mais antigas do povoamento.

Utilizando como base o mapa hipotético de 1817, já apresentado anteriormente, foram feitas modificações estimadas, traçando o suposto arruamento e configuração mais antiga de Natividade. Segundo o diário de viagem de George Gardner, em sua viagem realizada entre os anos de 1812 e 1849, ao sair da cidade de Almas com destino à Natividade,

o botânico percorreu o território nas proximidades do rio Manuel Alves e, chegando à vila, descreve a paisagem retratando que a Serra se localizava à leste.

Bem cedo, na manhã seguinte, 25 de outubro, partimos de Sociedade e chegamos a Vila de Natividade após duas léguas de jornada. A região entre estes dois lugares é plana e de poucas matas; mas do lado oriental da estrada, perto da vila há uma extensa serra, de cerca de dois mil pés de altura, que se prolonga de norte a sul. A estrada passa perto da base desta serra por meia légua e causou-me admiração ver o solo, que é de areia grossa, cavado em fundas trincheiras, apresentando, aqui e além, ruínas do que parecia terem sido casas outrora. (GARDNER, 1975, p. 155)

Diante destas informações, supõe-se que a chegada à Natividade, pelo sul e leste, acontecia através da rua da Contage, atual rua Rafael Xavier, fator devido até mesmo pelas condicionantes naturais que circundavam a cidade. Através desta hipótese, manteve-se a rua da Contage como pertencente à um momento mais antigo na formação da vila.

Dadas as condições e a disposição do arruamento em 1817 e traçando, juntamente ao acesso sul, a saída norte da vila que ia sentido à Porto Real⁷⁷ (atual Porto Nacional), pode-se supor que a rua de São Benedito fazia parte do acesso principal da vila. Dessa forma, fica estabelecido o caminho principal que formou e delineou o traçado inicial de Natividade, conforme indicado na figura seguinte.

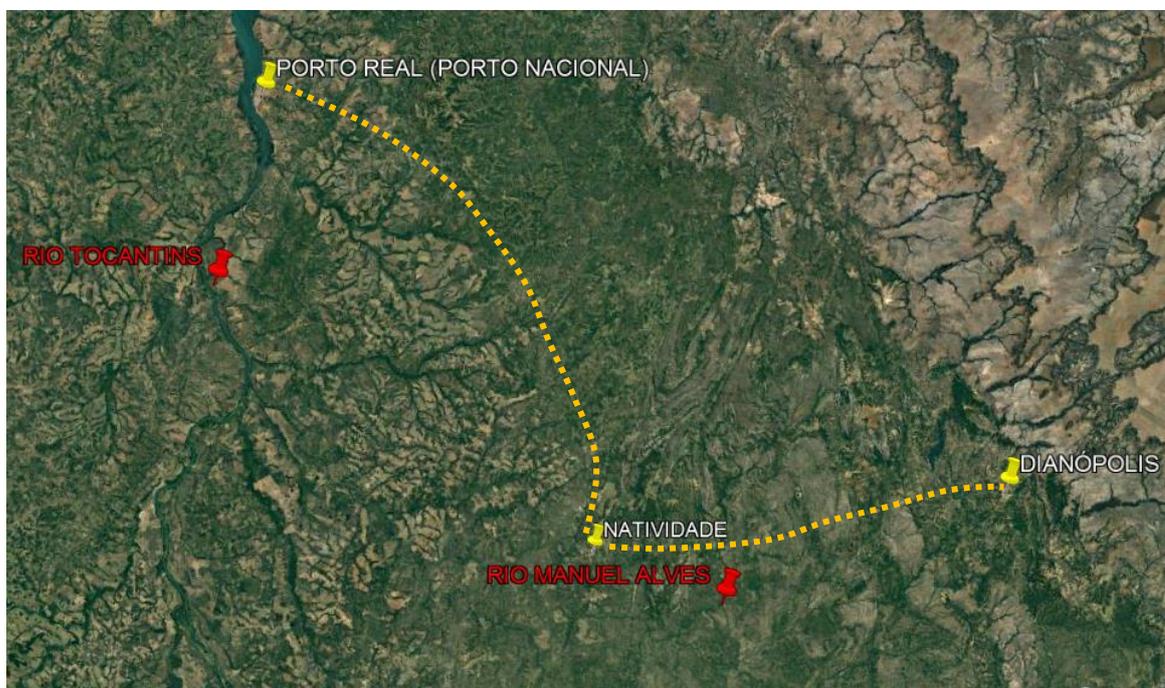


Figura 61 – Caminhos do Século XVIII

Fonte: Google Earth adaptado pela autora (com base no trabalho de TEIXEIRA NETO, 2009 - figura 62).

Esta rede de caminhos pode ser encontrada em diversos trabalhos relacionados ao tema da cartografia histórica e os desdobramentos acerca da urbanização e ocupação do interior do Brasil. Segundo Teixeira Neto, a “rede de caminhos tinha por finalidade interligar

⁷⁷ Arraial goiano datado de 1738.

os antigos arraiais do ouro, que tinham como principais pontos de convergências as atuais cidade de Pirenópolis (em Goiás), Natividade (no Tocantins) e, obviamente, a antiga Villa Boa, [e] a atual Cidade de Goiás”(2009, p.8).

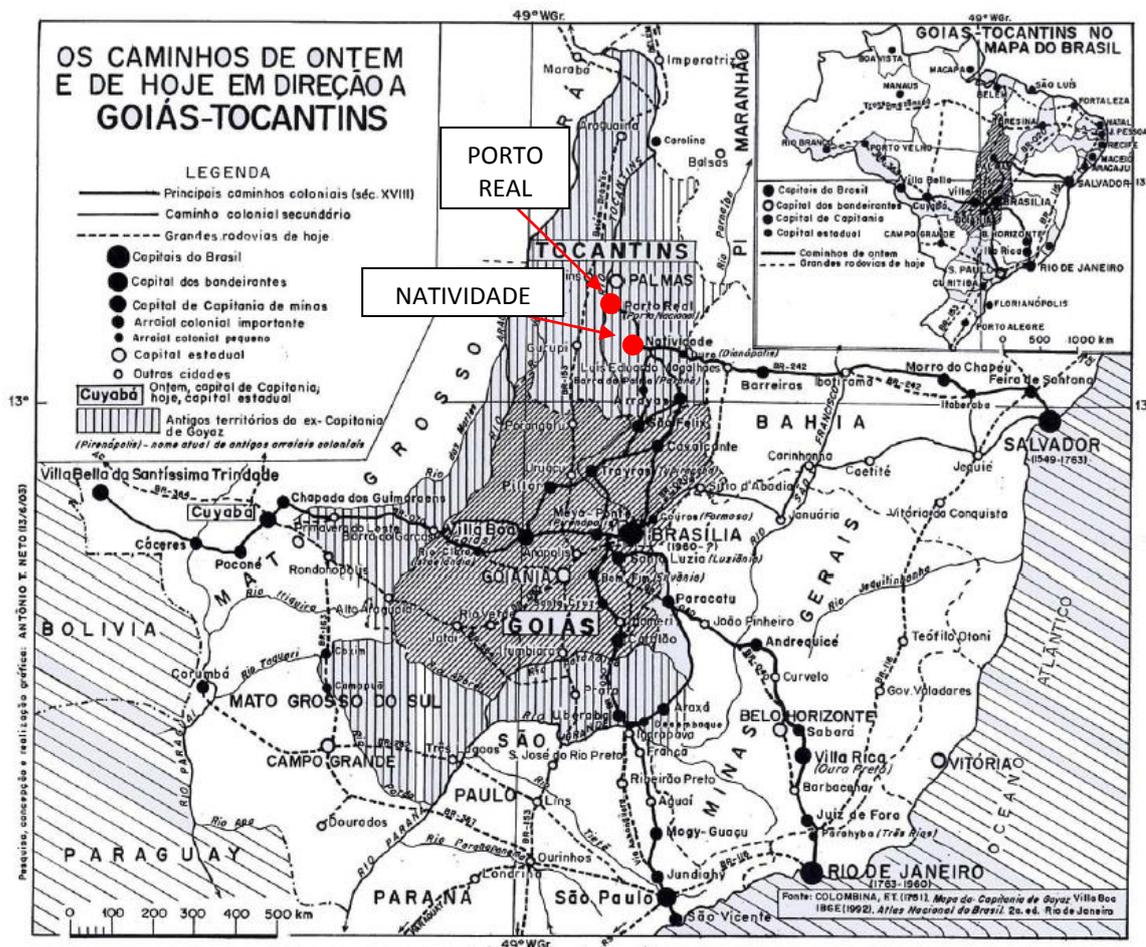


Figura 62 – Caminhos coloniais do século XVIII
 Fonte: TEIXEIRA NETO, 2009, p. 7 - adaptado pela autora.

Através de uma análise do processo tipo-morfológico na paisagem urbana de Ouro Preto, Pereira Costa e Gimmler Netto (2015), traçam a trajetória do crescimento da cidade, constatando que o seu desenvolvimento acontece no entorno de um caminho tronco, formado pela rota que vinha do Rio de Janeiro, a chamada Estrada Real. Utilizando-se do mesmo princípio, através da rede de caminhos e dos polos geradores (Igreja Matriz e Igreja de São Benedito) como principais elementos motivadores para o crescimento da vila de Natividade, propõe-se o mapa hipotético da reconstituição do seu arruamento inicial, formado pela Rua Direita, Rua de São Benedito, Rua da Contage e Entorno da igreja Matriz.

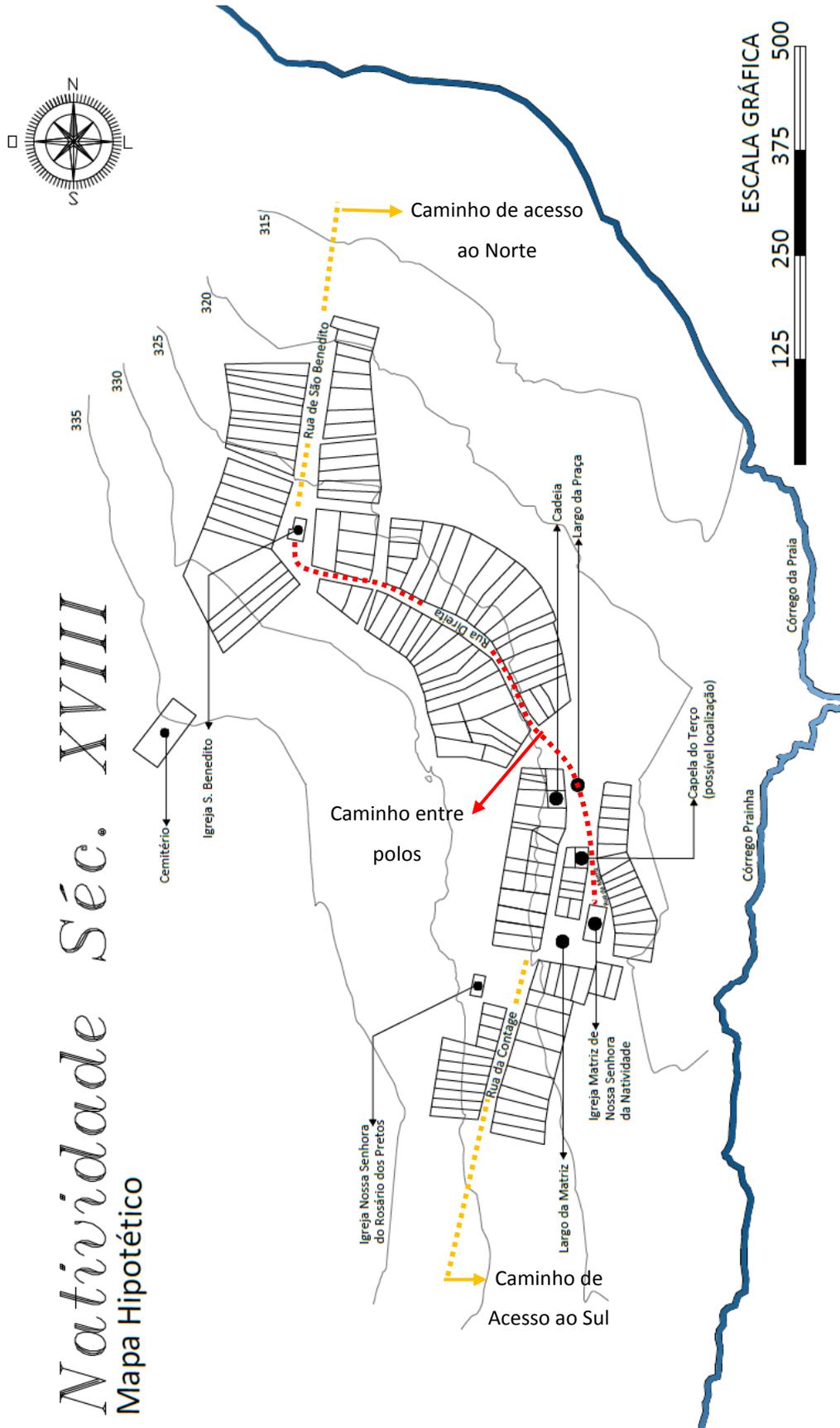


Figura 63 – Natividade Século XVIII
Fonte: IPHAN adaptado pela autora.

A proposta para o arruamento inicial, composto conforme mapa acima, contempla as ruas formadas pelos principais caminhos encontrados nos registros bibliográficos, além da junção entre os polos geradores de caminhos, a partir destes principais elementos, supõe-se que o restante da cidade se desenvolveu, formando novos quarteirões e bairros, que tiveram seu modelo de expansão modificado com a chegada das rodovias e o surgimento de novas cidades no entorno, as quais se tornaram novos polos e trouxeram uma nova rede de caminhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da forma urbana aliado aos estudos acerca da persistência do plano, identificam-se atualmente como uma área de atuação interdisciplinar, capaz de analisar a estrutura física dos sítios interligando-a à processos históricos. Ao longo das décadas de desenvolvimento desta temática, geógrafos, como os fundadores das escolas inglesa e italiana de morfologia urbana, juntamente com arqueólogos, historiadores e urbanistas aprofundam-se e estudam os elementos da malha urbana e do edificado de forma a entender o espaço e delinear os fatores que incidiram de forma direta na formação das cidades.

Em particular, o estudo realizado acerca da cidade de Natividade revela um vasto campo de pesquisa de cidades históricas, primeiramente pelo conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico encontrado, ainda carente e passível de documentação, apesar da existência do dossiê de tombamento e registros bibliográficos, ainda não há informações acerca de outros períodos e eventos que pudessem inferir sobre o plano e edificações.

Sobre os relatos de fatos não esclarecidos ao longo do trabalho, um problema a ser desvendado em trabalhos posteriores é a existência do possível arraial situado na Serra de Natividade, do qual ainda não se encontram trabalhos específicos que o esmiúcem. Além dessa carência documental, ainda há a possibilidade da existência de outros registros que tragam mais informações sobre a cidade, os quais podem estar não somente com as famílias tradicionais que lá viveram, como em acervos museológicos de outras regiões do país, como a capitania de Goiás esteve subordinada à São Paulo no momento da fundação de Natividade, acredita-se que outros dados podem ser encontrados.

Com relação aos resultados apresentados e baseados nos dados disponibilizados, sublinha-se que o crescimento e desenvolvimento da cidade ocorreu, inicialmente, de forma natural e orgânica, apresentando um real planejamento apenas no segundo momento de análise, este planejamento manteve o arruamento inicial, bem como seu casario, sem que houvessem significativas alterações. Mesmo encontrando vestígios de mudanças ocorridas em determinadas edificações ao longo do tempo, percebe-se um interesse, por parte do IPHAN, em promover uma remodelação das edificações e fachadas, de forma a retorná-las às características do período colonial e também da economia baseada na atividade pecuária, esta preocupação em manter a linguagem das edificações em todo o perímetro tombado faz com que haja um maior incentivo na preservação e manutenção do patrimônio.

Acerca do crescimento urbano e sua relação com o núcleo tombado, os primeiros arruamentos que surgiram no entorno do primeiro momento estudado revelaram uma continuidade seguida de uma ruptura, passando-se à adoção de um modelo ortogonal de assentamento, modelo este que não substituiu o arruamento inicial, mas ordenou as zonas de expansão futura, característica e planejamento importantes para que a manutenção do perímetro tombado permanecesse, de certa forma, inalterado. Com relação às novas edificações, as que surgem no perímetro tombado ou passam por reformas e restaurações, mantêm a linguagem determinada pelo IPHAN, a qual é característica dessa área.

Com relação às persistências nativitanas, pode-se reafirmar a tendência natural pela permanência dos elementos ruas e quarteirões, característica atribuída ao fato da cidade não ter passado por grandes transformações ocasionadas por catástrofes ou guerras que viessem a desconfigurar as vias e edificações. Por estes elementos terem permanecido quase que inalterados, a implantação das edificações nos lotes adjacentes às ruas do perímetro tombado também permaneceu a mesma, apesar das constantes reformas e demolições ocorridas ao longo dos anos, junto a elas, anexos foram feitos em algumas edificações, mas não mudou o fato delas estarem junto à face do lote.

Ainda relacionado às persistências, o caráter religioso atribuído à população Nativitana preserva quase que a totalidade do seu conjunto de edificações religiosas, sendo uma exceção apenas a não identificação da capela do terço relatada tanto nos diários de viagem, como na espacialização das décimas urbanas feita por Nádia Moura, mas que teve apenas sua localização estimada no mapa de ocupação inicial devido à falta de informações.

Acerca da construção retrospectiva realizada, conclui-se que o uso da persistência da forma urbana constitui-se como importante ferramenta metodológica para estudos históricos

que pretendem reconstituir núcleos carentes de documentação. Através da análise das persistências pôde-se investigar as reais causas e fatores que motivaram o crescimento da vila e a conformaram, de forma a conceber uma hipótese de crescimento fundamentada no desenvolvimento de caminhos e polos geradores de fluxos.

Conclui-se, portanto que, o presente estudo, em um anseio pelo fomento à pesquisa do patrimônio histórico e origens tocantinenses, buscou elencar as características do contexto urbano e das edificações que permearam a cidade de Natividade, além do desenvolvimento da mesma em quatro momentos, definidos com base na disponibilidade dos relatos e documentos, por vezes insuficientes para a completa fundamentação e confirmação de determinadas informações. A compilação de dados de fontes primárias, tendo como ponto de vista o âmbito da arquitetura e do urbanismo, trouxe uma releitura acerca dos dados disponibilizados, revelando novas possibilidades de análise em bibliografias já estudadas em outros campos.

A junção da pesquisa historiográfica à pesquisa morfológica com o intuito de estabelecer uma cronologia e um estudo acerca dos elementos persistentes apresentadas neste trabalho, apontam a oportunidade de se estender a pesquisa histórico-morfológica à outros estudos de caso, como as cidades de Porto Nacional e Arraias, exemplares do patrimônio tocantinense, pois se trata de um legítimo processo de reconstituição em casos onde as fontes documentais escritas e imagéticas são insuficientes.

Apesar da debilidade da pesquisa em alguns pontos, afirma-se ao fim deste trabalho que o estudo da morfologia urbana constitui uma valiosa ferramenta para o estudo de sítios históricos, mas sua completude torna-se possível somente se houver o cruzamento de fontes e disciplinas diversas, além da averiguação de fatores que incidem sobre o plano e os que são gerados nele e que também provocam nele modificações.

Por fim, anseia-se que este seja um estudo precursor e incentivador para que novas pesquisas sejam feitas, visando o aprofundamento, a identificação de outros períodos históricos e o desvendar de novos fatos sobre Natividade e de outras cidades patrimônio do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMAGRO-GORBEA, M. Urbanismo da la Hispania “Céltica”. Castros y oppida del centro y occidente de la Península Ibérica. *Castros y Oppida en Extremadura. Complutum extra*, v. 4, p. 13-78, 1994. E-mail.

ALMEIDA, Júlia. *Contributo para o conhecimento das elites olisiponenses*. 2011. Tese de Doutorado. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9540/1/ulfl144068_tm.pdf. Acesso em 04 fev. 2019.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Escravidão negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias, 1739-1800*. Goiânia: Editora Kelps, 2007.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII*. Goiânia: Editora Kelps, 2006.

ARAGÃO, Solange de. O estudo dos tipos–interfaces entre tipologia e morfologia. Florianópolis, SC: *Revista Geosul*, v. 21, n. 42, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/1251>. Acesso em: 08 ago. 2017.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP, São Paulo*, junho/agosto 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32880/35451/>. Acesso em: 26 de nov. 2018.

BANDEIRA, Antônio José Porto. O ESTADO E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM GOIÁS: 1970-1990. Disponível em: <http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/6mostra/artigos/SOCIAIS%20APLICADAS/ANTONIO%20JOS%C3%89%20PORTO%20BANDEIRA.pdf>. Acesso em: 18 out 2018.

BARBO, Lenora de Castro. *Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889*. 2015. xv, 348 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/19927>. Acesso em 12 abr. 2017.

BASARRATE, Nogales. Ciudad y foro en Lusitania Romana / Cidade e foro na Lusitânia Romana Mérida, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/33256707-Ciudad-y-foro-en-lusitania-romana-cidade-e-foro-na-lusitania-romana-t-nogales-basarrate-ed.html>. Acesso em 04 jan. 2019.

BEIRANTE, Maria Ângela. *Évora na Idade Média*. 1988. Tese de Doutorado (Doutoramento em História) - F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/16284/1/Tese%20de%20Doutoramento%20Angela%20Sa%20lgueiro.pdf>. Acesso em: 24 de out. 2018.

BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador, 1995.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-13052010-090028/en.php>. Acesso em 04 abr. 2017.

BORGES, Cejana Marques; SANTOS, Moacir José; VIEIRA, Edson Trajano. Tocantins: o crescimento e o desenvolvimento econômico regional com a criação do novo estado. *Gestão & Regionalidade*, v. 29, n. 85, 2013.

BOTECHIA, Flavia R. *Persistências da forma urbana: um estudo morfológico sobre o Eixo Maruípe*. In: IX Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Bogotá, Junio 2017. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2017.

BOTECHIA, Flavia Ribeiro. *Persistências da forma urbana. Um estudo morfológico sobre o Eixo Maruípe*. 2018. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.213/6895>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

BOTECHIA, Flávia. *Uma avenida imperfeita. Um estudo morfológico sobre o Eixo Maruípe*. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.213/6895>. Acesso em 09 out. 2017.

BRASIL, Ministério da Cultura – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Dossiê de tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da cidade de Natividade – GOIÁS. Goiânia, 1984.

CANIGGIA, G. *Ragionamenti di tipologia. Operatività della tipologia processuale in architettura*, Firenze, 1997.

CATALDI, Giancarlo. From Muratori to Caniggia: The Origins and Development of the. *Urban morphology*, v. 7, n. 1, p. 19-34, 2003. Cataldi, G., Maffei, G. L., & Vaccaro, P. (2014). Saverio Muratori e a escola Italiana de tipologia projetual. *Revista de Morfologia Urbana*, 2(1), 25. Disponível em: http://www.urbanform.org/online_unlimited/pdf2003/200371_19-34.pdf. Acesso em 18 jun. 2017.

CHAUL, Nasr N. Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Editora UFG, 2001.

COELHO, C. D. O Tempo e a Forma. *Cadernos Morfologia Urbana. Estudos da Cidade Portuguesa*, v. 2, 2014. E-mail.

CONZEN, Michael RG. *Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998*. Peter Lang, 2004.

CORREIA, Mariana; MERTEN, Jacob. A taipa alentejana: sistemas tradicionais de protecção. PROTERRA/CYTED, *Centro de investigación de Arquitectura Tradicional (CIAT), II SIACOT*,

Seminário Ibero-americano de Construção e Arquitetura com Terra. Madrid, Spain, 2003. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/41347614/A_taipa_alentejana_sistemas_tradicionais20160120-32136-pmb23.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1550388094&Signature=6O7a7LOkrEnmHa%2B%2FoWseb%2BikMOA%3D&response-ontentdisposition=inline%3B%20filename%3DA_taipa_alentejana_sistemas_tradicionais.pdf. Acesso em: 14 já. 2019.

DARIN, Michaël. The study of urban form in France. *Urban Morphology*, v. 2, n. 2, p. 63-76, 1998. Disponível em: http://www.urbanform.org/online_unlimited/um199802_63-76.pdf. Acesso em: 13 ago. 2018.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva-Cord, 1997.

DERNTL, Maria Fernanda. No coração da América portuguesa: aldeamentos indígenas e formação de territórios na capitania de Goiás. In: XIII Seminário da História da Cidade e do Urbanismo: Tempos e Escalas da cidade e do urbanismo, 2014, Brasília. Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, FAU-UnB, 2014. E-mail.

DISTRITO FEDERAL, Arquivo Público et al. *Goyaz-Guia de Cartografia Histórica*. 2018. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Goyaz-Guia-de-Cartografia-Hist%C3%B3rica.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

DUBUGRAS, Elvin Mackay. *Pilar de Goiás: notas sobre a arquitetura do século XVIII*. 1965. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto Central de Artes, Brasília, 1965. e-mail.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do. *Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão: um estudo de caso a partir da Teoria Muratoriana*. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3475>. Acesso em 05 set. 2017.

ESTEVAM, Luis Antonio. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás*. 1997. 180f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285435>. Acesso em: 22 jul. 2018.

FABIÃO, C. *Felicitas iulia olisipo, cidade de um império global*. 2011. E-mail.

FELIPPE, Gil Martins; MACEDO, Maria do Carmo Duarte. *Amaro Macedo – O Solitário do Cerrado*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

FERNANDES, Mário G. O estudo da morfologia urbana em Portugal. *XII Colóquio Ibérico de Geografia*, 2010. Disponível em: <http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/288.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

FERNANDES, Mário Gonçalves. *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança: 1852/1926*. 2002. Tese

de Doutorado. FLUP. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18027>. Acesso em: 18 jun. 2018.

FERNANDES, Wátila Mislá. *Natividade - História, esplendor e resistência (1734-1840)*. Palmas: Nagô, 2015.

FILIPE, Vanessa Galiza. *Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yãbura- estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas do Museu Municipal de Évora*. 2012. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/8109>. Acesso em 04 fev. 2019.

FREITAS, João Carlos Mattos. Território e territorialidade no Império Romano: a utilização do padrão urbanístico das cidades construídas enquanto tática de romanização. *Revista Tamoios*, v. 5, n. 2, p. 61-74, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/10040>. Acesso em: 15 jan. 2019.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira; BRAY, Silvio Carlos. *Considerações sobre o espaço urbano no Brasil*. Organizadora: Lucia Helena de Oliveira Gerardi, p. 185, 2003. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2003/livro_completo.pdf#page=213. Acesso em: 03 jan. 2019.

GRUDET, Isabelle. L'historien Pierre Lavedan et les transformations de l'urbanisme en France (1919-1955). *Espaces et sociétés*, n. 3, p. 41-55, 2007. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-espaces-et-societes-2007-3-page-41.htm?contenu=resume>. Acesso em: 15 nov. 2018.

HOLANDA, Frederico de et al. Diferentes abordagens em morfologia urbana. Contributos luso-brasileiros. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vitor_Oliveira11/publication/322832320_Diferentes_abordagens_em_morfologia_urbana_Contributos_luso-brasileiros/links/5a71df15a6fdcc33daabdfce/Diferentes-abordagens-em-morfologia-urbana-Contributos-luso-brasileiros.pdf. Acesso em: 13 ago. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do paraíso. *Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, v. 2, 1992.

IBGE – Biblioteca. *Natividade/TO*. 1958. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/tocantins/natividade.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê de tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico de Natividade – Goiás*. 1984. Documento disponibilizado pelo órgão na Superintendência do IPHAN Tocantins.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Jóias Artesanais de Natividade*. Brasília: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian. 2ª edição. 2000.

LEMES, Fernando Lobo. Poder local e rede urbana nas minas de Goiás. *História (São Paulo)*, v. 28, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/2210/221014799013/>. Acesso em 26 ago. 2017.

LEMES, Fernando Lobo. Projeto político de Lisboa: a criação de Vila Boa e o senado da câmara de Goiás (1739-1744). *Politeia: História e Sociedade*, [S. l.], 2013. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/1234>. Acesso em: 22 set. 2017.

LLORET, S. G et al. De la civitas a la madina: destrucción y formación de la ciudad en el sureste de Al-Andalus. *El debate arqueológico*. 1993. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/18902/1/De%20la%20civitas%20a%20la%20medi%20na.pdf>. Acesso em 12 jan. 2019.

MALULY, Vinicius Sodré. *A rede urbana colonial de Goyaz: feições e relações*. 2014. vii, 81 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/9853>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MARAT-MENDES, Teresa. Adaptabilidade, continuidade, flexibilidade e resiliência: algumas considerações sobre as propriedades das formas urbanas. *Revista de Morfologia Urbana*, n. 2, p. 132-134, 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Vitor_Oliveira11/publication/287217328_Revista_de_Morfologia_Urbana_32/links/5674613208ae125516e09fbc/Revista-de-Morfologia-Urbana-32.pdf#page=47. Acesso em 12 abr. 2018.

MARAT-MENDES, Teresa; CABRITA, Maria Amélia. Morfologia Urbana em Portugal: percurso e visibilidade. In: *Second Conference of the Portuguese Network on Urban Morphology*. 2012. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30871817/TMM_MAC_PNUM_2012_Academia.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1550385755&Signature=f8UfbufVTn7E7ut00d5njk7qnE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMorfologia_Urbana_em_Portugal_percurs_o_e.pdf. Acesso em: 17 de set. 2017.

MARTINS, Pedro Vasco de Melo. *A persistência das formas urbanas. Leituras das pré-existências romanas na morfologia da cidade portuguesa*. 2013. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura de Lisboa.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. Edições Melhoramentos, 1980.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra quem?*. EDUSP, 1991.

MATOS, José Luís. *Lisboa islâmica*. Instituto Camões, 1999. Disponível em: http://alvarovelho.net/materiaishgp/PI-muculmanos/story_content/external_files/lisboa_islamica.pdf. Acesso em 04 fev. 2019.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Goiânia: Líder, 1979.

MONTEIRO, Cláudia. A forma física das cidades—uma análise do contributo luso-brasileiro para o debate internacional. *REVISTA DE MORFOLOGIA URBANA*, v. 3, n. 2, p. 134, 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Vitor_Oliveira11/publication/287217328_Revista_de_Morfologia_Urbana_32/links/5674613208ae125516e09fbc/Revista-de-Morfologia-Urbana-32.pdf#page=47. Acesso em 12 abr. 2018.

MOREIRA, José Beleza. *A cidade romana de Eburobrittium Óbidos*. 2000. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/20147>. Acesso em 04 fev. 2019.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban morphology*, v. 1, n. 1, p. 3-10, 1997. Disponível em: <http://urbanmorphology.org/pdf/moudon1997.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

MOURA, Marlene Castro Ossami. Aldeamento Carretão: “marco zero” da história do contato interétnico da comunidade Tapuia. In: *II Simpósio Internacional de História: cultura e identidade*, 2005, Goiânia. Cultura e identidade. Goiânia: UCG, 2005. p. 71-71. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2436/1932>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MOURA, Nádia M. de. Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726-1830). 2018. Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-23102018-170716/pt-br.php>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens—transformações e perspectivas*. 1998.

MUSEU DAS BANDEIRAS, Lançamento da décima e receita de Natividade, 1817.

NETO, Antônio Teixeira. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 21, n. 1, p. 51-68, 2001.

NETTO, Maria Manoela Gimmler; COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; LIMA, Thiago Barbosa. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. *Paisagem e Ambiente*, n. 33, p. 29-48, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90309>. Acesso em: 15 out. 2017.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso. A marcha das migrações: A ocupação e colonização da região sul de Goiás, 1800-1850. *História Revista*, v. 13, n. 1, p. 8, 2008.

OLIVEIRA, Nilton Marques. TRANSIÇÃO DO NORTE DE GOÍAS AO TERRITÓRIO DO ESTADO DO TOCANTINS. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 7, n. 12, p. 53-82, 2018.

OLIVEIRA, Vítor, et. al. The study of urban form in Portugal. *Urban Morphology*, v. 15, n. 1, p. 55, 2011. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36833043/oliveira-barbosa-pinho2011.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1550386356&Signature=G12KzLEHES9uvdO1ra0c36g8bv8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DThe_study_of_urban_form_in_Portugal.pdf. Acesso em 15 set. 2017.

OLIVEIRA, Vítor. *Urban morphology: an introduction to the study of the physical form of cities*. Springer, 2016. E-mail.

OLIVEIRA, Vítor; MARAT-MENDES, Teresa; PINHO, Paulo. *O estudo da forma urbana em Portugal*. U. Porto Editorial-Universidade do Porto, 2015. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8uvRCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=estudo+da+forma+urbana+em+Portugal+\(Vol.+43\).+U.+Porto+Editorial-Universidade+do+po rtoots=IHInVjVOGN&sig=jrO1lccT7n6OABE7GvC4sshB_gM#v=onepage&q=estudo%20da%20f orma%20urbana%20em%20Portugal%20\(Vol.%2043\).%20U.%20Porto%20Editorial- Universidade%20do%20Porto&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8uvRCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=estudo+da+forma+urbana+em+Portugal+(Vol.+43).+U.+Porto+Editorial-Universidade+do+po rtoots=IHInVjVOGN&sig=jrO1lccT7n6OABE7GvC4sshB_gM#v=onepage&q=estudo%20da%20f orma%20urbana%20em%20Portugal%20(Vol.%2043).%20U.%20Porto%20Editorial- Universidade%20do%20Porto&f=false). Acesso em: 15 out. 2017.

OLIVEIRA, Vítor; MONTEIRO, Cláudia. Diferentes abordagens no estudo da forma urbana. Porto: *FEUP Edições*, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vitor_Oliveira11/publication/301522998_Diferentes_abordagens_no_estudo_da_forma_urbana/links/571763c808ae09ceb26498cf/Diferentes-abordagens-no-estudo-da-forma-urbana.pdf. Acesso em: 06 mai. 2018.

OMEGNA, Nelson; LAU, Percy. *A cidade colonial*. Livraria J. Olympio, 1971.

PALACÍN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. *História de Goiás em documentos I*. Colônia. Goiânia: UFG, 2001.

PALACIN, Luiz. *O século do ouro em Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia: Ucg Editora, 1994.

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Editora UnB, 2006.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formas urbanas: a dissolução da quadra*. São Paulo: Bookman, 2013.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: UFG, 1999.

PEREIRA COSTA, S. D. A. P. O estudo da forma urbana no Brasil. Vitruvius Arquitectos. 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/220>. Acesso em: 08 out. 2017.

PEREIRA COSTA, Stäel de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

PEREIRA, R. B. Quatremère de Quincy e a ideia de tipo. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n. 13, p. 55-77. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/revista17.htm>. Acesso em 18 abr. 2018.

Pereira, R. B. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. 2012. Arquitectos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>. Acesso em: 09 nov. 2017.

PICANÇO, Valéria Maria P. A. *Preservação patrimonial X qualidade de vida: avaliação pós-ocupação no Programa Monumenta: Centro histórico de Natividade-Tocantins*. 2009. Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em

Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4116>. Acesso em: 8 mar. 2017.

PINON, Pierre. *La morphologie urbaine: vieille géographie ou nouvelle histoire?. Villes en parallèle*, v. 12, n. 1, p. 88-99, 1988. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/vilpa_0242-2794_1988_num_12_1_1560. Acesso em: 15 fev. 2018.

PINON, Pierre. *La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval: permanencia y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo Oriental*. 2001. Disponível em: <https://ruidera.uclm.es/xmlui/handle/10578/4987>. Acesso em 15 mai. 2018.

PINTO, Sandra MG. Persistências, ruturas, dinâmicas: paradigmas dos estudos históricos de forma urbana. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 3, p. 127-129, 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Vitor_Oliveira11/publication/287217328_Revista_de_Morfologia_Urbana_32/links/5674613208ae125516e09fbc/Revista-de-Morfologia-Urbana-32.pdf#page=47. Acesso em 12 abr. 2018.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1976.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. *Acta Scientiarum. Technology*, v. 33, n. 2, p. 123-127, 2011. Maia, D. S. (2001). A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições. *Terra Livre*, (16), 71-98. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/viewArticle/6196>. Acesso em: 14 ago. 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.). *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. Livraria Pioneira Editora, 1968.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, v. 84, 1919.

RIBEIRO, Maria do Carmo F. Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. 2008. Tese de Doutorado (Instituto de Ciências Sociais) - Universidade do Minho, Braga, 2008. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8113?mode=full>. Acesso em: 27 set. 2018.

RIBEIRO, Maria do Carmo Franco. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8113>. Acesso em 28 out. 2018.

RIBEIRO, Orlando. *A formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1987. Disponível em: <http://bedigital.soaresbasto.pt/cops-master/ebooks/Orlando%20Ribeiro/A%20formacao%20de%20Portugal%20%2869%29/A%20formacao%20de%20Portugal%20-%20Orlando%20Ribeiro.pdf>. Acesso em 12 jan. 2019.

RODRIGUES, José Lopes. *Natividade - Fragmentos do Passado*. Goiânia: Gráfica Off-set, 1978.

RODRIGUES, Pedro Jorge Dias Pimenta. Património, território e topologia do lugar, no Brasil, no estado de Goiás: contributo para a metodologia projectural do espaço urbano e estruturas de suporte em arquitectura. 2007. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1456>. Acesso em 12 out. 2017.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à província de Goiás*. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: UFG, 1992.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas. 2001. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27166/T%20-%20SANTOS,%20ANTONIO%20CESAR%20DE%20ALMEIDA.pdf?sequence=1>. Acesso em 04 fev. 2019.

SANTOS, Cláudia Borges dos. *Ourivesaria Tradicional e o Tombamento em Natividade*. 2006. Artigo (Jornalismo) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2006. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/bocc-santos-artigo.pdf>. Acesso em: 5 out. 2017.

SANTOS, Irminda Doneux. *A Lusitania e a Iberia: um estudo da mudança na urbanização pré e pós-romanização (da pré-conquista romana ao Baixo Império-séculos II aC a V dC)*. 2011. Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-16102014-112457/en.php>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SANTOS, Jéssica Nayara Dias Reis; DA SILVA, Fernando Carlos Alves. Análise das Fases de Urbanização do Território Goiano: Uma Resposta à Atual Configuração Urbana de Goiás. *OKARA: Geografia em debate*, v. 10, n. 1, p. 93-109, 2016.

SANTOS, José Rui. O PERÍODO MEDIEVAL-ISLÂMICO EM ÉVORA. UM OLHAR SOBRE O QUOTIDIANO. SÉCULOS VIII-XII. *SCIENTIA ANTIQUITATIS*, v. 1, n. 2, p. 269-286, 2017. Disponível em: <http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/article/view/90>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Editora UFRJ, 2008.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de Cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, Brasília: IPHAN, 2008.

SARAIVA, André Filipe Pereira. *A análise morfológica como suporte ao planeamento urbano*. 2014. Disponível em: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/844820067124143/Tese_vFinal.pdf. Acesso em 14 mai. 2018.

SCHURMANN, Francisca Albertina. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. 1999. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/11861>. Acesso em 04 jan. 2019.

SEEMANN, Jörn. A MORFOLOGIA DA PAISAGEM CULTURAL DE OTTO SCHLÜTER: MARCAS VISÍVEIS DA GEOGRAFIA CULTURAL. *Espaço e Cultura*, n. 17-18, 2004. Disponível em: e-publicacoes.uerj.br. Acesso em 09 set. 2018.

SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa, ULFL, 2004. Disponível em: <https://site.livrariacultura.com.br/imagem/capitulo/42201717.pdf>. Acesso em 15 nov. 2018.

SILVA, Rodrigo da; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Pilar de Goiás: a vila entre a memória, a história e a materialidade. 2012. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 25, n. 1, p. 227-260, 2017.

SILVA, Rogério Chaves da. Page 1 Padre Luís Palacin e a ciência da História em Goiás. *Rev. Hist. UEG*, [S. l.], 2013. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1485/968>. Acesso em: 4 jul. 2017.

SILVA, Rogério Chaves. Revisitando os caminhos historiográficos de Luís Palacín. *História revista*, v. 13, n. 1, p. 12, 2008.

SIMPLÍCIO, Maria Domingas Valério Menino. *Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora*. 1997. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11038>. Acesso em 20 out. 2018.

SMITH, Robert Chester. *Arquitetura colonial*. Livraria Progresso Editora, 1955.

TEIXEIRA NETO, Antônio. *Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins*. In: XI SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2009, Goiânia. Anais [...]. Goiânia: [s. n.], 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4206>. Acesso em: 3 set. 2017.

TEIXEIRA, Manuel C. A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes. *Análise social*, p. 371-390, 1993. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41010983?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em 14 jun. 2018.

TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: UNESP, 2012.

TRINDADE, Luísa. *Urbanismo na composição de Portugal*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/36745957/Urbanismo_na_composicao_de_Portugal. Acesso em: 18 des. 2018.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho et al. *Natividade*. Brasília: Pró-memória, 1985.

VAZ, Sérgio Miguel Lopes Pereira. *Morfologia Urbana e Espaço Público-Abordagens comparativas no contexto europeu*. 2013. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano. Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70365/2/26182.pdf>. Acesso em 18 out. 2017.

VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vilano Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/2210/221014799009/>. Acesso em: 8 set. 2017.

VON GOETHE, Johann Wolfgang. As origens da morfologia urbana e a geografia alemã. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 2, n. 1, p. 37, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vitor_Oliveira11/publication/280741408_Revista_de_Morfologia_Urbana_21/links/55c5034208aeb9756741ef28/Revista-de-Morfologia-Urbana-21.pdf#page=39. Acesso em 19 set. 2017.

WAL, Mestre. *Manual 7 joias artesanais de Natividade – Tocantins por Mestre Wal*, Simone Camêlo Araújo. Natividade. Empresa de Comunicação: 2015.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: MARTINS FONTES, 2012.

WHITEHAND, Jeremy WR. British urban morphology: the Conzenion tradition. *Urban morphology*, v. 5, n. 2, p. 103-109, 2001. Disponível em: <http://www.urbanform.org/pdf/whitehand2001.pdf>. Acesso em 14 jun. 2018.

WHITEHAND, Jeremy WR. Conzenian urban morphology and urban landscapes. In: *6th International Space Syntax Symposium*. 2007. p. 12-15. Disponível em: http://www.spacesyntaxistanbul.itu.edu.tr/papers/invitedpapers/jeremy_whitehand.pdf. Acesso em 14 jun. 2018.

Cartas e documentos disponibilizadas pelo MuBan

1744, Dezembro, 5, Pará

CARTA do Bispo do Pará, D. Francisco Guilherme de São José, ao rei [D. João V), sobre os procedimentos desordenados dos vigários e eclesiásticos que se encontram nos arraiais dos Remédios, Natividade, Carlos Marinho, Terras Novas e Paranã, distritos das Minas de Goiás, e acerca de mandar para os ditos distritos, como visitador, o comissário do Santo Ofício e da Santa Cruzada, cónego da Catedral da Bahia, padre Manuel de Almeida. Anexo:1 doc. AHU-Goiás.

AHU ACL CU 008, cx. 3, D. 258.

1741, Fevereiro, 27, Vila Boa

CARTA do intendente e provedor da Fazenda Real das Minas de Goiás, Sebastião Mendes de Carvalho, ao rei [D. João V), sobre a arrecadação da Fazenda Real no novo descoberto de Natividade e acerca da desordem entre Os eclesiásticos disputando o direito da nova Igreja no dito descoberto.

AHU-Goiás, cx. 2, D. 138.

1741, Fevereiro, 27, Vila Boa

CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Agostinho Pacheco Teles, ao rei [D. João VI. sobre a devassa tirada no descoberto de Natividade acerca do descaminho do ouro da Fazenda Real; as intrigas entre os eclesiásticos; a assuada pela qual foi privado o vigário das

Terras Novas e da Vara daquele distrito, padre José Pires de Carvalho, da posse da paróquia de Natividade e acerca das ambições das práticas administrativas do governador e [capitão-general de São Paulo, Luis de Mascarenhas] e do intendente e provedor da Fazenda Real das Minas de Goiás, Sebastião Mendes de Carvalho. Anexo. 2 docs. AHU-Goiás.
AHU_ACI_CU 008, cx. 2, D. 137.

1739, Dezembro, 15, Vila Boa

CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas. ao rei (D. João VI, sobre o novo descoberto de São Luís ou Natividade e as necessárias providências administrativas para a boa arrecadação da Fazenda Real.
AHU-Goiás, cx. 1, D. 88.

1739, Setembro, 29, Vila Boa

CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João VI, sobre as notícias recebidas dos descobertos de São Luís [Natividade] e do rio chamado de Manuel Álvares e acerca da necessidade de se criar uma Intendência nesses descobertos, devido à grande distância entre essas Minas e a Intendência de Vala Boa, AHU-Goiás.
AHU cx. 1, D. 66.

Sites

www.cm-obidos.pt/

www.arpdf.df.gov.br/

www.portal.iphan.gov.br/

www.wikimapia.org

www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/

www.cesarfigueiredo.com

www.sudoestesp.com.br

ANEXOS

Anexo 1

Mapa do perímetro de tombamento disponibilizado pelo IPHAN

Anexo 2

Mapa do perímetro de tombamento com as intervenções do Programa
Monumenta (2012) - disponibilizado pelo IPHAN

Anexo 3

Levantamento semi-cadastral realizado pela SANEAGO (1976) - disponibilizado pelo IPHAN

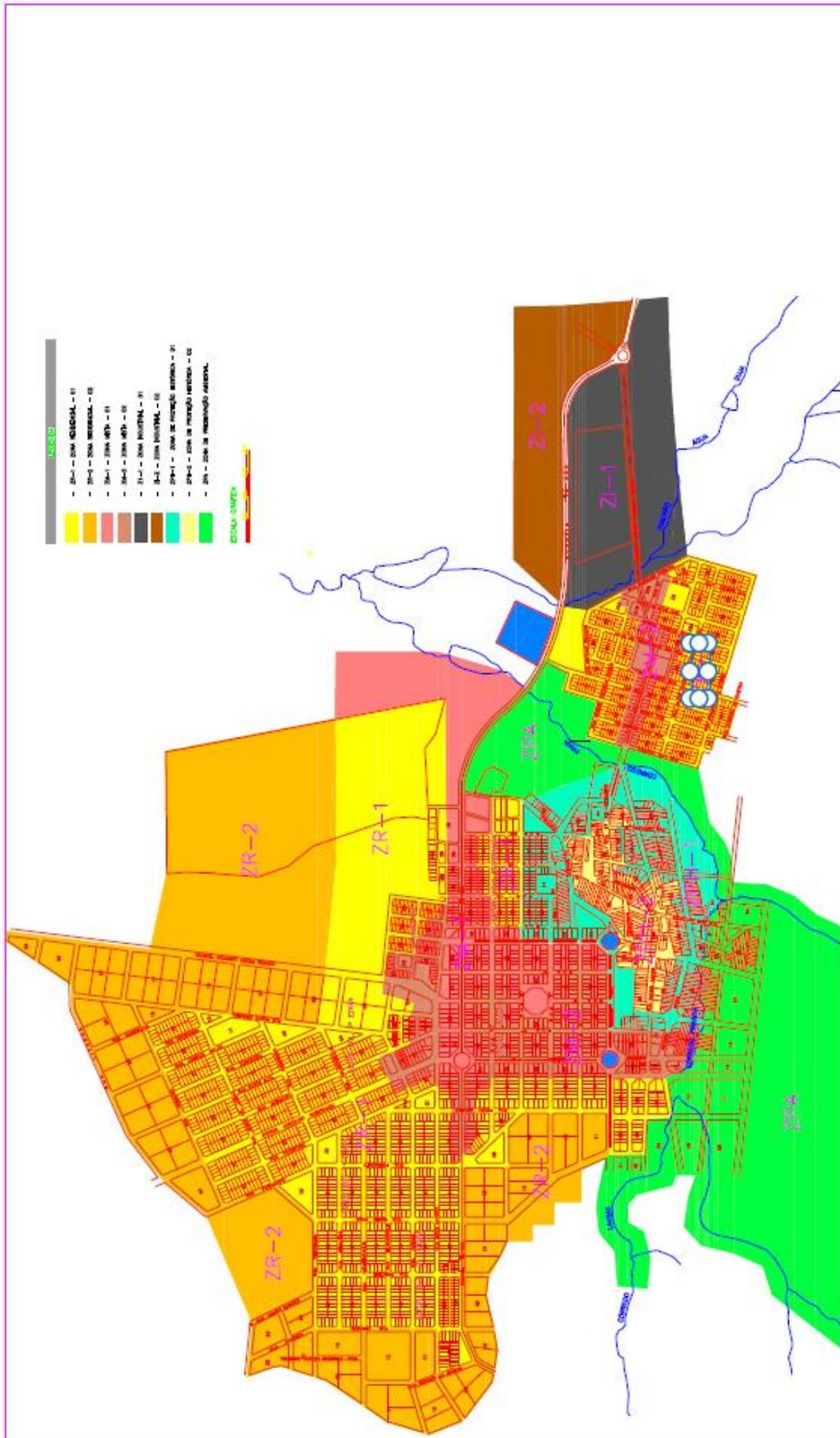
- Planta Semi-cadastral da Cidade de Natividade/GO

BASEADA NA PLANTA LEVANTADA PELA Cia de SANEAMENTO DE
GOIAS / SANEAGO - Fevereiro de 1976
Símbolo NAT. 5 - Desenho 1/2, Arquivo 35



Anexo 4

Mapa do plano diretor de Natividade - disponibilizado pelo IPHAN






IPHAN - Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SUPERINTENDÊNCIA IPHAN TOCANTINS
 P.A. PLANO DE AÇÃO F.CIDADES HISTÓRICAS - NATIVIDADE - TO
 MAPA DE NATIVIDADE ELABORADO PLANO DIRETOR (2008)

JULHO 2010

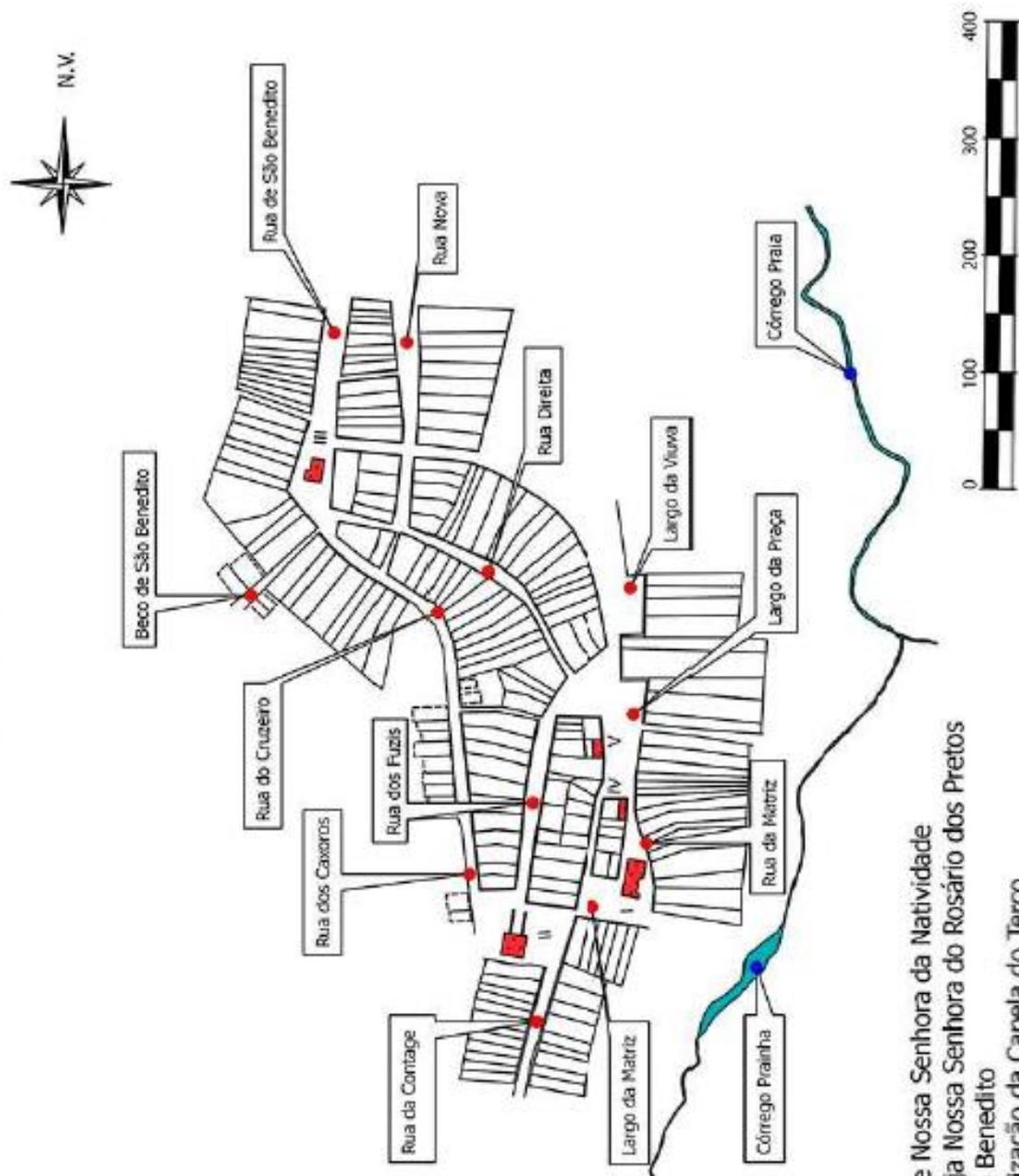
INDICADAS

1/1

CIDADE DE NATIVIDADE/TO
 ESCALA 1:15.000
 FONTE: Arquivo Digital disponibilizado pela UEP Monumenta Natividade.

Anexo 5

Mapa hipotético elaborado por Nádia Mendes de Moura em sua tese de doutorado



- I . Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade
 II . ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
 III . Igreja de São Benedito
 IV . provável localização da Capela do Terço
 V . Cadeia

obs.: os imóveis delimitados por linha tracejada são assim representados pela sua localização hipotética

Mapa 27: Identificação dos Logradouroos

(mapa hipotético elaborado pela autora com base no Lançamento da Décima e Receita de Natividade

Fonte: MUBAN - Caixa 20, Pasta 1.1.4)

